



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS**  
**CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ELCIMAR MARIA DE OLIVEIRA LIMA**

**POLÍCIA E POLICIAMENTO: as ambivalências entre a formação  
profissional e a prática policial na periferia de Belém**

**Belém – Pa**  
**2011**

**ELCIMAR MARIA DE OLIVEIRA LIMA**

**POLÍCIA E POLICIAMENTO: as ambivalências entre a formação  
profissional e a prática policial na periferia de Belém**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Chaves de Brito.

**Belém – Pa  
2011**

## **ELCIMAR MARIA DE OLIVEIRA LIMA**

**POLÍCIA E POLICIAMENTO: as ambivalências entre a formação profissional e a prática policial na periferia de Belém**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

### **Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Daniel Chaves de Brito (Orientador)  
Instituição: UFPA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Glaucíria Mota Brasil (Examinadora Externa)  
Instituição: Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Prof. Dr. Wilson José Barp (Examinador Interno)  
Instituição: UFPA

Para Aldemar meu esposo, Daniel e Raquel meus amados filhos.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, Pai e Senhor, pela vida e por tudo de bom que nela há.

Em especial ao meu orientador Prof. Dr. Daniel Brito pelas sugestões e críticas, sem as quais este trabalho jamais teria atingido forma e conteúdo, também pela paciência e disponibilidade com que me recebeu, orientou e incentivou.

Aos professores Amadeu Cavalcanti, Wilson Barp, Heribert Schmitz, Jaime Cunha, Luis Cardoso, Violeta Loureiro que foram fundamentais para o processo de construção do conhecimento sociológico.

Ao professor Jean François e ao Major PM Alisson pelo apoio incondicional nos momentos difíceis desde o ingresso no curso até a elaboração desta dissertação.

A todos os colegas da pós-graduação, pela amizade, colaboração e companheirismo.

Aos comandantes do Batalhão da Polícia Militar e da Zona de Policiamento onde a pesquisa foi realizada, por terem autorizado a sua realização e facilitado o contato com os policiais, bem como minha permanência no quartel, ida até o DEPC e PAPC e a participação nas rondas motorizadas na companhia dos oficiais interativos para coletar os dados.

A todos os policiais militares que pacientemente colaboraram com o trabalho concedendo as entrevistas e esclarecendo as dúvidas.

Aos meus pais, especialmente à minha mãe, pela luta incessante para me encaminhar à vida.

Aos meus irmãos Everaldo (*in memoriam*), Elenilza, Elson, Eilson, Eliete e Eliana que sempre acreditaram e me incentivaram a continuar nesta jornada tão difícil e, ao mesmo tempo, tão gratificante.

## RESUMO

O presente trabalho teve como objeto de estudo a "fabricação" da identidade dos policiais militares do Pará. O objetivo proposto foi entender como ocorre o processo de "fabricação" da identidade profissional do policial militar a partir de seu ingresso na instituição através do curso de formação e posterior inserção no cotidiano do policiamento ostensivo das ruas, como ele adquire o saber prático do fazer policial transmitido pelos membros mais experientes através da convivência e como é estabelecido o conhecimento com esse grupo e com o trabalho. Para compreender essa dinâmica buscou-se apoio em reflexões teóricas que fundamentam essa discussão e que levou à hipótese de que o policial "novato" é submetido a um rígido processo de socialização e de "fabricação" da identidade profissional durante o período de formação, mas que no exercício da atividade também é ferozmente influenciado pela troca de vivências com os mais experientes, que reproduzem o universo simbólico da organização e dos indivíduos, definindo como deve ser a maneira de pensar e agir do profissional novato em relação aos ambientes interno e externo, quais os valores, crenças, condutas e comportamentos que deve adotar a partir de então. A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo realizada em uma Zona de Policiamento situada na periferia de Belém em que foram efetuadas vinte entrevistas semi-estruturadas com policiais militares levando-se em conta as diferentes gerações, os distintos níveis hierárquicos da organização, a ocupação e o setor em que exerciam suas atividades na organização, os locais onde estiveram lotados ao longo de suas carreiras. Este estudo foi organizado do seguinte modo: O capítulo um abordou os aspectos legais e informais que integram o universo da "pedagogia da suspeita", quanto à atitude dos policiais entre si, destes em relação à sociedade e vice-versa e foram apresentados os elementos que constituem o olhar do policial em relação ao "elemento suspeito". O capítulo dois discutiu acerca da inserção do aspirante e do soldado na realidade da organização policial e do policiamento de rua, que vai revelar para ambos um universo repleto de ambivalências e contradições com o qual precisarão aprender a conviver e encontrar o seu espaço e estabelecer com os policiais veteranos uma relação fundamentada na confiança pessoal e profissional. O capítulo três tratou das contradições existentes entre o mundo do quartel e o lócus da ação policial: a rua; o processo de socialização profissional caracterizado pela conversão ao novo papel, por meio de uma acomodação entre o modelo ideal e a realidade prática e sobre a importância do risco e do perigo para a "fabricação" da identidade do policial.

Palavras-chave: "Fabricação" da identidade, Zona de Policiamento, policiamento de rua, desconfiança, ambivalências.

## ABSTRACT

This work aimed to study the "fabrication" of the identity of the military police of Para. The proposed goal was to understand how this process occurs as "fabrication" of the professional identity of the policeman from his admission in the institution over the course of training and subsequent inclusion in the routine of patrolling the streets, how he acquired the practical knowledge to the police passed by more experienced members through living and how knowledge is established with this group and the work. To understand these dynamics we sought to support theoretical considerations that underlie this debate and led to the hypothesis that the police "newbie" is subjected to a strict process of socialization and "fabrication" of professional identity during training, but in the exercise of that activity is also fiercely influenced by the exchange of experiences from experts, which reproduce the symbolic universe of the organization and individuals, defining how it should be the way of thinking and acting novice professional in relation to internal and external environments, what values, beliefs, behaviors and behaviors that must take from then on. The methodology was field research conducted in a Zone Policing located on the outskirts of Bethlehem (Belém) that were made in twenty semi-structured interviews with military police taking into account the different generations, different levels of the organization, occupation and sector in which the organization perform their activities, crowded places where they have been throughout their careers. This study was organized as follows: Chapter one addressed the legal and informal aspects that make up the universe of the "pedagogy of suspicion", the attitude of police officers among themselves, in their relation to society and vice versa, and presented the elements that make up the look of the police in relation the "suspicious element". Chapter two discussed about the inclusion of the aspirant and the soldier in the reality of law enforcement and policing the streets, that will reveal for both a universe filled with ambivalence and contradictions with which you need to learn to live and find your space and establish the veteran cops a relationship based on personal and professional confidence. Chapter three dealt with the contradictions existing between the locus of the barracks and police action: the street, the professional socialization process characterized by conversion to the new role, through the accommodation between the ideal model and the practical reality and about the importance of risk and danger to the "fabrication" of the identity of the police.

Keywords: "Fabrication" of identity, Zone Policing, policing of street, distrust, ambivalence.

## LISTA DE ABREVIATURAS

APM – Academia de Polícia Militar  
CFAP – Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças  
CFO – Curso de Formação de Oficiais  
CIOp – Centro Integrado de Operações  
CIEPAS – Companhia Independente de Policiamento Assistencial  
CIPOE – Companhia Independente de Policiamento Escolar  
CPC – Comando de Policiamento da Capital  
CPP – Código de Processo Penal  
CPRM – Comando do Policiamento da Região Metropolitana de Belém  
CIPTUR – Companhia Independente de Policiamento Turístico  
CME – Comando de Missões Especiais  
COE – Companhia de Operações Especiais  
CONSEP – Conselho Estadual de Segurança Pública  
CPE – Comando de Policiamento Especializado  
DEPC – Destacamento Especial de Polícia Comunitária  
PAPC - Posto Avançado de Polícia Comunitária  
PMPA – Polícia Militar do Pará  
RMB – Região Metropolitana de Belém  
ROTAM – Ronda Tática Metropolitana  
SEGUP – Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública  
ZPol – Zona de Policiamento



# SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>1 – INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>10</b>  |
| <b>2 - A PEDAGOGIA DA SUSPEITA</b> .....                               | <b>22</b>  |
| 2.1. A FORMAÇÃO DA “FUNDADA SUSPEITA” .....                            | 22         |
| 2.2. QUEM É O ELEMENTO SUSPEITO?.....                                  | 31         |
| 2.3. O DISCURSO DA SUSPEITA.....                                       | 41         |
| <b>3- OS DOIS GRANDES ENCONTROS COM A TROPA</b> .....                  | <b>50</b>  |
| 3.1. DE “ASPIRA” A OFICIAL: O COMANDO E A TROPA .....                  | 51         |
| 3.2. O ENCONTRO ENTRE O SOLDADO “NOVINHO” E O POLICIAL “ANTIGÃO” ..... | 65         |
| <b>4 – DO SONHO À REALIDADE DA PM: ENTRE O QUARTEL E A RUA</b> .....   | <b>88</b>  |
| 4.1. O INGRESSO NA PM: A MATERIALIZAÇÃO DO SONHO?.....                 | 88         |
| 4.2. A FABRICAÇÃO NO “NOVO HOMEM” .....                                | 93         |
| 4.3. O RISCO E O PERIGO DA ATIVIDADE POLICIAL.....                     | 99         |
| 4.4. O MUNDO DO QUARTEL .....  | 105        |
| 4.5. O MUNDO DA RUA.....   | 112        |
| <b>6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....                                  | <b>122</b> |
| <b>7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....                            | <b>128</b> |

## 1 – INTRODUÇÃO

O nosso trabalho objetiva entender como ocorre o processo de “fabricação” da identidade profissional do policial militar a partir de seu ingresso na Polícia Militar do Pará através do curso de formação e posterior inserção no cotidiano do policiamento ostensivo das ruas, como ele adquire o saber prático do fazer policial transmitido pelos membros mais experientes através da convivência e como é estabelecido o conhecimento com esse grupo e com o trabalho.

Desse modo, para nos aproximarmos do universo policial é necessário que enfatizemos algumas perguntas fundamentais e começaremos por indagar sobre a sua decisão para abraçar esta carreira. A partir de então, nos voltaremos para as atividades desenvolvidas no cotidiano da organização policial; o tipo de público que procura mais os serviços da polícia; a imagem que estes têm da população da periferia de Belém que é por eles atendida; os atrativos que o poder; a farda e a investidura policial trazem consigo; o “bom” e o “mau” policial no desempenho de suas funções, dentre outras.

Para responder estas questões, é importante compreender inicialmente a estrutura organizacional e o funcionamento de uma Zona de Policiamento localizada na periferia da cidade de Belém, tendo em vista que este é o universo no qual está inserido este policial militar. Vale ressaltar que a estrutura da Polícia Militar do Estado do Pará não está restrita às Zonas de Policiamento (ZPol). Elas estão inseridas em um contexto organizacional bem mais amplo. Na verdade, as ZPol's são subunidades dos Batalhões aos quais estão subordinadas.

Os Batalhões são órgãos de execução do policiamento ostensivo<sup>1</sup>, que estão subordinados aos órgãos de direção intermediária<sup>2</sup>, que no caso da

---

<sup>1</sup> Os órgãos de execução da atividade-fim/policiamento ostensivo são compostos por todos os Batalhões, o Regimento de Polícia Montada, as Companhias Independentes, os Pelotões, Grupamentos e os Destacamentos.

<sup>2</sup> Os órgãos de direção intermediária compreendem o Comando de Policiamento da Capital, o Comando de Policiamento da Região Metropolitana, o Comando de Missões Especiais e o Comando de Policiamento Especializado. Estes órgãos se destinam à realização das atividades

cidade de Belém, é o Comando de Policiamento da Capital (CPC), que está composto pelos 04 (quatro) Batalhões de Polícia Militar (BPM) abaixo listados e está subordinado operacionalmente ao Estado-Maior Estratégico<sup>3</sup>, que realiza o planejamento estratégico do emprego do efetivo em todo o Estado do Pará, a pesquisa estratégica e a correição.

O 1º BPM, composto pela 1ª ZPOL (responsável pelo policiamento nos bairros CDP I,II e III, Promorar, Providência, Barreiro, Sacramento e Telégrafo); 5ª ZPOL (responsável pelo policiamento nos bairros: Marambaia, Jaderlândia, Coqueiro, Guanabara, Cabanagem, Castanheira, Una, Atalaia e Carmelandia); 10ª ZPOL (responsável pelo policiamento nos bairros Pedreira, Marco, Curió, Utinga e Souza); e 22ª ZPOL (responsável pelo policiamento nos bairros: Benguí, Mangueirão, Parque Verde e São Clemente).

O 2º BPM, composto pela 2ª ZPOL (responsável pelo policiamento nos bairros Fátima, São Brás, Canudos e Nazaré) e pela 6ª ZPOL (responsável pelo policiamento nos bairros Cidade Velha, Campinas, Reduto, Umarizal e Comércio).

O 10º BPM, composto pela 8ª ZPOL (responsável pelo policiamento nos bairros: Icoarací, Tenoné, Parque Guajará, Águas Negras e Paracuri); 21ª ZPOL (responsável pelo policiamento na Ilha de Caratateua - Outeiro); e pela 23ª ZPOL (responsável pelo policiamento nos bairros Pratinha e Tapanã).

O 20º BPM, composto pela 4ª ZPOL (responsável pelo policiamento nos bairros Jurunas, Batista Campos, Condor, e Cremação) e pela 11ª ZPOL (responsável pelo policiamento nos bairros Guamá, Terra Firme, Montese, Universidade, e Perimetral).

A ZPol é uma estrutura recente. Ela foi criada na década de 1990 do século passado como uma forma de reagir ao discurso nacional de unificação das Polícias Civil e Militar e de aumentar a eficácia da segurança dos cidadãos

---

de gestão e política da polícia ostensiva, de pessoal, de logística, de finanças, de ensino e instrução e de saúde.

<sup>3</sup> O Estado-Maior Estratégico, juntamente com o Subcomando-Geral, a Corregedoria-Geral, fazem parte dos órgãos de direção da PM e constituem o Comando Geral, responsável pelo comando, a gestão, o planejamento, a pesquisa estratégica e a correição da Instituição.

(LAZZARINI, 2000) que dominava as discussões sobre o aumento da criminalidade e da violência. O Estado do Pará defendeu a tese da integração das instituições da área de segurança pública, como primeiro passo para uma futura unificação. Por isso, a partir de 1996, iniciou-se o processo de implementação da integração da área de segurança pública com a criação do Sistema Integrado de Segurança Pública do Estado (SISP)<sup>4</sup>.

A idéia era integrar ações que até então eram procedidas pelas Polícias Civil e Militar de forma independente e sem coordenação única. Para isso era necessário quebrar o gelo da barreira existente entre os integrantes das duas instituições, bem como, fazer economia de investimentos em atividades que poderiam ser feitas pelas duas instituições em um mesmo espaço físico (órgão) e com maior eficiência. Para comandar essa superestrutura, foi criada a Secretaria de Segurança Pública (SEGUP) para coordenar as políticas de segurança pública e supervisionar as demais instituições do Sistema.

Além disso, antes da criação da Zpol, dentro das competências da polícia militar, havia muita descoordenação no desenvolvimento das atividades. O policiamento ostensivo a pé e nos PM-BOX era desenvolvido pelos policiais dos batalhões. O policiamento motorizado era desenvolvido pela Companhia de Rádio Patrulha. Ao se deparar com uma ocorrência em que alguém era detido, os policiais do policiamento a pé eram obrigados a entrar em contato com o COPOM (Central de Operações da PM que foi substituído pelo CIOp) para que uma viatura pudesse fazer a condução até a Delegacia de Polícia Civil. Desse modo, na mesma área cada tipo<sup>5</sup> e modalidade<sup>6</sup> de policiamento era desenvolvido por uma unidade diferente da Polícia Militar.

---

<sup>4</sup> Lei nº 5.944, de 02 de fevereiro de 1996. Além da Polícia Militar, Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros Militar, a lei incluiu no SISP a Defensoria Pública, a Superintendência do Sistema Penal, o Instituto de Metrologia do Estado, o Departamento de Trânsito e posteriormente, o Centro de Perícias Científicas Renato Chaves.

<sup>5</sup> De acordo com o *Manual Básico de Policiamento Ostensivo* (1999, p. 10), os serviços de policiamento são compostos de diversas variáveis. O Tipo é uma dessas variáveis e pode ser classificado como: rodoviário, trânsito, geral, ambiental, de guardas, comunitário, operações especiais ou outros.

<sup>6</sup> Conforme o *Manual Básico de Policiamento Ostensivo* (1999, p. 10), os serviços de policiamento são compostos de diversas variáveis. A Modalidade é uma dessas variáveis e pode ser classificado como: patrulhamento, permanência, diligência e escolta.

Com a nova distribuição das atividades e das áreas policiais, as polícias Civil e Militar foram incentivadas a abandonar a política do padrão reativo-inercial e fragmentário das investidas policiais e a adotar o padrão proativo das ações policiais por intermédio de operações com a participação de outras instituições que passaram a integrar o sistema de segurança pública do Estado. A materialização da integração das polícias ocorreu com a aprovação da Resolução nº 020/98 do Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP)<sup>7</sup>, que criou as Zonas de Policiamento (ZPol)<sup>8</sup> que unificou o comando operacional das novas circunscrições policiais que passaram a desenvolver nestes locais todos os tipos e modalidades de policiamento, mantendo um oficial permanentemente de serviço, para tomar conhecimento e adotar as providências nas ocorrências policiais, teoricamente tornando-as mais acessível ao público<sup>9</sup>.

Na prática, os policiais militares que trabalhavam no policiamento ostensivo foram trabalhar junto com os policiais civis nas Zonas de Policiamento/Seccionais Urbanas de Polícia e outras unidades, onde se pudesse trabalhar de forma integrada, porém, cada uma tendo comandos próprios. Foram redesenhadas as área de atuação das seccionais urbanas da Polícia Civil e das organizações policiais militares, que foram sobrepostas e unificadas para ficarem sob a responsabilidade de uma única unidade policial integrada, a *Seccional/Zona de policiamento*. A nova distribuição abrangeu toda a Região Metropolitana de Belém. O planejamento das ações policiais na circunscrição passaria ser em conjunto, ficando a Polícia Militar exclusivamente com a coordenação do policiamento ostensivo e as investigações e procedimentos judiciais reservados à Polícia Civil. A idéia era ter uma só

---

<sup>7</sup> O CONSEP foi criado pela Lei nº 5.944, de 02 de fevereiro de 1996, é o órgão deliberativo de maior relevância dentro do Sistema de Segurança do Estado, exatamente porque é ele que decide sobre as políticas públicas de segurança, bem como traça diretrizes administrativas e operacionais das ações de segurança pública.

<sup>8</sup> Decreto nº 2.683, de 10 de março regulamentou a criação das Zonas de Policiamento.

<sup>9</sup> Os planejamento da logística, recursos humanos, materiais, financeiros e de instrução que beneficiariam diretamente a Zpol, ficaram a cargo dos comandos dos batalhões encarregados dos policiais prestadores desta missão. Além disso, foi proibido o emprego dos policiais das ZPols em outras atividades, senão em caso de extrema necessidade e com a autorização do comandante do CPC.

equipe responsável pelo controle da criminalidade em cada área de policiamento.

Desde a criação, em cada ZPol/Seccional estão lotados profissionais das duas polícias estaduais, chefiados por um capitão policial militar, comandante da ZPol e pelo delegado de polícia civil, chefe da Seccional. Trata-se de uma estrutura policial com comando dual. São, portanto, duas unidades policiais distintas e independentes, na qual a Polícia Militar detém, encaminha para a Polícia Civil que faz o procedimento e, após o procedimento, entrega para o sistema penal. Tudo no mesmo complexo predial.

Dentre as Zonas de Policiamento o Comando de Policiamento da Capital (CPC), para realizar a pesquisa com os policiais que atuam tanto dentro dos quartéis como o que trabalham na rua, escolhemos uma localizada em um dos bairros da periferia de Belém, em virtude de ter sua área de atuação compreendendo bairros compostos por populações de baixo poder aquisitivo e com infraestrutura precária ou inexistente onde, de acordo com os dados do Centro Estratégico Integrado (CEI), o número de ocorrências é considerado elevado em relação aos demais bairros da cidade, bem como bairros resididos por pessoas com maior poder aquisitivo e dotado de uma infraestrutura melhor e com índices de ocorrências menores que a média dos demais bairros da capital.

Se observarmos a Polícia Militar apenas de modo superficial, considerando apenas os aspectos mais visíveis, como seus rituais, uniformes, insígnias, suas instalações físicas, a sua estrutura burocrática baseada na hierarquia e na disciplina, ela parece uma instituição muito simples e organizada. Entretanto, quando nos aproximamos, quando adentramos nesse universo, o que percebemos é um mundo extremamente cheio de contradições e de ambivalências que desconstroem essa percepção inicial de simplicidade e organização. Tais ambivalências serão apresentadas nos três capítulos do trabalho, ao discorrer primeiramente sobre a pedagogia da suspeita, em seguida, sobre os dois encontros do aspirante e do soldado “novato”<sup>10</sup> com o

---

<sup>10</sup> O soldado “novato” ou “novinho” é o policial que acabou de sair da “fábrica” (do Curso de Formação de Soldados). É o policial que não tem experiência e a vivência policial obtida no cotidiano do policiamento ostensivo de rua e que ainda está dividido entre seguir à risca os manuais e livros que estudou na sua formação ou trocar estes conhecimentos teóricos pelo

policciamento ostensivo de rua e, finalmente, as diferenças existentes entre os dois universos policiais: o quartel e a rua.

Como exemplo de quão o universo policial é ambivalente e repleto de conflitos, apresentamos abaixo o depoimento de um policial que demonstra o conflito que ele vivencia ao se deparar com o conhecimento prático dos policiais com os quais foi destinado a trabalhar no policiamento ostensivo de rua.

Bem, na verdade, eu não sou totalmente a favor e nem totalmente contra o que dizem os mais antigos, mas eu tenho que dosar. Peraí, eu não posso levar em consideração tudo o que falaram na escola e nem posso levar em consideração tudo o que a pessoa tá me falando aqui porque ele é mais experiente do que eu na polícia. Eu tenho que ter um pouco de bom senso. Até que ponto aquela formação escolar policial militar é significativa pra mim? E até que ponto a experiência desse profissional, desse policial que tem muito mais tempo do que eu na polícia, são relevantes pra mim? Então, peraí. Eu tenho que pegar um pouco. Eu tenho que saber ser crítico-reflexivo. Eu pego um pouco do que a formação me disse e um pouco do que esse profissional que também tem experiência e também é pertinente, tá me dizendo e somar. E não só me entregar à formação da escola e não também deixar de levar em consideração o que ele tá me falando, mas ter, somar as forças e pegar tudo o que me trouxeram, pegar uma peneira, botar na peneira e o que ela peneirar, aí sim é significativo né. Absorver um pouco do que dá a formação da escola e absorver um pouco da experiência do que aquele profissional tá me dizendo. *(Soldado nº 2, com 5 anos de serviço).*

Relatos como esse, que afirma que estar na polícia é estar numa instituição que tem um valor, que dá uma idéia de poder é, ao mesmo tempo, estar num lugar onde você pode a qualquer momento, sair desse universo e adentrar no universo da bandidagem, do fora da lei. Por isso, trabalhar na polícia é trabalhar em cima de uma linha tênue, é caminhar por cima do fio da espada em que, de um lado está o universo do certo, do normatizado, do correto e do outro lado, está o mundo do fora da lei. Por isso, um mínimo deslize do policial pode levá-lo a cair da lâmina para o lado contrário da lei. Se ele cair para esse lado, a vida dele muda completamente.

Por sua vez, se o policial optar por trabalhar obedecendo à lei, não significa que terá uma carreira promissora. Isso dependerá do lado ao qual pertencem os seus superiores, com quem foi destinado a trabalhar, no caso de tratar-se de soldado “novato” (lado de dentro ou de fora da lei). De outro modo,

---

conhecimento prático da equipe de policiais experientes com os quais foi destinado a trabalhar e a quem está subordinado.

se o policial é aspirante, ficar do lado da lei pode não trazer tantas dificuldades profissionais, por tratar-se de alguém que está exercendo o comando do efetivo com quem trabalha, e por isso, em tese, exerce o controle sobre as atividades de policiamento desenvolvidas pelos subordinados e pode intervir diretamente nestas e dar um direcionamento diferente.

Dessa maneira, estudar a fabricação<sup>11</sup> da identidade do policial militar significa entender a influência da concepção militarista e sua prática pedagógica, demonstrando quais os seus reflexos no âmbito da formação do policial militar, a partir do perfil estabelecido pela Polícia Militar do Pará (PMPA), a qual visa formar profissionais que tenham compromisso em defender os valores éticos, da cidadania e dos direitos humanos. Essas reivindicações por transformações substantivas no preparo técnico profissional dos policiais têm sido reclamado tanto pelos segmentos da sociedade como também pelos policiais, principalmente no que concerne aos conteúdos e às disciplinas das matrizes curriculares dos cursos de formação de oficiais e praças.

De acordo com Poncioni (2004: 107), a insatisfação dos policiais se fundamenta na tese de que, ao concluírem o curso de formação e ingressarem na atividade cotidiana de policiamento ostensivo das ruas, estes profissionais se sentem inseguros em aplicar o conteúdo teórico na prática profissional em virtude de que, em geral, o que foi aprendido durante os cursos não corresponde aos desafios atuais da prática policial. Para corroborar essa insegurança, o primeiro “conselho” que o “novato” ouve do policial mais experiente é de que ele deve esquecer o que aprendeu durante a formação porque “na prática (policial) é outra coisa” (Muniz, 1999).

Esse conflito entre teoria e prática que acompanha o policial “novato” no seu processo de fabricação da identidade profissional e a forma como ele irá estabelecer uma relação com os policiais mais experientes, com o objetivo de se

---

<sup>11</sup> O termo “fabricação” será aqui utilizado no mesmo sentido empregado por Cunha (2004) ao discutir as questões relacionadas aos processos de socialização e formação profissional dos policiais. Nessa discussão ela se baseia no esquema geral para o estudo da formação em profissões variadas, proposto por Hughes no artigo “The Making of a Physician” (1958), que tinha como modelo o campo da medicina, mas que ela considerou útil para o debate sobre a formação dos agentes policiais e que entendemos ser a denominação que dá conta de abarcar o significado desse processo que nos propomos a analisar.



inserir no grupo já estabelecido e com “valores” já enraizados, será decisiva para definir seu perfil profissional.

Para tentar entender essa dinâmica, iremos buscar nos apoiar em algumas reflexões teóricas que fundamentam essa discussão e que nos leva a hipótese de que o policial “novato” sofre um rígido processo de socialização e de fabricação da identidade profissional durante o período de formação, mas que no exercício da atividade também é ferozmente influenciado pela troca de vivências com os mais experientes (por meio das histórias, casos sobre policiais e acontecimentos famosos, contadas por estes veteranos<sup>12</sup>, além de assisti-los em ação para “fazer como eles”), que reproduzem o universo simbólico da organização e dos indivíduos, definindo como deve ser a maneira de pensar e agir deste profissional “novato” em relação aos ambientes interno e externo, quais os valores, crenças, condutas e comportamentos que deve adotar a partir de então. É assim que se dá a reprodução do universo simbólico da instituição e dos indivíduos e define como deve ser a maneira de pensar e agir deste “novato” em relação aos ambientes interno e externo, quais os valores, crenças condutas e comportamentos que orientam e direcionam os pensamentos e atitudes que regem a vida do policial.

Para a realização deste trabalho, utilizou-se a pesquisa qualitativa. Uma abordagem indicada para o desenvolvimento do conhecimento próprio da construção da identidade profissional do policial a partir da atividade cotidiana do policiamento ostensivo das ruas, uma vez que possibilita a realização de investigações sobre os problemas dessa prática, e se presta ao estudo do ser humano e de suas relações em seu ambiente social, facilitando a compreensão das experiências vividas pelos indivíduos nessa construção de sua identidade profissional. Isso significa Desta forma, podemos dizer que as questões referentes à prática profissional do policial militar precisam ser estudadas no contexto de significados que as experiências da atividade cotidiana do

---

<sup>12</sup> O “veterano” ou “antigão” é aquele policial que já possui anos de experiência profissional, adquirida na prática cotidiana em que já “tirou” serviço de rua abrangendo as diversas variáveis (processo, modalidade, circunstância, lugar, desempenho, duração, efetivo, forma, tipo e suplementação) e aspectos (a pé, motorizado, embarcação, de bicicleta, aéreo e montado; patrulhamento, permanência, diligência e escolta etc.) que envolvem o exercício do policiamento ostensivo. Além disso, já está familiarizado com todos os aspectos que compõem o universo policial militar tanto do quartel como da rua, portanto, sabe transitar nestes dois universos com desenvoltura.

policiamento ostensivo de rua têm para a construção da identidade profissional do “novato” e para os “antigões” com os quais ele interage.

Para a realização das entrevistas, que foram colhidas com a participação voluntária dos policiais, as quais foram gravadas e transcritas, foi elaborado um cronograma que obedeceu à escala de serviço dos policiais e foi devidamente negociado junto ao comando da Zona de Policiamento (ZPol) onde a pesquisa fora realizada, para que não houvesse nenhum transtorno de ordem administrativa e operacional.

O universo considerado, para efeito dos procedimentos exigidos por o estudo foi constituído por policiais militares de uma Zona de Policiamento da periferia de Belém<sup>13</sup>, levando-se em conta: as diferentes gerações de policiais, os distintos níveis hierárquicos da organização, a ocupação e o setor em que exerciam suas atividades na organização, como também os locais onde estiveram lotados no Estado, ao longo de sua carreira profissional. Neste sentido, a pesquisa privilegiou diferentes gerações de policiais que se distinguem fundamentalmente pelo contexto social no qual ingressaram na polícia e dentro do qual foram socializados para exercerem o cargo correspondente, como também o setor e o tipo de atividade desempenhada.

O tamanho da amostra foi de 20 (vinte) policiais, com objetivo de permitir o atendimento da tendência de saturação<sup>14</sup>, tendo em vista que a generalização pretendida foi a analítica, o que significa que os resultados esperados foram os referentes aos componentes do *corpus* e podem ser transpostos para novos contextos sob a forma de hipóteses, desde que seja realizada análise criteriosa do novo contexto de aplicação (NICOLACI-DA-COSTA, 2007: 68). A decisão sobre a amostra obedeceu aos limites considerados na literatura consultada para a realização de atividades de coleta de dados em nível coletivo, pela

---

<sup>13</sup> Os nomes dos entrevistados foram omitidos, bem como o nome e a localização da ZPol a fim de evitar a identificação dos policiais e possíveis retaliações por causa do conteúdo das entrevistas. Foram mantidos apenas as funções por eles ocupadas e o tempo de serviço, tendo em vista que tais dados são fundamentais para o entendimento de como se dá o processo de construção da identidade destes profissionais.

<sup>14</sup> Por saturação da informação entende-se o fenômeno que ocorre quando, após certo número de entrevistas, o entrevistador começa a ouvir, de *novos* entrevistados, relatos muito semelhantes àqueles que já ouviu, havendo uma rarefação de informações novas (NICOLACI-DA-COSTA, 2007: 68).

saturação dos dados que consideram critérios de confiabilidade e relevância (FLICK, 2004: 135).

Recorreu-se à técnica de análise de conteúdo<sup>15</sup>, com base na tese de Vergara (2005: 15), para quem “a análise de conteúdo é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema”. Dentro da análise de conteúdo, será utilizada a técnica da análise temática que, de acordo com Bardin (2004: 39), “consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”.

No que concerne à exposição dos resultados a que chegamos, este estudo foi organizada do seguinte modo. Nesta introdução, se fez a justificativa e foi apresentada a relevância do tema, os objetivos do estudo e a metodologia utilizada.

No Capítulo um, aborda-se os aspectos legais e informais que integram o universo da “pedagogia da suspeita”, no que concerne à atitude do policial em relação à sociedade e desta em relação a ele. Complementarmente, aborda-se os elementos que constituem o olhar do policial em relação ao “elemento suspeito”, denominado aqui como a “representação da suspeita”. Apresentamos também os aspectos relacionados à desconfiança entre os policiais que chegam e os que já estão inseridos no universo do policiamento ostensivo das ruas, bem como sobre o caminho percorrido para o estabelecimento da confiança entre os policiais novatos e os veteranos.

No capítulo dois, serão abordadas as questões acerca da inserção do aspirante no cotidiano do quartel e da rua, que vai se revelar como um mundo repleto de ambivalências e contradições com o qual ele precisará aprender a conviver e encontrar o seu espaço, já que irá se defrontar com o desafio de

---

<sup>15</sup> A opção pela análise de conteúdo se justifica porque esta se presta tanto à análise de documentos quanto à de entrevistas, além disso, permite sistematizar, conhecer e explicitar as condições de produção e recepção de mensagens, à medida que enfoca, como análise qualitativa, a presença ou ausência de categorias ou características em determinada comunicação, instrumento coerente, portanto, com a proposta do presente estudo. “A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça.” (BARDIN, 2004: 38).

comandar policiais que são hierarquicamente subordinados, porém com muito mais de tempo de serviço e, por isso, mais experientes quanto à rotina do policiamento. Por outro lado, será também abordada a inserção do soldado recém-formado neste universo e como ele vai conquistar a confiança dos seus superiores e colegas de equipe, bem como, acerca do processo de construção da relação de confiança entre si e os superiores com os quais irão trabalhar, além da conformação do conhecimento teórico ao conhecimento prático apresentado por eles, a partir da avaliação da validade ou não de ambos quando confrontados com a realidade das ruas.

No capítulo três objetiva-se abordar as dimensões que envolvem o universo policial militar a partir das ambivalências existentes entre o mundo do quartel e o lócus da ação policial: a rua. Além disso, abordaremos o processo de socialização profissional caracterizado pela conversão ao novo papel profissional, por meio de uma acomodação entre o modelo ideal da atividade policial e suas realidades práticas, passando pela importância do risco e do perigo (segundo Giddens, 1991) para a fabricação da identidade profissional policial.

Por fim, são apresentadas algumas conclusões e reflexões sobre a investigação realizada, seus limites e as questões suscitadas ao longo deste processo.



## **2 - A PEDAGOGIA DA SUSPEITA**

Em qualquer organização policial militar do país, o policial recém formado, ao ingressar no cotidiano do policiamento das ruas, vai passar a fazer parte de um grupo previamente formado do qual, em geral, apenas ele é “novato”. Nesse grupo já há critérios, normas e códigos estabelecidos, os quais ele precisará apreender, obedecer e respeitar para ser aceito como membro. Dentre estes critérios, um dos mais importantes é a confiança.

Segundo Camelo et. al. (2009: 12), há uma convergência entre os estudiosos das organizações de que em um ambiente em que há confiança, o medo ou o temor em agir, em relação às atividades, em função da incerteza das conseqüências futuras, diminuem. Assim, a confiança assume um papel de extrema relevância que é o de facilitar as relações de trabalho e as trocas econômicas e, conseqüentemente, de fazer com que as atividades fluam melhor, que os objetivos sejam atingidos mais rapidamente.

Desse modo, o objetivo deste capítulo é demonstrar que na Polícia Militar o princípio que rege as relações sociais está assentado na confiança pessoal em que as regras são legitimadas pelo estatuto de uma honra que se pauta na fidelidade. Portanto, conforme veremos ao longo deste capítulo, para ser aceito em uma equipe já estabelecida, o policial que nela ingressa precisará provar que é digno de confiança por estes. Caso contrário, não vai se inserir neste universo no qual a rigidez da hierarquia e da disciplina é deixada um pouco de lado e passam a ser obedecidas as normas informais que vão marcar as relações entre “novatos” e veteranos determinadas pelo nível de confiança que cada um conquistou dentro do grupo.

### **2.1. A formação da “fundada suspeita”**

A atividade policial, em especial, da Polícia Militar, é caracterizada pela atividade preventiva e repressiva imediata. A Prevenção é colocada em prática

por meio do policiamento ostensivo fardado e proativo, que é identificável pela farda, armamentos, equipamentos e viaturas, inibindo a prática do crime nas regiões onde está disposto. A repressão imediata, por sua vez, é praticada pela Polícia Militar, quando o cidadão a convoca ou os policiais percebem a necessidade de intervenção diante do delito em cometimento ou da possibilidade de ser cometido. É nessas situações que o policial faz uso da busca pessoal para tentar localizar objetos que foram ou poderiam ser utilizados no cometimento de delitos ou são a prova de que o cidadão cometeu algum delito.

A PMPA tem utilizado o recurso do policiamento ostensivo fardado como forma de prevenção ou repressão imediata a delitos, principalmente na Região Metropolitana de Belém (RMB). Apesar da larga utilização desse recurso como forma de redução da criminalidade, vale questionar sobre os critérios utilizados pela corporação policial para balizar a realização da busca pessoal. Além disso, é importante verificar como o policial “discricionariamente”<sup>16</sup> decide quem será ou não submetido à busca pessoal<sup>17</sup>.

Objetivando responder a estas questões, serão apresentadas as discussões acerca da norma legal que baliza a execução da busca pessoal, além da doutrina apresentada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP - e ensinada nos cursos de formação da PMPA.

Para realizar a busca pessoal em qualquer pessoa, a doutrina da SENASP se baseia principalmente no que preconiza o art. 244 do Código de Processo Penal (CPP), que é bastante genérico, dando espaço à subjetividade do policial e que assim define:

---

<sup>16</sup> De acordo com Muniz (2008, 103), uma decisão policial é discricionária quando se qualifica como uma espécie de “última decisão” que se sustenta e se afirma mesmo diante de oposições. Isso significa que o policial ou a organização policial pode decidir entre o “agir” e o “não agir” numa determinada situação, como por exemplo, onde alocar pessoal, o que deve ser ensinado nos cursos de formação, qual a prioridade no atendimento às emergências que se lhes apresentam ou como encaminhar as reclamações dos cidadãos.

<sup>17</sup> Segundo o Manual Básico de Policiamento Ostensivo [s.d.], a busca pessoal ou “baculejo” na linguagem cotidiana do universo policial, é a realização da “revista” no corpo e vestimentas da pessoa suspeita. Há dois tipos de busca: ligeira e minuciosa. Por busca ligeira entende-se àquela feita em recintos onde o ardor dos frequentadores possa motivar a alteração da ordem pública (logo na entrada de estabelecimentos públicos e privados, como estádios de futebol, audiências do tribunal do júri, danceterias). A busca minuciosa requer maiores cautelas a fim de preservar a integridade moral e física do(a) revistado(a) e do(a) abordado(a), uma vez que esse tipo de busca permitirá encontrar objetos de pouco volume, tais como munições, drogas, jóias, estiletos, seringas e outros que poderão ser escondidos em locais impróprios, às vezes nas partes íntimas e cavidades naturais, nos fechos e costuras de roupas e calçados.

A busca pessoal independe de mandado, no caso de prisão ou quando houver **fundada suspeita** de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.  
(grifo nosso)

A obscuridade do artigo 240 do Código de Processo Penal (CPP), quanto ao que venha ser caracterizado por “fundada suspeita” também se repete nos artigos 244 e 304 do CPP<sup>18</sup> e nos demais instrumentos normativos<sup>19</sup>. Isso só confirma que a ampla abertura interpretativa ao que se deve entender por “fundada suspeita” não é exclusividade do citado Código. Portanto, é nitidamente perceptível que o Estado atribui ao funcionário público a discricionariedade em definir, subjetivamente, quem desperta suspeita. Ao fazer isso, o Estado confia (e aposta) que o subjetivismo do agente policial não será abusivo, ilegal. Dessa forma, cabe ao aplicador da Lei, em especial o policial militar, usar de sua experiência profissional para avaliar toda a situação, optando pelo melhor momento de efetuar a abordagem policial, bem como quais cidadãos irão ser submetidos à busca pessoal.

Mas como aferir a ultrapassagem do limite da legalidade, se a própria lei não estabelece parâmetros claros? E o que define a doutrina da SENASP? É importante ressaltar que o requisito essencial e indispensável para a realização da busca pessoal, cotidianamente denominada de “revista”, “baculejo” ou “abordagem” é a “fundada suspeita”.

Segundo Nucci (2007) é necessário restringir ao máximo a subjetividade do agente público, especialmente o policial militar, incumbido do dever/poder de realizar a “revista”. Para tanto o autor define suspeita como “uma desconfiança ou suposição, algo intuitivo e frágil, por natureza”. Por isso a lei exige a “fundada suspeita”, isto é, “que existam e estejam presentes razões de natureza cautelar e, por isso, urgentes, que são mais concretos e seguros, não exigindo, entretanto, a autorização judicial”.

---

<sup>18</sup> Tais artigos tratam, respectivamente, da dispensabilidade do mandado em se tratando de busca pessoal e da apresentação do acusado quando da prisão em flagrante.

<sup>19</sup> Arts. 172, 181, 182 e 216 do Código de Processo Penal Militar. Art. 100, da Lei 4.502 de 30/11/1964. Art. 53 do Decreto-Lei 37 de 18/11/1966. Art. 1.176 da Lei 5.869. Art. 9º da Lei 6.385 de 07/12/1976. Arts. 105 e 117 da Lei 6.404 de 15/12/1976. Art. 13 do Decreto 98.386 de 09/11/1989. Art. 29 do Decreto 1.789 de 12/01/1996. Art. 3º da Lei 10.054 de 07/12/2000. Arts. 449 e 704 do Decreto 4.543 de 26/12/2002 e Art. 451 do Decreto 4.544 de 26/12/2002.



Assim, de acordo com o CPP e com os demais instrumentos normativos, quando um policial desconfiar de alguém, não poderá valer-se, unicamente, de sua experiência, mas precisará de algo mais palpável como, por exemplo, a denúncia feita por terceiro que tenha presenciado o ato, de que a pessoa porta o instrumento usado para o cometimento do delito, bem como pode ele mesmo visualizar uma saliência sob a blusa do sujeito, dando nítida impressão de se tratar do instrumento. De acordo com Nucci (2007):

[...] torna-se impossível e impróprio enumerar todas as possibilidades autorizadas de uma busca, mas continua sendo curial destacar que a autoridade encarregada da investigação ou seus agentes podem – e devem – revistar pessoas em busca de armas, instrumentos do crime, objetos necessários à prova do fato delituoso, elementos de convicção, entre outros, agindo escrupulosa e fundamentadamente. (NUCCI, 2007: 502)

Os termos jurídicos expostos no CPP em relação à busca pessoal possibilitam uma ampla gama de fundamentos subjetivos a serem usados pelo policial, tornando-a assim uma norma aberta, permeável a toda a sorte de fundamentações, tendo em vista que não define com exatidão o que seria a “fundada suspeita”. Acerca desse tema Mehmeri (1996) afirma que a busca pode ocorrer no corpo da pessoa, à procura de armas, objetos ou instrumentos que interessem às apurações.

Essa busca inclui utensílios ou outras coisas como valises, malas, bolsas, carteiras etc. a busca pode ser feita, inclusive por meios mecânicos, químicos e radioscópicos, porque é comum o criminoso esconder o objeto em lugares recônditos, ou até engoli-lo, hipótese em que se submeterá a processos químico-farmacêuticos para eliminação, por via intestinal, se for possível reaver o objeto em sua inteireza. Por ser diligência de menor agressividade à pessoa, o legislador cerca-a de menor formalismo, tais como: *Existência de suspeição*. Enquanto na busca domiciliar exigem-se fundadas razões, aqui o legislador satisfaz-se apenas com *Fundada Suspeita*. Ora, como a simples *suspeição* tem caráter subjetivo, dificilmente poderá caracterizar-se *abuso de autoridade*, a menos que haja escancarado excesso... (MEHMERI, 1996: 138-9).

A “fundada suspeita” de que fala o autor é de que alguém oculte consigo arma proibida ou objetos obtidos por meios criminosos, com objetos que sirvam para colher qualquer elemento de convicção, ou ainda traga consigo carta que o conteúdo possa ser útil à elucidação do fato. Assim o policial necessita de algo palpável como: a) a denúncia feita por terceiro de que a pessoa porta o instrumento usado para o cometimento do delito; b) informações de ocorrência

policial repassada por Central de Operações através de sistema de comunicações; c) se ele mesmo visualizar uma saliência sob a blusa do sujeito, dando nítida impressão de se tratar de arma de proibida; d) se ele mesmo visualizar que a pessoa traz consigo qualquer elemento de convicção para elucidação de fatos; e) se a pessoa estiver em flagrante delito, e o policial visualize uma saliência sob a blusa do sujeito, dando nítida impressão de se tratar de arma proibida, para resguardar a integridade da equipe policial, do sujeito e de terceiros; f) se a pessoa ao avistar uma viatura policial militar se desfaz (joga fora) de algum objeto que traz consigo ou empreende fuga em desabalada carreira. E, neste sentido, existe um infinito de possibilidades que irão caracterizar a fundada suspeita. Esta deve estar sempre dentro dos limites legais da discricionariedade, baseada em algo mais concreto e seguro do que a simples suspeita.

A orientação da SENASP não acrescenta elementos novos à forma de atuação utilizada pela Polícia Militar do Pará, pois também não estabelece critérios objetivos. No curso “Aspectos Jurídicos da Abordagem Policial” que trata da abordagem policial, encontramos a seguinte afirmação:

A existência de fundada suspeita é o pressuposto inicial para que o policial realize a abordagem. A fundada suspeita resulta da análise da existência de elementos concretos e sensíveis que indiquem a necessidade da abordagem. Não tem como direcionador simplesmente a desconfiança ou perspicácia do agente público. Assim, o policial deve nortear sua conduta por dados concretos (PONTES, CARNEIRO & RAMIRES, 2009: 17)

Encontramos também a afirmação de que não é a pessoa que é suspeita e sim a conduta que a pessoa adota que a torna suspeita. Também não é recomendado fixar a suspeita em detalhes físicos, para não estabelecer estereótipos e produzir injustiças e sensação de insegurança. No entanto, conforme podemos observar a “fundada suspeita” baseia-se apenas no entendimento do agente público, aqui representado pelo policial que, ao visualizar determinado fato, pressupõe que nele há fortes indícios de ilegalidade. Desse modo, mais uma vez o pressuposto de indícios é apoiado essencialmente em critérios subjetivos, pois é intrínseco ao policial. Não há um posicionamento claro sobre os critérios objetivos, isto é, não há elementos capazes de caracterizar a conduta do cidadão como suspeita.

Diferente de Nucci (2007), Mehmeri (1996) e da SENASP, Espínola Filho (2000: 266), foge do estabelecido no CPP e defende a legitimidade do “tino/tirocínio policial” usado na abordagem de suspeitos. Segundo ele, ao agir assim, o policial “cumpre com seu dever de manutenção da ordem pública e de coleta de eventuais provas da prática de um delito, discordando das decisões que fundamentam absolvições por pretensão atentado à liberdade pessoal”.

Por esse prisma, sem suprimir a liberdade individual e a intimidade, sem agredir a integridade física, rápida e razoavelmente, o policial pode abordar e efetuar a busca pessoal em um cidadão que esteja à noite ou de dia em becos escuros, dissimulados, atrás de postes, rondando escolas, parques, áreas residenciais; que traje roupas pesadas em dias nos quais a temperatura não as exige; que apresente volumes incomuns nas pernas, cintura, axilas; que se afaste ou mude de rumo, dissimulada ou rapidamente, a partir da visualização do policial (RIBEIRO, 2009: 48).

A revista pessoal é necessária, fundamental e indispensável para qualquer atividade de polícia preventiva, sem a qual é impossível ao Estado manter a ordem pública, proporcionando à sociedade tranqüilidade, segurança e salubridade. Na hipótese de uma sociedade não dispor do recurso legal da revista pessoal, o policial no exercício de sua função não poderia coibir o porte ilegal de arma ou de entorpecentes, não descobriria objetos necessários à prova de infração, não descobriria instrumentos e objetos falsificados e nem colheria qualquer elemento de convicção de que determinado delito foi cometido.

Oficialmente, nos cursos de formação a Polícia Militar do Pará não apóia essa atitude, de uma oportunidade intuitiva de realizar a busca pessoal, no entanto, na atividade prática isso ocorre cotidianamente e é incentivada pelos dirigentes da instituição, visto que a quantidade de abordagens realizadas é utilizada como critério de produtividade das guarnições de serviço.

Durante as entrevistas diversas vezes foi comentado pelos policiais que tanto nas orientações no momento em que estão entrando de serviço, quanto nos “paradões”<sup>20</sup> matinais das sextas-feiras, tanto os oficiais interativos (coordenadores dos serviços operacionais), quanto o comandante da Zona de Policiamento (ZPol), além do comandante do batalhão, incentivam e determinam

---

<sup>20</sup> O “paradão” é a denominação dada à solenidade militar que tem por objetivo reunir os policiais para dar informações de caráter geral, divulgar notas de instruções que tenham sido publicadas e/ou dar instruções sobre novos procedimentos policiais ou sobre novas diretrizes operacionais.

que sejam realizadas abordagens sempre que os policiais perceberem qualquer “atitude suspeita” por parte dos transeuntes ou dos grupos que se aglomeram nas esquinas ou próximo aos locais ermos ou mesmo a duplas que se deslocam em bicicletas ou motocicletas.

A norma estabelecida na ZPol é a de que cada comandante de equipe/guarnição (GU), ao final do serviço, deve apresentar os autos de apresentação de pessoas detidas ou apreendidas de que realizaram. Além disso, devem também relatar a quantidade de abordagens feitas durante as rondas realizadas. Mesmo não concordando com essa forma de trabalhar, os policiais são obrigados a realizar as abordagens, mesmo que tenham que deixar de lado os aspectos que caracterizam a “fundada suspeita” que fundamenta a abordagem.

P<sup>21</sup> – Quer dizer que a produtividade aqui é medida por abordagem?

R<sup>22</sup> – É [...].

P – E assim, é uma forma de medir?

R – É. Eles medem dessa forma: abordagem, abordagem, abordagem, abordagem. (*Cabo nº 6, com 12 anos de serviço*).

Durante a entrevista com este policial ele chegou a apresentar seu posicionamento contra esse tipo de atuação, mas também comentou que se a guarnição de serviço não realizar as abordagens corre o risco de ser admoestado pelo “oficial interativo”<sup>23</sup> e mesmo pelo comandante da ZPol

---

<sup>21</sup> P. é a inicial da palavra utilizada para identificar o pesquisador.

<sup>22</sup> R. é a inicial da palavra utilizada para identificar a resposta do entrevistado.

<sup>23</sup> Oficial interativo é o tenente ou aspirante-a-oficial que coordena todo o serviço de policiamento ostensivo em uma Zona de Policiamento durante o turno. De acordo com o Manual Básico de Policiamento Ostensivo algumas das atribuições de responsabilidade dos oficiais empregados em atividade de coordenação e de controle operacional são: Manter-se durante o seu turno de serviço constantemente exercendo o comando da tropa sob a sua responsabilidade; Conhecer o plano de policiamento ostensivo da sua unidade e saber como acioná-lo; Supervisionar e fiscalizar todas as passagens de serviço, oportunidade em que deve verificar o moral, estado sanitário e higiene da sua tropa, aproveitando para instruí-la sobre assuntos ligados ao serviço e comentários sobre as principais ocorrências, ao mesmo tempo em que científica-se de todo o armamento, oficial e particular, bem como tipo e quantidade de munição, que cada policial está portando; Assumir todas as ocorrências de maior gravidade ou que pelas suas características tenham extrapolado o nível de resposta dos seus subordinados; Atender ocorrência nas seguintes situações: a) Quando chamado pelos indivíduos de serviço, por se julgarem incapazes de resolvê-la; b) Quando for solicitado pelo público em situação emergencial; c) Quando determinado pelo Chefe de Operações ou autoridade superior; d) Quando envolver militares das FA ou PM, autoridades executivas, legislativas e judiciárias, bem como policiais civis, etc.; Remanejar os efetivos disponíveis para dar cumprimento às notas de serviço determinadas pelo comando, em caráter extraordinário; Direcionar, orientar e planejar o emprego das viaturas em situações extraordinárias; Procurar estreitar o seu relacionamento com a comunidade, orientando também os seus comandados nesse sentido; Fiscalizar e acompanhar o atendimento das principais ocorrências do seu turno de serviço, entre outras atribuições específicas de sua Unidade.

durante o serviço ou por ocasião das paradas matinais quando os policiais se reúnem para as orientações sobre o serviço, ocasiões em que a orientação é para fazer “abordagem, abordagem, abordagem”.

No que diz respeito aos oficiais interativos, que são os coordenadores do serviço diário, todos os dias eles precisam planejar e desenvolver pequenas operações em suas áreas de policiamento com o objetivo de efetuar abordagens em pessoas suspeitas de cometer ou estar se preparando para cometer delitos, especialmente, furtos, roubos e homicídios. Tais operações têm a duração média de duas horas e são desenvolvidas nos locais onde ocorrem mais crimes, de acordo com as estatísticas realizadas pelo próprio batalhão, por meio do registro das ocorrências atendidas pelos policiais militares. Chamou a atenção no depoimento do oficial interativo que acredita que a realização de abordagens é fundamental para a diminuição da criminalidade.

[...] Eu sou duma visão de que quando a gente trabalha ostensivamente, fazendo abordagem, fazendo a ronda pelo, pelos QTHs, quando a gente não tem acionamento nem do CIOP e nem da comunidade, porque você tá rondando a comunidade pode lhe acionar. Quando a gente não tem esse tipo é porque o policiamento, ele funcionou na sua missão primeira que é a prevenção. (*Tenente nº 2, com 5 anos de serviço*).

Essa visão de que “fazendo abordagem, fazendo ronda pelos QTHs”<sup>24</sup> vai diminuir a criminalidade é amplamente disseminada para a tropa como forma de convencimento para esse tipo de procedimento nas áreas de policiamento, porque abordando a comunidade “vê o policial e “pode acionar” se precisar. No discurso do tenente e dos demais policiais, abordar é “trabalhar ostensivamente”, portanto, é cumprir a atribuição que cabe à PM.

Além disso, de acordo com os dos oficiais entrevistados, se o oficial não apresenta um número considerado satisfatório pelos comandantes da ZPol e do Batalhão, este é considerado preguiçoso. O comandante do batalhão chega a premiar a equipe que mais realiza abordagens durante o mês. Há um policial especialmente dedicado a fazer a estatística da “produtividade” das equipes e,

---

<sup>24</sup> De acordo com o Código Internacional Q, adotado internacionalmente por Forças Armadas e policiais para comunicação por intermédio de rádios, QTH, significa o local, endereço ou posição em que determinada pessoa, equipe ou prédio estão localizados, de acordo com a latitude e a longitude. Na linguagem cotidiana dos policiais que trabalham no policiamento ostensivo de rua, QTH tanto pode significar o local onde se concentra a ocorrência de crimes, como o endereço do comerciante que paga uma quantia em dinheiro para que a equipe de policiais de determinada área intensifique o policiamento às proximidades do seu ponto comercial.

no “paradão” da primeira sexta-feira do mês, apresenta os resultados do mês anterior. A partir dos resultados, a equipe que mais se destacou, recebe uma premiação que, em geral, se traduz em folgas da escala de serviço. É essa estatística que servirá como base para o emprego do policiamento.

A quantidade de operações e de abordagens realizadas e computadas nas estatísticas de um Batalhão localizado em Belém são encaminhadas mensalmente para o Comando de Policiamento da Capital (CPC) para serem somadas aos dados das outras unidades policiais subordinadas e, finalmente, alimentar os dados que subsidiarão a estatística da PMPA, que servirá para o planejamento da distribuição do policiamento nas unidades operacionais.

Diante da rotina diária de abordagens que vêm sendo realizadas e veiculadas na imprensa e sendo utilizadas pela Polícia Militar, a exemplo da “Operação Força pela Paz” que, de 2007 a 2010, foi realizada quatro vezes<sup>25</sup>, cada uma delas com períodos de duração que vão de alguns dias até mais de mês. Na citada operação e no cotidiano do policiamento ostensivo das ruas, a busca pessoal é realizada como forma preventiva de manutenção da ordem pública e de verificação de identidade civil de pessoas suspeitas de estar cometendo ou prestes a cometer algum ilícito<sup>26</sup>. Um exemplo claro da valorização da abordagem e da quantificação dos dados foi dado pelo entrevistado abaixo.

Olha um exemplo aqui. Aconteceu... é cômico a situação. O soldado tal, um soldado formado em estatística, trabalha na estatística do batalhão [...]. Na função que ele exerce administrativa, eu considero um bom policial. Aí o atual comandante também gosta do trabalho dele né. Aí, teve o primeiro “paradão” do atual comandante e ele: “Olha pessoal, o soldado tal, formado em estatística, beleza pura, frito, cozido, assado, não sei o quê, vai apresentar a estatística do batalhão. Sargento tal, tantas abordagens; tenente tal, tantas abordagens; cabo tal, tantas abordagens”. Eu fiquei olhando assim. Tal ZPol, que é do capitão tal, tava ultrapassando todo mundo daqui da nossa ZPol e é considerada a melhor ZPol. [...]. Aí falou, que o capitão era um cara

---

<sup>25</sup> De acordo com os dados apresentados pelo Comandante Geral da Polícia Militar no período de 24 de março a 31 de dezembro de 2010, em reunião de governo realizada na governadoria do Estado, no dia 07 de maio de 2010, no ano de 2009 e amplamente divulgada pela mídia, foram realizadas as seguintes operações: barreira (14), incursão (27), Belém sobre duas rodas (67), saturação (28), durma tranquilo (24), ronda nos bairros (12), ônibus (12), bloqueio (10), força pela paz (2), patrulhão (2) e supervisão (3).

<sup>26</sup> A produtividade do policiamento em Belém e na Região Metropolitana tem sido determinada pelo número de abordagens realizadas na mesma reunião de governo. Somente no ano de 2009, segundo dados apresentados pela Polícia Militar, foram realizadas 698.417 abordagens/busca pessoal e 6.416 detenções e posteriores apresentações nas Delegacias de Polícia Civil.

assim meio 'bossal' né, que ele chegou e disse: "Olha, isso aí não é nada, que no próximo 'paradão' a minha ZPol vai bater lá no teto" [...].  
(Cabo nº 6, com 12 anos de serviço).

Observa-se que com a divulgação ostensiva da estatística provoca um mal estar naqueles policiais que não fazem parte da ZPol "vencedora" na competição pelos dados e pela premiação. Mesmo que os policiais digam que isso não tem importância, é possível observar que isso os incomoda bastante, como vemos na fala do cabo ao se reportar sobre a divulgação dos dados: "Sargento *tal*, tantas abordagens; tenente *tal*, tantas abordagens; cabo *tal*, tantas abordagens. Eu fiquei olhando assim".

Na prática, essa valorização excessiva da quantidade de abordagens realizadas leva os policiais a reagir de diferentes formas. Uns policiais reagem à divulgação dos dados com indiferença e não modificam sua forma de atuação. Outros passam a fazer abordagens com mais frequência com objetivo de mudar o resultado em favor da sua ZPol, mesmo que para tanto tenham que abordar pessoas que não apresentem, em seu entendimento, comportamento suspeito. Outros ainda deixam de realizar as abordagens por ter se decepcionado com o resultado sempre em favor das outras equipes.

Considerando a quantidade de buscas pessoais realizadas pela PM durante o ano de 2009 e 2010, é importante voltar nosso olhar para observar quem são as pessoas que estão sendo submetidas à busca pessoal. Quando se imagina uma pessoa suspeita, cada um desenha o seu estereótipo, que pode ser diferente ou semelhante para cada pessoa. No trabalho policial, no entanto, cria-se uma cultura de estereotipar determinados indivíduos, conforme veremos a seguir.

## **2.2. Quem é o elemento suspeito?**

Essa quantidade de operações realizadas pela Polícia Militar em Belém e na Região Metropolitana nos últimos dois anos nas quais utiliza como principal recurso para a detenção de pessoas suspeitas a abordagem nos leva a outra questão: quem é suspeito? Como caracterizar que o cidadão está em atitude

que pode ser identificada como fundada suspeita? Este é o problema central da abordagem policial considerada legal no sentido jurídico, em outras palavras, da busca jurídica. Não há doutrina sobre o tema, não há legislação sobre o assunto de forma específica.

Kant de Lima (2002) entende que é atribuição da polícia não apenas forçar o cumprimento da lei, mas identificar os conflitos e minimizá-los quando possível, ou reprimir fortemente para extingui-los, por se constituírem em uma ameaça potencial a todo o ordenamento social harmônico. Assim, a legitimidade da ação policial estará associada à interpretação do que deseja o Estado para a sociedade brasileira e não do que a sociedade deseja para si mesma. Dessa forma, a polícia busca identificar cada um dentro da estrutura hierarquizada da sociedade, para tratar desigualmente os estruturalmente desiguais, aplicando a lei geral de forma particular, caso a caso. Como as regras que regem a sociedade não são inteiramente explícitas, criam-se espaços de clandestinidade onde a **suspeição** rege a ação policial e os direitos civis são tranqüilamente ignorados justamente por aqueles que têm o dever de protegê-los.

O Estado – e a polícia – definem-se, assim, como instituições (...) separadas do conjunto de cidadãos que precisam não apenas controlar, mas, fundamentalmente, manter no seu devido lugar, reprimir. A **suspeição** sobre as intenções de descumprir regras (...) caracteriza a ação da polícia. (KANT DE LIMA, 2002: 207) (grifo nosso).

Em pesquisa realizada com grupos sociais diferentes da população carioca, Ramos e Musumeci (2005: 31-7) demonstram como algumas características podem estar interligadas em diferentes classes sociais, podendo assim chegar próximo do que a população define como “elemento suspeito” que, com certeza, será abordado pela polícia: negros, de aparência diferente, fora do padrão aceito pela sociedade, tatuados, mal vestidos.

Foram expressadas opiniões contraditórias em relação à aceitação ou não da abordagem policial. Ao mesmo tempo em que são mal vistas, causam uma boa impressão na população. Os entrevistados dizem que o tratamento do policial em relação a eles na abordagem é de forma educada e gentil, sendo que em outros questionamentos, relatam que foram desrespeitados ou tiveram um tratamento desleixado, isso demonstra que a população analisa diferentemente



o atendimento de cada policial em uma abordagem, tendo uns com um bom tratamento e outros desrespeitosos (RAMOS & MUSUMECI, 2005: 41-2).

Segundo a perspectiva de Reis (2002: 183), o poder de seguir, abordar e até mesmo de conduzir o elemento suspeito a uma delegacia de polícia, geralmente, baseia-se apenas em uma desconfiança que os policiais denominam de “suspeita”, que não foi contestada até agora por estar baseado no artigo 244 do CPP, conforme vimos acima. De acordo com esse entendimento, a “suspeição” constitui-se em atitude de caráter subjetivo e, portanto, carregada de valores e pré-noções de cunho discriminatório.

Para Reis, as circunstâncias mais comuns de suspeição policial definem-se a partir de três elementos principais: lugar suspeito, situação suspeita e características suspeitas.

O **lugar** parece ser fator preponderante na definição da condição de suspeição, pois, “a depender dele, o indivíduo pode ser mais ou menos suspeito, de acordo com os seus caracteres físicos e o seu modo de agir” e, principalmente, os bairros periféricos, os locais escuros, matagal, esquinas e ruas cheias de becos, que poderiam facilitar uma possível fuga. (REIS, 2002: 183).

De acordo com os depoimentos dos policiais entrevistados, podemos afirmar que os policiais militares que trabalham no batalhão onde a pesquisa foi realizada, também utilizam o lugar onde a pessoa mora ou está transitando como um elemento de suspeição, conforme podemos observar na fala de um dos entrevistados.

[...] Aí ele ia, não falava nada, revistava né, revistava tudo na doida e tudo. Ele revistou o quê? Até criança, ele revistou. Eu falei: “Moleque, tu vais prender a guarnição”. Aí ele ficou calado. Aí tem um local na Bica, que a Bica é um igarapé, é rio, sei lá há quantos anos atrás né, secou. Então, a senhora paralelamente na rua, se a senhora for ver, assim, existem uns valões que eram o igarapé. Tem uns dois metros de profundidade por um metro de largura, creio eu e ele foi. Logo depois dele tinha um soldado dez metros depois. Aí o soldado gritou: “Cabo, tá alterado”. Aí quando ele falou “tá alterado”, aí eu coloquei a Magal e abordei, dentro da do valão, dois elementos. “Sobe, sobe”. Subiram. Revistou, não tem nada. “Não, a gente tá catando latinha e tal”. “Tá, beleza. Podem ir”[...]. (*Cabo nº 6, com 12 anos de serviço*).

Como podemos observar, por estar trabalhando em um bairro periférico, “a Bica”, onde as ruas são verdadeiros “valões” por onde passava um igarapé, o policial realizou abordagens sem observar se a pessoa apresentava os elementos que caracterizam a fundada suspeita ou não, já que “até criança” foi revistada” sem que ele informasse o motivo. Ele simplesmente “ia, não falava nada, revistava né, revistava tudo na doida e tudo”. O simples fato de residir ou transitar naquele local já fazia da pessoa um suspeito, portanto, passível de ser abordado. Fora isso, nem mesmo era informado ou esclarecido ao abordado o motivo da abordagem e, diante da ausência de qualquer objeto suspeito, sequer era agradecida a colaboração do abordado que ouvia apenas um “Tá beleza. Podem ir”.

No geral, as características físicas dos moradores – o descuido com a aparência, resultante das mazelas da vida, cabelos despenteados, roupas velhas ou estragadas – associam-se a estilos de vida supostamente correspondentes: o crime e a delinqüência. Desse modo, a segregação física dos bairros populares resulta numa discriminação social, segundo a qual dentro do bairro todos são marginais, e fora dele todos são suspeitos. (REIS, 2002: 185).

Mesmo o “catador de latinha”, por estar em uma vala abaixado trabalhando, já provocou a suspeita do policial que, imediatamente, realizou a abordagem. Uma pessoa que cata latas para sobreviver é uma pessoa que não apresenta uma aparência bem cuidada, usa roupas velhas e cabelos desalinhados. Eis a razão pela qual foi logo confundido com criminoso. E não apenas por estar naquele lugar, mas por possuir características físicas e aparência que são associadas pelos policiais e pela sociedade em geral como as de pertencentes aos marginais.

De acordo com Reis (2002: 184), quanto mais populares forem as características do bairro, maior a probabilidade de se ter indivíduos suspeitos. Este é o caso das “invasões”, termo pejorativo que no Brasil designa as favelas e as ocupações ilegais de terra. Estas são consideradas por muitos como lugares de suspeição, devido ao padrão de construção simples (ou inacabado),

alta densidade populacional, falta de serviços municipais e localização periférica.

Esse olhar discriminatório que a polícia dirige às comunidades carentes também é uma realidade entre os policiais da ZPol. Quando o policial ingressa no universo do policiamento ostensivo das ruas e começa a trabalhar com os policiais veteranos esta é uma das lições que lhe serão dadas. Como o chamado “crime de varejo”, caracterizado pelos pequenos furtos a pessoas e a residências, roubos, tráfico de drogas, além dos homicídios, são os crimes de maior repercussão na sociedade, estes são os delitos mais combatidos pela polícia. Por isso, as operações policiais visam identificar e prender os criminosos que praticam esse tipo de delito, utilizando para isso, a abordagem, sendo que tais operações se concentram nos bairros pobres das periferias das cidades onde estes crimes são mais comuns, conforme podemos observar nas afirmações do entrevistado a seguir.

P – Pois é, porque é corrente na sociedade que a polícia aborda o cidadão tatuado, de cabelo pintado, de bermudão.

R – Isso. A maioria, a maioria faz assim.

P – é pelas características da comunidade, da cidade, que vocês abordam?

R – isso.

P – Num outro batalhão, vamos dizer, no 2º Batalhão vocês abordariam preferencialmente pessoas com essas características?

R – não, não. Eu já fui de lá. Não. É essas características mesmo. É uma discriminação inconsciente.

P – E a quem tu atribuis essa discriminação inconsciente?

R – Primeiro por uma questão social mesmo e o segundo é que na maioria das vezes é assim. Geralmente, quem tá assaltando em moto não são dois cidadãos de terno e gravata, com Bíblia em baixo do braço ou uma pasta presidente. São pessoas com cabelo pintado, com brinco, boné escondendo a cara, um camisão, um bermudão. Geralmente é isso. A gente tá indo pela estatística que tá dando uma pontuação maior.

P – Então, é a prática cotidiana que fez com que você elegeisse determinadas características?

R – Isso.

P – E o local ajuda ou atrapalha? Vamos dizer assim, ele tá de cabelo pintado, de bermudão lá na praça de [...] (local da pesquisa) e tá com essas mesmas características físicas lá no, como é o nome do lugar lá que secou o igarapé?

R – Na Bica.

P – Na bica. Tu abordarias ele tanto na praça quanto lá?

R – Abordaria.

P – Então o local não influencia? É mais as características físicas mesmo? Tu abordarias alguém de terno e gravata perto do Banco do Brasil?

R – Só mediante denúncia. (*Cabo nº 6, com 12 anos de serviço*).

Conforme afirma o policial, já está cristalizado no universo policial que pessoas que se vestem e se comportam de determinada maneira, isto é, “pessoas com cabelo pintado, com brinco, boné escondendo a cara, um camiseta, um bermudão”, ou ainda, que utilizam motos ou bicicletas para seu deslocamento são suspeitas em potencial porque as estatísticas dos delitos mais combatidos pela polícia militar confirmam que estes são criminosos, portanto, para os policiais é normal se deparar com pessoas que se encaixam nesse perfil e “naturalmente” realizar a abordagem para, dessa forma “prevenir” a criminalidade.

Diferente do que ocorre na periferia, nos bairros nobres os policiais delimitam a suspeição pela precaução, já que eles não sabem ao certo “com quem estão lidando”, tendo em vista que nestes locais “mora muita gente grande”. Isso reforça a tese de que nestes locais ocorre com frequência o fenômeno do dizer “sabe com quem está falando?” utilizado por pessoas com poder aquisitivo considerável, pois como explica Roberto da Mata (1997), este comportamento acontece quando a pessoa entende que sua autoridade encontra-se ameaçada ou diminuída ante a uma situação incomoda que é a abordagem e a busca pessoal. Assim, o policial sabe que ao tentar abordar alguém considerado “gente grande”, este vai tentar impor sua “autoridade” objetivando inferiorizá-lo (consciente ou inconscientemente) por tentar ou por efetuar o procedimento, devido ao seu status social, expressando uma vertente hierárquica e autoritária, principalmente ao informarem que conhece as leis e o Direito, como se os policiais militares assim não conhecessem.

Então, em bairros nobres a abordagem é pouco freqüente e acontece “apenas quando o indivíduo é desconhecido na área”, ou está em “atitude suspeita”. Ao considerarmos o contexto em que está inserido a frase do “sabe com quem você está falando?” verifica-se que diante deste público o poder coercitivo do Estado, representado pelos policiais militares, encontra maiores dificuldades ao impor seu poder coercitivo quando o público que se pretende verificar a possibilidade do comportamento transgressor se constitui de pessoas de status social e mais informada culturalmente, situação que impõe a necessidade de esclarecer a importância da realização deste procedimento operacional visando à manutenção da segurança da coletividade. Nesse

contexto, portanto, o policial não abordaria uma pessoa “de terno e gravata perto do Banco do Brasil”, por exemplo. Ele só abordaria uma pessoa com este tipo de vestimenta “mediante denúncia”, afinal ele não apresenta “características de marginal”.

Por sua vez, as **situações** descritas como de suspeição têm uma estreita relação com o lugar. Reis (2002: 187) dá como exemplo a situação de “um homem encostado em uma esquina, com um pé no chão e outro em um muro ou parede, normalmente fumando”. Em uma situação deste tipo, o indivíduo é comumente abordado, pois, segundo os policiais entrevistados, é típica de quem está observando para agir e a esquina constitui-se local de fuga rápida. Ainda de acordo com ela, o uso do termo “situação suspeita” associa, ainda, suspeição e marginalidade com as classes urbanas pobres, desempregados ou subempregados. Nesta concepção, a característica determinante é de ordem econômico-ocupacional, tendo em vista que, para os policiais entrevistados, “um homem parado em uma esquina é sinal de que está desempregado e, portanto, é possível que planeje um roubo”.

No caso dos moradores da periferia de Belém, a escolha dos policiais se detém também sobre as duplas de pessoas que se deslocam ou que estão estacionadas em motocicletas ou bicicletas porque, segundo eles, em virtude dos crimes ligados ao tráfico de drogas que lá ocorrem (que vão desde os furtos e roubos até os homicídios por disputas por pontos de vendas ou por dívidas não pagas)<sup>27</sup> em que os meios de locomoção utilizados pelos criminosos são motos e bicicletas. Portanto, se uma dupla de pessoas está de moto ou de bicicleta já é candidata em potencial à abordagem. A partir daí tudo dependerá da interpretação dos policiais que os avistarem. Dependendo de como se comportar a dupla e de como esse comportamento será interpretado pelos policiais, a abordagem ocorrerá ou não.

P – Como é que vocês escolhem quem vocês vão abordar?

R – Eu faço dessa forma: como é que eu digo quando eu tô à frente? Por exemplo, quando a gente sai em incursão: dois motoqueiros numa moto e dois ciclistas, a gente aborda. A tática é essa porque que... o que é que tem em [...] (nome do local da pesquisa)? Crime de

---

<sup>27</sup> Dados divulgados pelo Centro Estratégico Integrado (CEI), que é o órgão de inteligência da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará responsável pela coleta, tabulação e divulgação dos dados referentes à criminalidade no Estado.

encomenda e tráfico, as modalidades aqui é essa. Aí se vem um cara aqui nessa rua aqui, ele nos vê de longe. Ele tem a opção pra direita, pra esquerda pode dobrar. Ele tá de moto e nós estamos a pé. Se ele não dobrar, eu não vou abordar, certo? Por que? Aparentemente tá tranqüilo, mas se não tem pra onde dobrar como aconteceu no caso lá do tal de 'pretinho' que ele não tinha pra onde correr, encarou. Abordamos, tava com drogas, entendeu? Que o cara que tá flagrado, ele vai dobrar pra algum lugar. Então eu meço dessa forma. Eu não meço pra cara, por cor, por credo, por tamanho, por nada. (*Cabo nº 6, com 12 anos de serviço*).

Conforme observado, a opção de realizar a abordagem está baseada na “experiência do policial” e do tipo de crime mais frequente na área em que está sendo realizado o policiamento. Nos bairros periféricos de Belém a abordagem é feita preferencialmente quando há “dois motoqueiros numa moto e dois ciclistas”, pra prevenir os “crimes de encomenda e tráfico”, tendo em vista que a cidade serve de entreposto para o tráfico de drogas que são desembarcadas nos diversos portos existentes e distribuídas para venda no varejo.

Por fim, em relação ao que os policiais consideram como **características** suspeitas, a cor da pele, juntamente com o jeito de andar, os cabelos, as tatuagens no corpo, além da forma de vestir e dos acessórios como brinco na orelha e corrente no pescoço são determinantes para a abordagem. (REIS, 2002: 190).

No caso das características suspeitas, tal como na pesquisa realizada por Reis, os policiais da ZPol fazem a mesma associação que aqueles. Podemos constatar que as pessoas mais visadas pelos policiais no desenvolvimento das atividades de policiamento ostensivo nas ruas são as que se encaixam no perfil descrito por aquela pesquisadora. Essa associação é uma característica não apenas dos policiais que trabalham na ZPol onde foi realizada a pesquisa, mas é compartilhada com os demais policiais da RMB, principalmente pela ênfase que os dirigentes das polícias militar e civil e a imprensa dão aos crimes de furto, roubo, varejo do tráfico de drogas e homicídio associado ao tráfico. O policial é induzido a focar sua atuação na busca de identificação e detenção de pessoas com as características acima apresentadas.

P – Mas, preferencialmente, quem tu abordas? Quem é o indivíduo suspeito pra ti? É o rapaz de bermuda?

R – Com certeza de bermuda.

P – Mas porque é que tu achas que é esse que é o suspeito? Pela forma que ele tá vestido?

R – Eu não acho. Eu não acho, mas é intuição, vai diretamente. Mesmo sabendo que tem pessoas que tão bem vestidas, que tem pessoas que não têm tatuagem, mas o biótipo do cidadão infrator é aquele cabeludo, aquele tatuado. Isso já tá no nosso, tá na nossa mente já.

P – Mas como é que entrou isso na mente do policial?

R – Isso entra devido que a maior probabilidade são eles que são. Se a gente for fazer uma revista numa delegacia [...], a gente vai ver: negro, é... cabelo grande, cheio de tatuagem porque eles usam a tatuagem porque cada uma ali tem uma significância pra eles. Um tem uma cruz é, já matou alguém; um tem duas cruz, já matou três; um tem uma caveira e uma faca enterrada nele, já matou um policial. (*Soldado nº 2, com 5 anos de serviço*).

Atitude suspeita. Infelizmente, eu vou falar português claro. O que é essa atitude suspeita? A nossa abordagem, ela é preconceituosa. Se passa alguém num Honda Civic, de paletó e gravata, eu não vou abordar. Dificilmente eu irei abordar. A não ser que eu receba uma denúncia que num Honda Civic está passando alguém com um carregamento de drogas. Todo Honda Civic que passar eu vou segurar, caso contrário, dificilmente eu e qualquer policial iremos abordar. Aí, se passar um cara numa moto, mal vestido, de camiseta e com tatuagem, esse com certeza vai ser abordado [risos]. De repente a tatuagem dele né, sei lá se significa alguma coisa importante pra ele né. Ele tá vestido ali porque, de repente, é o estilo dele de se vestir né. Ele tá de jaqueta, de bermuda rasgada né, sei lá, mas acaba sendo, digamos, indo de acordo com o que a gente tá acostumado a ver né, diferente dos padrões sociais né. Então, a gente acaba abordando essas pessoas né.

P – Como acaba sempre abordando essas pessoas, o resultado da abordagem nesse tipo de pessoa? Normalmente você acaba encontrando alguma coisa?

R – Encontra. Porque são as pessoas que dão mais trabalho pra polícia né, são esse tipo de pessoas que elas parece, fazem questão de mostrar uma certa delinquência porque isso hoje, segundo alguns psicólogos, significa status pra eles, no meio deles, certo? Então eles acabam puxando isso pra deles, como se verdade fosse. (*Tenente nº 1, com 9 anos de serviço*).

As características dos indivíduos alvos das abordagens dos policiais correspondem ao perfil daqueles que lotam as casas penais do Município, Estado ou do país, como diz o soldado: “a gente vai ver: negro, é... cabelo grande, cheio de tatuagem porque eles usam a tatuagem porque cada uma ali tem uma significância pra eles”. Mesmo porque é esse tipo de infrator o mais procurando, “mesmo sabendo que tem pessoas que tão bem vestidas, que tem pessoas que não têm tatuagem, mas o biótipo do cidadão infrator é aquele cabeludo, aquele tatuado”.

Diante das afirmações feitas pelos policiais entrevistados, aliado ao que a Polícia Militar tem enfatizado ao longo dos últimos dois anos tanto nos discursos, balanços e resultados divulgados na mídia como para os membros da

instituição constatamos que os critérios utilizados para a determinação de quem é o elemento suspeito e, portanto, o candidato “natural” a ser revistado pelos policiais que atuam no policiamento ostensivo das ruas são reconhecidamente discriminatórios do ponto de vista racial e social.

Isso significa que a “discrecionalidade” do policial para escolher sobre quem será ou não submetido à busca pessoal está comprometida, o que comprova um direcionamento no olhar do policial voltado para determinados segmentos da população e para os crimes denominados de “crimes de varejo”, caracterizados pelos pequenos furtos a pessoas e a residências, roubos, tráfico de drogas e homicídios, conforme afirma o oficial quando fala sobre os crimes que a polícia prioriza por falta de recursos e de direcionamento da pouca logística existente.

A polícia militar é, crime do varejo. São os crimes que dão trabalho e que aparecem. Tipo, a polícia militar dificilmente consegue prender um grande traficante, a gente prende o “boqueiro”. A gente não prende o estelionatário, a gente prende o avião [...]. É porque a polícia militar, na verdade possui, mas não de forma eficiente, nem adequada, sei lá, um serviço de inteligência. O serviço de inteligência hoje da polícia militar chama-se 2ª Seção, o P-2 né, é tido pela tropa e eu vejo que é verdade, que ela é pra investigar a polícia, pra investigar o próprio policial. Ela investiga o policial que tá com desvio de conduta. Não que isso aí seja errado né, mas se resume praticamente a isso. Eu ainda não vi o nosso serviço de inteligência fazer uma grande operação. Certo dia eu estava de ronda. Eu parei na barreira da Polícia Federal. Eles pararam um carro que tinha cinquenta tijolinhos de pedra de ox. É muita droga: tava dentro do estepe, tava na lataria do carro, dentro dos bancos. Foi um negócio fantástico o trabalho deles, mas foi um serviço de inteligência atuante. Eu desconheço o trabalho da polícia militar nesse sentido aí. Se tiver, me aponte que eu desconheço. (*Tenente nº 1, com 9 anos de serviço*).

Constatou-se que além das abordagens realizadas nas pessoas a pé ou em transportes coletivos há, também, outras situações de abordagem policial típica e predominantemente racializadas, além de filtradas (em sentido inverso ao das *blitz*) por gênero, idade, território e classe social.

Por derradeiro, constata-se que para os integrantes da ZPol pesquisada, o elemento suspeito corresponde aquele já cristalizado na mente dos policiais e da sociedade, isto é, o descendente de negro, o pobre, o mal-vestido, o tatuado, ou seja, qualquer pessoa que atraia a atenção do policial mais pelos seus



caracteres estigmatizantes, seletivos, baseados em preconceitos raciais e sociais do que pela sua potencial periculosidade ao risco da ordem pública.

### 2.3. O discurso da suspeita

O “discurso da suspeita”, segundo Fernandes (1989: 4), é resultante da transformação do espaço urbano em corpo a ser esquadrinhado, vigiado, controlado, reprimido, percorrido por um olhar persecutório seletivo e adestrado do policial que elaborou um discurso para justificar as abordagens aos cidadãos considerados como suspeitos. Nesse discurso o cidadão comum, antes de tudo, é alvo da discricionariedade do policial.

Ao referir-se a Polícia Militar, Fernandes (1989: 4) afirma que, para os integrantes dessa instituição, há três elementos desse “discurso”:

O primeiro é a “**mobilidade do olhar**”, que ela descreve como a “movimentação livre”, isto é o policial olha (vigia) a todos em qualquer lugar (Foucault, 1999) . Não há limite para o seu olhar, embora saiba a quem procurar: o suspeito - o trabalhador pobre, ao qual cabe o ônus de provar que não é “bandido” ou “marginal”. O policial tem liberdade para se deslocar de um lugar a outro a procura de elementos suspeitos. Segundo ela “[...] o suspeito não é aquele que faz algo, às vezes, é não fazer nada” (FERNANDES, 1989: 4).

Essa característica do “discurso da suspeita” pode ser associada às ‘situações suspeitas’ citadas por Reis (2002) que ela apresenta como exemplo: a situação de “um homem encostado em uma esquina, com um pé no chão e outro em um muro ou parede, normalmente fumando”, isto é, “alguém que não está fazendo nada”, senão, “observando para agir”.

O segundo aspecto é o “**adestramento do olhar**”, isto é, como o policial observa o cidadão objetivando localizar o suspeito no meio das “pessoas de bem”. Fernandes (1989) afirma que a classe trabalhadora, residente em bairros pobres é o alvo do olhar profilático e discriminador do policial que objetiva

separar o “joio do trigo” e que mantém a cidade sob contínua vigilância escópica, isto é, comandada pelo olhar (FERNANDES,1989: 5).

Essa característica apresenta semelhança com o ‘lugar’ e as ‘características’ suspeitas apresentadas por Reis (2002) que define os bairros pobres como lugares onde o policial associa seus moradores ao crime e à delinqüência, além das características físicas dos moradores, portanto, onde a polícia procura os suspeitos e intensifica as rondas.

O terceiro elemento que compõe o “discurso da suspeita” é o “**atuar**”, isto é, a atitude do policial ao tratar com o público. Se o policial entender que alguém é suspeito, deve “chegar duro”. A imagem que o policial objetiva passar é a que expressa sua masculinidade, exibindo toda a estética do poder masculino, em que se destacam as armas e o uniforme, que se oferece ao olhar do outro, que se exhibe para intimidar (FERNANDES,1989: 5).

No caso dos policiais da ZPol, esse comportamento também é adotado por muitos deles. Nas raras ocasiões em que os policiais estabelecem contato com a comunidade, utilizam uma conduta e uma linguagem grosseira para admoestar o cidadão. Primeiro por entenderem que “chegar duro” impõe respeito. Segundo por acreditarem que são superiores que as pessoas “civis”, mesmo que não admitam que se sintam assim. Somente quando se referem a outros policiais é possível perceber esse sentimento de superioridade, mas relatado como se fossem os outros policiais e não a si mesmos.

No depoimento abaixo apresentaremos uma situação em que esses sentimentos são externados:

Então, pra ilustrar essa situação aí. E eu como cabo de polícia, eu fui abordado dentro do meu estabelecimento comercial, que é anexo à minha residência né, pelo uma GU (guarnição, equipe), pelo uma guarnição que tava de serviço no trailer que tá lá no conjunto (...) onde eu moro, não é? os três policiais que entraram, os três chegaram tão precipitados que quase eles chocavam comigo, não é? Eles só não chocaram porque eu tenho um metro e setenta e cinco, eu não sou tão pequenininho, eu tava num, num degrau maior aí eu também, por pertencer à mesma corporação deles, eu também ali me mantive né. Mas eles quiseram me jogar na parede pelo impacto que chegaram. Não deram as horas, não é? Não deram as horas, não pediram licença. Os próprios colegas chegaram na porta do meu local de trabalho que é da minha entidade comercial, é também de trabalho né.

Aí, não deram a hora, não deram bom dia, não deram bom dia né e perguntaram por uma camisa que havia ficado lá, não é? Aí eu peguei e disse assim: “Poxa, é difícil dar as horas? É difícil dar as horas? Ser sereno no serviço de vocês?”. Aí já veio aquelas palavras né, da santa ignorância né, né. “Você não quer ajudar *fulano*”. Carvalho né pra rimar com aquele palavrão de baixo calão né. Aí eu, aí eu peguei, eu fui dizer pra eles: “Olha, é por isso que a corporação tá nessa situação”. “Por quê? Tu é o quê fu...”. Né. Aí começou piorar né. Eu disse: “Olha, infelizmente, eu sou uma merda igual a vocês”. Eu até me incluí, não é? “Eu sou uma merda igual a vocês. Eu também sou um polícia igual a vocês, entendeu? É por isso que a nossa corporação tá assim, entendeu? Se você esperar, eu vou me identificar pra vocês”. Os três desceram os degraus do meu comércio e foram embora. Tá vendo só como é verdade, não é? Então, eu tentei entrar na polícia com essa intenção de tratar as pessoas com educação, entendeu? Isso era um sonho meu, entendeu? Era um sonho meu, respondendo à sua pergunta né. (*Aluno Sargento, com 19 anos de serviço*).

Observa-se que os policiais aqui descritos pelo próprio colega e que representam uma grande parcela dos integrantes da ZPol, que é objeto dessa pesquisa, comportam-se de modo disciplinado ou dissimulado quando estão diante principalmente dos superiores hierárquicos e dos colegas de trabalho. Quando saem do quartel e interagem com os membros da comunidade o comportamento se modifica e a arrogância antes dissimulada, aflora em todo o seu esplendor, posto que “não dão as horas ou pedem licença” para entrar nos estabelecimentos comerciais e o policial passa a agir como alguém com poderes quase ilimitados e ignorando os direitos das pessoas com as quais se depara e aborda. O fato de ser arguido sobre a ausência do cumprimento usa como resposta palavras de baixo calão, e a situação só não se complicou no exemplo dado, porque o abordado se identificou como policial: “Eu sou uma merda igual a vocês. Eu também sou um polícia igual a vocês, entendeu?”. Caso contrário, na melhor das hipóteses, o cidadão seria conduzido para a delegacia por desacato à autoridade ou desobediência.

Conforme foi observado, o policial age como se a sociedade estivesse dividida em dois grandes contingentes: o “cidadão de bem” e o “inimigo”, o “mau elemento” e os policiais militares fossem os encarregados de diferenciar, classificar, hierarquizar, controlar, vigiar e reprimir o espaço público das ruas. Paradoxo do olhar discriminador que, afirmando o suspeito como o diferente, no mesmo movimento transforma o cidadão na sua antítese, pois agora o não-suspeito é aquele que não se diferencia, que não se destaca de uma massa

homogênea e passiva formada pelo “cidadão de bem”. Paradoxo insustentável também de um discurso que ainda pretende um saber discriminador no momento mesmo que proclama sua impotência, como reconhecem as autoridades de segurança pública do Estado ao afirmar que, diante de um número incontável de “bandidos” à solta em todos os bairros da RMB e cidades do interior a polícia precisa cumprir sua missão de preservação da ordem pública e que não está escrito na testa de ninguém: “sou bandido”, ou “sou cidadão de bem”.

Por não ter uma doutrina definida que determine critérios objetivos para direcionar a atuação policial no que diz respeito à abordagem, é a experiência do policial e a cobrança dos dirigentes por resultados positivos quanto à diminuição de determinados crimes de maior impacto na sociedade que balizam a atuação dos policiais militares que atuam no policiamento ostensivo, conforme vemos abaixo.

Olha, cada policial, quando ele já sai pra rua, ele já sai tendo em pouco tempo de serviço, a sua visão. Então, pra ele, o que é, como é que chamam? Fundada suspeita pra ele, às vezes, não é pra mim, certo. Então, o que eu oriento? Eu oriento nas abordagens, abordagens por amostragem. Por exemplo, tem ocorrido a tropa atualmente, pelo comando estratégico operacional da policial entendeu? Uma tal de, um índice estatístico das ZPol's e que eles querem chamar de produtividade, assim dizendo. Então, eles tão exigindo. Os comandantes exigem todo dia: “Bora, vocês têm que abordar mais. Tá tendo assalto, não sei o quê. Tá morrendo gente. Vocês não tão abordando”. Então, sabe, os policiais saem abordado a torto de a direito. *(Tenente nº 1, com 9 anos de serviço).*

Assim, por sair “abordando a torto e a direito”, para atingir “um índice estatístico das ZPol's” que os dirigentes chamam de “produtividade”, a ordem é realizar a busca pessoal no maior número possível de pessoas e deter as suspeitas, como forma de prevenção, conforme verificamos em notícia publicada no dia 28 de maio de 2010<sup>28</sup>:

A terceira fase da operação "Força Pela Paz" chegou na última quinta-feira (27) ao bairro da Terra Firme. O coronel Augusto Leitão, comandante-geral da Polícia Militar, conduziu a operação em parceria com a Polícia Civil, sob a coordenação do delegado-geral, Raimundo Benassully. Mais de 70 pessoas foram detidas durante a ação, que

---

<sup>28</sup> [http://www.agenciapara.com.br/exibe\\_noticias\\_new.asp?id\\_ver=63998](http://www.agenciapara.com.br/exibe_noticias_new.asp?id_ver=63998). Acessado em 29/05/2010.

ocupou a área do "Cajado" por toda a manhã. [...] Na operação, os policiais conduziam **pessoas suspeitas** com auxílio de 30 viaturas da Polícia Militar e oito veículos da Polícia Civil, para dar suporte a 30 integrantes da corporação. Também foram usadas 15 motocicletas. A varredura completa no bairro da Terra Firme percorreu locais previamente observados pelos agentes de Segurança Pública por um período de 40 dias. "Com base nessas informações é que resolvemos ocupar o bairro para dar **sossego às pessoas de bem** que moram aqui", disse o coronel Leitão. [...] No total, **a operação prendeu 71 pessoas**, entre homens, mulheres e sete adolescentes. Todos os **suspeitos** foram apresentados na Delegacia do Marco... (AGENCIAPARA, 2010). (grifos nossos).

O que justifica este olhar discriminatório e o "discurso da suspeita" que é partilhado pela instituição e pelo policial, além de parte da imprensa paraense como, por exemplo, os programas: "Rota Cidadã", "Metendo Bronca" e "Balanço Geral"?

Segundo Fernandes (1989), "o novo processo de deslocamento que, ao mesmo tempo, silencia a organização do aparelho policial pela ideologia da segurança nacional que, centrada na tese do "inimigo interno", permite o "discurso da suspeita", que justifica até hoje as formas violentas de verificação de pessoas e veículo baseados somente nas atitudes e características pessoais.

Além disso, é idéia corrente nos estudos sobre violência urbana a constatação de que a polícia é racista e que a cor é um fator importante para as pessoas serem consideradas "suspeitas" e, portanto, alvo freqüente das abordagens policiais, conforme constatamos nas pesquisas de Ramos (2003), Fernandes (1989), Reis (2002) e Ramos e Musumeci (2005). Em conversas informais com amigos pessoais e de outras redes sociais, são comuns os relatos de constrangimentos sofridos em abordagens policiais, a demora nos atendimentos nas delegacias e, em alguns casos, "acertos"<sup>29</sup> que as pessoas se submetem para se livrarem de maiores constrangimentos ou mesmo de serem levadas a responder processos judiciais.

Nas últimas décadas a "violência urbana" vem aumentando progressivamente e contribuindo para acionar nos policiais civis e militares, o

---

<sup>29</sup> "Acerto", no universo do policiamento ostensivo de rua, significa a combinação entre policiais e pessoas detidas por crimes cometidos para não dar prosseguimento ao procedimento policial ou para modificar a tipificação do delito. O termo é utilizado também para caracterizar a combinação entre os policiais e os proprietários ou administradores de negócios ("patrões") localizados nas áreas de policiamentos das equipes, para que estes intensifiquem o patrulhamento às proximidades do ponto comercial.

que pode ser chamada de uma “lógica da desconfiança”, em relação à população que, por sua vez, influencia na construção e elaboração do “discurso da suspeita” entre eles. No caso da população da Região Metropolitana de Belém, os jovens, por estarem nesta etapa da vida, têm maiores chances de serem considerados suspeitos quando comparados aos adultos, mas se associarmos gênero, cor e classe social, o grau de “suspeição” pode aumentar ainda mais. No caso do local em que a pesquisa foi realizada, além do público acima ainda estão incluídos os motociclistas e ciclistas por causa da quantidade de homicídios que ocorrem na cidade.

P – Mas quem é o teu abordado?

R - Prioridade. A gente tem aqui uma modalidade de crime aqui em [...] (local da pesquisa) que tem aumentado. As características dos homicídios, geralmente, são dois indivíduos numa moto ou bicicleta que chegam a uma curta distancia do individuo e efetuam os disparos, geralmente disparos na região da cabeça que é pra, justamente, não ter duvida, à curta distância. Então, qual é a prioridade que eu sempre passo pras guarnições e também que a gente tem? É a questão de moto com dois, e aí, independe se é mototaxista. Às vezes eles ficam constrangidos: “Ah, porque a gente é trabalhador”. Mas, meu amigo, não tem essa. Como é que eu vou saber que o senhor é trabalhador e o outro não é? São as motos com dois indivíduos e bicicleta com dois indivíduos, né. É lógico que aqueles indivíduos que a senhora, que tão transitando na rua e que a senhora vê que já tem aquele pré-requisito: blusão, né, num sol desse de meio-dia; aquela blusa preta de manga, né; blusão, é, boné; ou então, cabelo tingido e aquelas tatuagens. É normal a gente parar e fazer abordagem. Aí o cara se sente: “Ah, porque isso é preconceito”. (*Tenente nº 2, com 5 anos de serviço*).

Em virtude do alto índice de crimes envolvendo tráfico de drogas divulgado pelo Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) e analisados pelo DIEESE/PA<sup>30</sup>, divulgados pela imprensa, como a que transcrevemos aqui, os policiais direcionam seus empenhos operacionais para esse tipo de crime e de criminosos. Isso ocorre também para dar uma resposta à sociedade que anseia pela diminuição desse tipo de crime por ser mais violento e, portanto, o que mais causa impacto na mídia e no cotidiano das pessoas, como exemplificado no texto abaixo, retirado de um jornal de grande circulação no Estado, sobre uma operação realizada em uma das cidades que integram a RMB.

Foi deflagrada na manhã de ontem (29 de julho de 2011) a operação “... (para preservar o anonimato omitimos o nome da operação) em três

<sup>30</sup> Dados coletados do site da Polícia Civil do Estado do Pará, de 01 de fevereiro de 2010. Capturado do site: <http://www.policiacivil.pa.gov.br/?q=content/pol%c3%adcia-civil-divulgados-de-ocorr%c3%aancias-na-rmb-em-2009>. Acessado em 03 de março de 2010.

bairros *da RMB*. A ação teve início às 6h e iria se estender até às 8h de hoje. Só na manhã de ontem, foram presas dez pessoas e apreendidas petecas de óxi, pasta base de cocaína em grande quantidade e materiais de fabricação para embalagem e comercialização das drogas.

Dez mandados de busca e apreensão foram cumpridos. Participaram da operação aproximadamente 44 policiais civis, que ainda contaram com o apoio de 50 militares. Eles fizeram da praça central do município uma base policial. Segundo o delegado [...], o objetivo da operação é combater o tráfico de drogas, roubos e homicídios no município.

“Esta operação veio ser desencadeada devido ao alto índice de criminalidade na área, com diversos roubos, assaltos e homicídios. Apesar de ter ocorrido uma redução de assassinatos em [...], temos verificado que nas últimas semanas esse índice tem aumentado e a maioria deles é por envolvimento com o tráfico de drogas”. (DIÁRIO DO PARÁ, 2011)<sup>31</sup>.

Notícias como essa reforçam o discurso e a prática dos policiais quanto à abordagem, tanto no que diz respeito à exigência de “produtividade”, materializada pelas abordagens, como no que diz respeito aos alvos destas “revistas” na Região Metropolitana de Belém. Quem pratica homicídios o faz, em geral, pelo controle ou pelo “envolvimento com o tráfico de drogas” e, por isso, deve ser abordado tanto em operações, como esta exemplificada, quanto no cotidiano. Todas as vezes que o policial suspeitar de pessoas que se encaixem no “perfil do criminoso”.

A afirmação de Ramos (2003) de que jovens negros, do sexo masculino e moradores das favelas têm mais chances de serem considerados “suspeitos” pela polícia do que jovens brancas e moradoras de áreas socialmente mais valorizadas é plenamente aceitável para a realidade da periferia de Belém (que não tem favelas, mas que possui bairros que se equivalem a elas). A autora entende que a suspeita policial é motivada por critérios que levam em conta o gênero, a idade, a cor e o local de moradia. No caso da periferia de Belém, além dos suspeitos elencados por Ramos, temos ainda outros dois tipos comuns a esse espaço urbano: as duplas de motocicletas e de bicicletas que praticam, preferencialmente, homicídios associados ao tráfico de drogas.

Outros fatores concorrem para o distanciamento da polícia em relação à população e vice-versa, como por exemplo, os meios de comunicação, que numa competição por índices mais altos de audiência, visam mostrar por um

---

<sup>31</sup> Notícia veiculada no dia 30 de julho de 2011 site do jornal Diário do Pará: <http://diariodopara.diarioonline.com.br/N-138681-bandidagem+perde+espaco+em+marituba+.html>. Acessado em 12 de agosto de 2011.

lado, o extraordinário e o espetacular em relação à ação policial (a exemplo do que ocorre com o programa televisivo “Rota Cidadã”, em que uma equipe de reportagem acompanha algumas ações ou operações policiais militares) e por outro, a violência policial e a ineficácia das ações que visam diminuir os índices de violência na Região Metropolitana de Belém. As notícias que focam a violência de maneira ampla e a “violência policial” de maneira particular tornaram-se mercadorias cotidianamente vendidas à população paraense tanto nos canais de televisão, como nos programas de rádio e em jornais escritos.

Bourdieu (1997: 25), ao analisar a televisão, enquanto objeto de reflexão sociológica, afirma que: “o princípio de seleção é a busca do sensacional, do espetacular. A televisão convida à *dramatização*, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade e o caráter dramático, trágico”.

De acordo com Oliveira (2005:18), ao focar grande parte de sua atenção na “violência policial”, a mídia constrói a figura de um policial que se torna o arquétipo de todo policial militar – grosso, truculento, corrupto e violento – características imediatamente atribuídas aos policiais militares de um modo geral. Na luta pela audiência, a mídia conta a sua própria versão da história, construindo e manipulando representações sobre a polícia e sobre os policiais o que é percebido por eles de forma negativa, tendo em vista que eles não têm essa imagem de si mesmos, conforme podemos verificar pelas afirmações dos policiais abaixo.

Porque a comunidade passa a ver não aquele policial, ela já passa a ver a classe de policial militar porque quando eles vão se referir, eles não usam: “Ah, foi aquele policial fulano de tal”. Não. “Ah, são os policiais militar que são truculentos, os policiais militar que são mal educados, são os policiais militar que são ignorantes”. A senhora entendeu? Porque se eles fossem dizer: “Não, aquele policial militar me tratou mal, aquele ali”. É uma coisa, mas não é. Muita gente, a sociedade generaliza todo mundo e com isso, muitos que tão aqui fora querendo fazer o serviço é prejudicado, é muito prejudicado, muito. (Cabo nº 3, com 14 anos de serviço).

P – Já foste discriminado por ser policial?

R - Já, já e eu sinto isso na pele, principalmente no bolso, economicamente né. Eu, quando eu me mudei da Pedreira lá pro bairro da Guanabara, no Canindé onde eu moro, então eu tava é, de, numa licença lá de tratamento de saúde e eu coloquei um barzinho pra trabalhar né. Então, ninguém sabia que eu era da farda, não é? Então,



eu tinha uma venda boa. Após acabar a minha licença, eu coloquei a farda, chuuu. Eu acho que sessenta por cento evaporaram. Doeu no bolso. Por isso que eu afirmo que doeu no bolso, entendeu? Então, ainda tem um certo preconceito, entendeu? Ainda há um certo preconceito. Tem pessoas que ainda têm medo, não é? Por não darmos um serviço de qualidade pra essa comunidade, esse cidadão é que eles preferem se manter afastados da gente. Eu acredito que não seja ódio, raiva. Alguns são, não é? Pelas maneiras inconvenientes de alguns policiais quando vão se reportar, se conduzir em certas ocorrências, não é? (*Aluno Sargento, com 19 anos de serviço*).

Observamos que essa discriminação incomoda os policiais, que “sentem na pele”, ao serem reconhecidos como policiais, mesmo os que afirmam não trabalhar de forma truculenta, violenta ou corrupta. Para este policial, o simples fato de “colocar a farda” fez com que os fregueses do seu barzinho “chuuuu”, isto, é, fossem embora. Essa fuga que fez com que ser reconhecido como policial “doesse no bolso”.

Esse posicionamento dos policiais se justifica porque a esmagadora maioria dos entrevistados descreve a si mesmo como sendo policial correto e honesto. Para eles suas atuações estão adequadas ao que prescreve a norma vigente quanto à forma de atuação policial. No máximo, eles admitem que, às vezes, precisam ser mais enérgicos quando encontram resistência por parte das pessoas abordadas. Mesmo nestes casos o discurso dos policiais é sempre no sentido de tentar justificar o “uso da energia” em razão da resistência encontrada, o que em alguns casos é verdade, mas em outros é preciso uma análise mais qualificada para verificar até que ponto o policial ou a mídia estão com razão.

Finalmente, vale salientar que, se por um lado, a “lógica da desconfiança” contribui para que os policiais se coloquem numa espécie de “sociedade particular” que classifica, hierarquiza e divide a sociedade entre “cidadãos” e “inimigos”, por outro, essa lógica também dificulta o contato entre policiais veteranos e “novatos”, conforme abordaremos a seguir.

### 3- OS DOIS GRANDES ENCONTROS COM A TROPA

O cidadão brasileiro que desejar ingressar na PMPA para tornar-se oficial combatente (formado para trabalhar no policiamento ostensivo de rua) ou soldado, deverá se submeter ao concurso público de provas e títulos<sup>32</sup>. No caso do futuro oficial, como em todas as instituições policiais militares do país, este candidato ingressa como praça especial, que é a graduação de aluno oficial, passando depois pela graduação de aspirante-a-oficial<sup>33</sup>, e ingressa no oficialato apenas quando for promovido ao posto de Segundo Tenente, depois do Curso de Formação de Oficiais (CFO) e, pelo menos seis meses de aspirantado.

No caso do futuro soldado o procedimento é praticamente o mesmo, com uma ressalva. Ao concluir o curso de formação ele já é promovido à graduação de soldado e não passa pelo período de estágio, da mesma forma que o aspirante. O estágio aqui é realizado ainda no curso de formação a partir do momento em que recebe o uniforme. Nesse período ele começa a “tirar serviço” na guarda do quartel, no policiamento ostensivo a pé, nos eventos extraordinários etc.

A inserção destes policiais no cotidiano do quartel da rua vai desvelar para eles um universo novo e cheio de contradições para o qual o curso de formação que freqüentaram não lhes deu muitas referências: um mundo repleto de ambivalências e contradições com o qual ele precisará aprender a conviver e encontrar o seu espaço.

---

<sup>32</sup> De acordo com a Lei Estadual nº 6.626, de 3 de fevereiro de 2004, há cinco formas de ingresso na PMPA, sendo três para o candidato que pretendem ser oficiais e duas para os que desejam tornar-se praças, todas elas por meio de concurso público de provas e títulos. Se o concurso for para admissão ao quadro de oficiais do quadro complementar (psicólogos e assistentes sociais) capelães e de saúde (médicos, fisioterapeutas, etc.) o ingresso ocorre já no posto de Segundo Tenente, sendo que no período de formação ele recebe a denominação de oficial-aluno. Unicamente nestes casos há a exigência de formação superior específica para o preenchimento da vaga oferecida em cada um dos quadros.

<sup>33</sup> Aspirante-a-oficial é a graduação dada à praça especial, antes do acesso ao oficialato, no posto inicial dos oficiais subalternos. Situa-se imediatamente acima das praças ou graduados (inclusive dos cadetes/alunos-oficiais), e abaixo do Segundo-tenente. Esta graduação é adquirida pelos que passam com sucesso pelas escolas de formação de oficiais de carreira de qualquer das forças militares federais ou estaduais.

Assim sendo, o objetivo deste capítulo é, por um lado discutir as questões acerca da inserção do policial no cotidiano do quartel e da rua com todas as ambivalências e contradições que cercam esse universo policial no qual ele deverá negociar sua aceitação. No caso do aspirante, é principalmente no universo do policiamento ostensivo da rua que ele precisará aprender a conviver e encontrar o seu espaço e estabelecer sua autoridade, tendo em vista que ele irá se defrontar com o desafio de comandar policiais que são hierarquicamente subordinados, porém com muito mais de tempo de serviço e, por isso, mais experientes quanto à rotina do policiamento. Por outro lado, será também abordada a inserção do soldado recém-formado neste universo e como ele vai conquistar a confiança dos seus superiores e colegas de equipe, bem como, acerca do processo de construção da relação de confiança entre si e os superiores com os quais irão trabalhar, além da conformação do conhecimento teórico ao conhecimento prático apresentado por eles, a partir da avaliação da validade ou não de ambos quando confrontados com a realidade das ruas.

### **3.1. De “*aspira*” a oficial: o comando e a tropa**

A conclusão do Curso de Formação de Oficiais (CFO) é o final de uma etapa que tem a duração de, no mínimo, 03 (três) anos de um período longo de estudos em tempo integral na Academia de Polícia Militar (APM). Após as solenidades que envolvem a formatura, os novos aspirantes-a-oficiais serão distribuídos nas unidades da PM para o período de estágio probatório representado pelo tempo mínimo de seis meses em que dura o aspirantado. É o período mais difícil na vida profissional do oficial porque é nessa fase que ele é testado tanto por superiores como por subordinados.

É nessa fase que a instituição policial oficialmente tem o objetivo de propiciar ao “*aspira*”<sup>34</sup> a oportunidade de exercer atividades e missões inerentes

---

<sup>34</sup> Geralmente, o militar que possui a graduação de aspirante-a-oficial é chamado, de modo informal, “*aspira*”, pelos de maior grau hierárquico, em virtude de ser considerado um estagiário, que necessita adquirir certo grau de experiência para se tornar oficial, apesar de já possuir as mesmas atribuições e responsabilidades do tenente.

ao tenente em unidades operacionais, vivenciar a rotina de uma Organização Policial Militar (OPM), participando direta e progressivamente de cada uma das seções e funções previstas para o oficial subalterno e, principalmente, adquirir experiências práticas de comando de tropa e tomadas de decisão. Os dois primeiros objetivos do “*aspira*” não são tão desafiadores quanto o terceiro, tendo em vista que é exatamente esse confronto com a tropa e que mais amedronta e preocupa o futuro oficial desde o curso de formação.

Essa preocupação tem como fundamento a quase inexistência de situações em que os alunos do CFO exercitam o comandamento de tropa, que se restringe aos próprios alunos que compõem a APM. Os serviços externos, denominados para efeito de curso como estágios supervisionados, só ocorrem a partir do 2º ano, mas o aluno está sempre acompanhado de oficiais das unidades operacionais que lhes dão poucas atribuições nestes serviços. Na verdade, o aluno passa a ser mais um integrante da equipe do oficial no dia do estágio e, não lhe é permitido sequer exercer a função de comandante de uma GU motorizada. Desse modo, os exercícios típicos de comando se restringem às “paradas matinais” e solenidades militares que ocorrem semanalmente na APM e nas datas comemorativas da instituição.

Mesmo tendo sido formados para comandar, gerenciar, “ser a cabeça pensante da instituição” ao longo da carreira, os “*aspiras*” chegam às unidades operacionais quase sem experiência da prática de comando e passam a trabalhar “comandando” praças com mais anos de polícia (normalmente 10 ou 15 anos), gerando insegurança entre eles por um lado e a necessidade de ouvirem “os mais antigos” por outro. Além da insegurança, também é estabelecido o confronto entre o velho conhecimento prático (associado ao “conservador”) das praças com o novo conhecimento teórico (associado ao “inovador”) dos “*aspiras*” em que cada parte defende teses e procedimentos ideais para o atendimento de ocorrências. Esse confronto não está presente apenas nas instituições policiais, mas em todo grupamento social: nas famílias, nas escolas, nas empresas etc.

Por ter sido formado para comandar, o “*aspira*” sai da academia com a compreensão limitada ao conhecimento teórico sobre o funcionamento da

hierarquia e de que há círculos hierárquicos<sup>35</sup> bem definidos e por isso, há funções e atribuições específicas para cada ocupante de posto ou graduação. Desse modo, o oficial, na cadeia hierárquica é o superior, é aquele que tem as funções de comando, chefia e direção das organizações policiais e as praças são subordinados, mais especificamente, os seus auxiliares (subtenentes e sargentos) ou meros executores das atividades (cabos e soldados) operacionais.

Ao abordar o sistema hierárquico, Muniz (1999) afirma que semelhante ao que ocorre em todas as organizações militares, existe uma obrigação formal na Polícia Militar de cultuar seus sistemas hierarquizados, nos moldes descritos por Weber na teoria da burocracia<sup>36</sup>. A Polícia Militar possui, portanto, uma estrutura bastante organizada, com funções bem específicas que visam à eficiência mediante a especialização de cada elemento da estrutura.

A Polícia Militar, como instituição burocrática, tem seu funcionamento pautado pelo caráter legal, embasado por meio da constituição de normas e regulamentos, comunicação formal, racionalidade e divisão do trabalho, impessoalidade nas relações, hierarquia de autoridade, procedimentos padronizados e previsibilidade do funcionamento. As normas e regulamentos

---

<sup>35</sup> O Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Pará dividiu os círculos hierárquicos em cinco: círculo de oficiais superiores (coronel, tenente coronel e major), círculo de oficiais intermediários (capitão), círculo de oficiais subalternos (primeiro e segundo tenente), círculo de subtenentes e sargentos (subtenente, primeiro, segundo e terceiro sargento) e círculo de cabos e soldados (cabos e soldados). Cada policial militar só pode frequentar, participar de reuniões, ler alguns documentos etc. que correspondam ao círculo ao qual pertence. Tudo dentro da organização policial militar é estabelecido tendo como base os círculos hierárquicos: os vencimentos e proventos dos policiais, a tabela de diárias, os uniformes, o tipo de atividades nas quais serão empregados, as associações das quais participam, as funções, os comandos, desde os grandes comandos até as frações de tropa etc.

<sup>36</sup> Weber (1998) define a Burocracia como um tipo de poder suficiente para a funcionalidade eficaz das estruturas organizacionais. A característica principal reside racionalidade do ponto de vista das atividades desempenhadas na organização. Na Burocracia, a liderança se dá através de regras impessoais e escritas numa estrutura hierárquica. Desse modo, a Burocracia busca amenizar as conseqüências das influências externas à organização e harmonizar a especialização dos seus colaboradores e o controle das suas atividades de modo a se atingir os objetivos através da competência e eficiência. Na mesma linha, Chiavenatto (2003: 263) afirma que a burocracia é uma organização que estabelece os cargos segundo o princípio da hierarquia. Cada cargo inferior deve estar sob o controle e supervisão de um posto superior. Nenhum cargo fica sem controle ou supervisão. Daí a necessidade da hierarquia da autoridade para definir as chefias nos vários escalões de autoridade. Todos os cargos estão dispostos em uma estrutura hierárquica que encerra privilégios e obrigações, definidos por regras específicas. A autoridade - o poder de controle resultante de uma posição - é inerente ao cargo e não ao indivíduo que desempenha o papel oficial. Restritivo, em relação às maneiras definidas pelas regras da organização. Dessa forma, o subordinado está protegido da ação arbitrária do seu superior, pois as ações de ambos se processam dentro de um conjunto mutuamente reconhecido de regras. Assim, a burocracia é uma estrutura social hierarquicamente organizada.

visam abranger todas as áreas da organização, mantendo o equilíbrio de sua funcionalidade, e determinando o seu comportamento organizacional.

Ao chegar ao batalhão, entretanto, o aspirante começa a perceber que essa rígida separação teórica entre os círculos hierárquicos pode ser subvertida/transposta na prática. Na verdade, ele irá se deparar com uma realidade bem diferente desse quadro legalmente composto por barreiras aparentemente intransponíveis. A constatação dessa subversão se dará quando ele iniciar o estágio probatório na atividade de policiamento de rua. Ele irá verificar que não é com outro oficial, de quem ele é hierarquicamente subordinado que ele aprenderá a trabalhar, mas com as praças, de quem é superior hierárquico. Isso ocorre, porque na Polícia Militar do Pará ainda não há uma doutrina sobre como deve ser desenvolvido o estágio probatório do futuro oficial, o aspirante. Por isso, em geral, cada unidade operacional emprega os aspirantes de acordo com a conveniência do serviço porque não há ainda uma normatização acerca do emprego desses policiais nessa fase profissional.

Em geral, sob a justificativa da carência de oficiais, o aspirante fica um dia ou dois acompanhando o serviço do oficial interativo da ZPol com um tenente (estagiando) e no próximo serviço já irá atuar nessa função (de oficial interativo). É a partir desse momento que ele irá se aproximar das praças para adquirir experiência. No Batalhão onde a pesquisa foi realizada, os aspirantes (estagiários) ficam em torno de duas semanas em cada uma das unidades operacionais nas quais passam em torno de dois dias em cada uma das seções da unidade e depois passam a acompanhar o oficial interativo de serviço para adquirir familiaridade com a rotina operacional e com as equipes de serviço.

Passado esse período o aspirante é destinado para uma das unidades e passa a atuar como “oficial interativo” porque os comandantes entendem que ele já está adaptado à rotina da unidade. É a partir desse momento que o *aspira* vai começar a se deparar com a realidade de comandar as equipes de serviço e será posto à prova a cada dia e a cada atuação operacional ou orientação que for dar à tropa ou a uma equipe em particular. Até mesmo ao lidar com o armamento e o equipamento, por ocasião do recebimento desses materiais, na interlocução com a central de rádio (CIOp) e com as viaturas, ou seja, até mesmo nos menores detalhes o aspirante será testado e avaliado.

Em algumas polícias militares do Brasil, como a da Bahia, por exemplo, já existe uma normatização do emprego do aspirante, por se tratar de estágio probatório. Naquela unidade da Federação, o estágio é desenvolvido em 12 (doze meses) e é planejado e coordenado em conjunto entre a APM e o Comando Operacional, sendo obrigatório que estes desempenhem todas as funções administrativas e operacionais exercidas pelo oficial subalterno<sup>37</sup>.

Um curso de formação de oficiais tem em torno de quarenta a cinquenta alunos, divididos em duas turmas. Após a conclusão do curso os aspirantes são distribuídos em todo o Estado, o que leva à dispersão da turma. Alguns poucos têm a oportunidade de ir trabalhar em um batalhão onde já conhecem alguém. Essa não é a realidade da maioria dos aspirantes. Um dos tenentes entrevistados teve a sorte de conhecer os três tenentes com os quais foi trabalhar quando chegou ao batalhão, que facilitou sua aprendizagem inicial. Essa facilidade foi aliada ao fato de trabalhar junto com mais dois colegas de turma que foi decisivo para o processo de adaptação à rotina de serviço e no aprendizado da prática do policiamento, além da superação das demais dificuldades, conforme observamos abaixo.

Na época eu lembro que a gente foi orientado aqui, a gente tava, quando a gente chegou aqui eram três tenentes que haviam é, Tenente A, que na época era Aspirante, o Tenente B que tá na Fluvial e o Tenente C né. Eram os três. Então, o Tenente B e o Tenente C eu conheço desde moleque. Eu conheço desde criança e o Tenente A eu já tinha tido alguns estágios com ele no 6º Batalhão. Então, é, ajudaram bastante. Só que aí foi um período muito curto justamente quando a gente chegou houve toda uma mudança de comando e os tenentes também foram embora e acabou que a gente ficando né, pra substituir os três né, substituindo os três. Nós três e o Tenente D substituindo o Aspirante (Tenente A) né. Então, o que acontece? Eu acho que isso favoreceu. O fato de ser nós três, de tá nós três aqui da mesma turma é uma coisa que facilita porque a gente se ajuda também, né? (*Tenente nº 2, com 5 anos de serviço*).

---

<sup>37</sup> De acordo com a Portaria n.º 050, de 2011, do Comandante-Geral da Bahia, o estágio é dividido em 03 (três) fases: Nos 03 (três) primeiros meses do estágio, o Aspirante será acompanhado direta e ininterruptamente por Oficial da OPM nas atividades operacionais. Nos 03 (três) meses seguintes do estágio, o Aspirante poderá exercer o serviço de Oficial de Operações/Coordenador de Área, supervisionado e orientado pelos Chefes das Seções de Planejamento das UOps, nas atividades operacionais. Nos 06 (seis) meses finais do estágio, o Aspirante poderá exercer o serviço de Oficial de Operações/Coordenador de Área, concorrendo em condições de igualdade com os Oficiais Subalternos da UOp.

Uma das primeiras dificuldades do aspirante é a dispersão da turma na qual ele foi formado porque, diferente das praças que fazem o curso de formação em grandes quantidades e em diversos pólos de ensino por todo o Estado, os oficiais são formados apenas na APM e em turmas de aproximadamente cinquenta alunos. Após a conclusão do curso os aspirantes são distribuídos em todo o Estado, o que leva à dispersão da turma. Na RMB que é a área que concentra mais de um terço do efetivo policial militar, em cada um dos batalhões não ficam mais do que três aspirantes. No interior, em geral, apenas um é destinado para cada batalhão. Mesmo nestes casos o aspirante não trabalha ao mesmo tempo em que os demais. Cada um trabalha em turnos diferentes, se encontrando apenas nos “paradões” (sextas-feiras), nas reuniões de oficiais, nos serviços extraordinários ou nas trocas de turnos, onde serão repassadas as ordens do serviço e o livro no qual são relatadas todas as alterações ocorridas durante cada turno (armamentos, equipamentos, viaturas, ocorrências e efetivo).

Há também os problemas de aceitação por parte dos policiais mais antigos, e que não recebem bem a “novidade” que representa a chegada dos aspirantes para coordenar o policiamento. Acostumados a comandar apenas os colegas de turma e os alunos das turmas mais modernas (1º e 2º ano) os aspirantes irão se defrontar com o desafio de comandar praças que, ao mesmo tempo, são hierarquicamente mais modernos, porém mais antigos de tempo de serviço e, por isso, mais experientes quanto à rotina que caracteriza o policiamento ostensivo de rua.

Esses fatores irão gerar desconfiança de ambas as partes. Mesmo que seja de forma velada, alguns policiais graduados (sargentos e cabos), que exercem a função de comandantes de viaturas, mais antigos no que diz respeito ao tempo de serviço, mas mais modernos na hierarquia, têm problemas e resistem em obedecer a ordens dos aspirantes porque são “novatos” na atividade policial e sem experiência de comando e de atendimento de ocorrências, principalmente as que apresentam riscos de evoluir para situações mais graves.



Diferente dos soldados “novatos”, que tomarão conhecimento dos esquemas e serão ou não inseridos neles aos poucos, os aspirantes serão confrontados com essa prática nos primeiros serviços. Esse confronto inicial se dará porque os policiais veteranos precisam saber qual o posicionamento dos “*aspiras*” quanto à aceitação/participação ou não nestes para a decisão acerca das estratégias a serem implementadas a partir de então. A decisão do “*aspira*” em participar ou não destes “esquemas” será fundamental para sua aceitação ou não no grupo. Então, alguém será encarregado de abordá-lo e depois informar aos demais membros da equipe acerca da posição dele para a tomada de decisão dos demais. Abaixo veremos um exemplo de como se processa essa abordagem.

Eu posso lhe contar uma experiência que aconteceu comigo no 6º Batalhão, que era justamente o período de estágio, porque a gente veio pra cá, nós éramos três pro [...] e fizemos estágio em determinadas áreas de policiamento. Então, eu lembro que era aniversário do Batalhão. Eu tava assumindo de interativo da [...] Zpol na viatura [...]. Entrei na viatura, falei “bom dia” pro cabo que tava comigo. Ele disse: “Bom dia, chefe. Tudo bem? Chefe eu posso lhe perguntar uma coisa?” Ele não perguntou nem o meu nome. “Meu chefe, qual é a sua opinião a respeito dos patrões?” (pessoas que pagam para a guarnição fazer rondas nos PB<sup>38</sup> próximo aos seus pontos comerciais ou fabricas). Aí eu: “Como é?” “É, dos patrões.” Aí eu fui olha. Aí eu comecei né, trinta minutos, quarenta e cinco minutos de: “Eu sou totalmente contra, por isso, por isso, por isso, por aquilo.” “Meu chefe, muito bonito isso que o senhor falou pra mim, mas eu posso lhe falar uma coisa?” Aí eu: “Pode falar.” “O senhor não vai ter motorista pro senhor.” Eu falei: “como assim, não?” “O senhor vai ver. Aguarde e confira. O senhor tá vendo aqui? O senhor, a gente passa aqui em determinado lugar e só faz isso aqui ó (aciona a buzina da viatura), cinco reais. Se a gente passar em determinado lugar e só faz isso aqui ó (aciona a sirene da viatura), dez reais.” “Mas eu não tenho essa postura, fulano.” “Mas, meu chefe, o senhor tá vendo ali, aquela viatura que vai bem ali na frente?” “Sim é do tenente. E aí?” “Ele tá pegando o que era a sua cota.” Eu falei: “Tá bom pô, mas ele é o tenente. Ele, é a postura dele. A minha postura é essa.” Ele falou: “É, meu chefe. Então, é como eu tô lhe falando.” Passados dois, três serviços o motorista que tava escalado comigo, o sargento fulano mandou tirar porque ele disse que ele não era motorista e tal. Fui procurar um motorista. “Fulano”. “Meu chefe, tô sem carteira.” “Mas tu não tá de motorista da nove meia?” “Não, meu chefe, mas a minha carteira tá vencida. Tá aqui.” Aí eu peguei a carteira: “Pô, é mesmo, tá

---

<sup>38</sup> Ponto-Base (PB) é o espaço físico limitado que exige a presença real ou potencial, por ser local de risco. É conveniente que possua iluminação suficiente, para que à noite, a equipe de policiais seja facilmente localizada. Quando o processo de policiamento for motorizado, deve ser instalado de forma a permitir o deslocamento imediato em duas direções, no mínimo.

vencida, né. Pô, então tu não pode dirigir a viatura. Tu vai pro trailer.” “Não, meu chefe, mas lá dá pra eu dirigir porque eu já conheço a área.” Eu falei: “não, se tu não vai dirigir pra mim, tu não vai dirigir pra ninguém e tu vai pro trailer e eu vou botar outro motorista aí.” Aí ele já se mordeu. Ficou com raiva, sabe? Mas ficou no trailer doze horas. Aí cheguei com o sargento: “sargento, tu vai dirigir pra mim.” “Não, meu chefe, eu tô sem óculos. Porque não sei o quê e tal.” Aí eu falei: “não, mas tu dirige na “manha” e tal. A gente vai levando na manha as doze horas.” Aí é que eu já comecei a conversar. Senão, eu ia ter que... Aí eu cheguei lá com o tenente e falei: “Tenente, pô, o pessoal não quer dirigir.” Aí ele disse, pegou assim e deu uma franzida na testa e abriu a mão e falou assim: “Tá vendo só.” Aí eu fiquei assim “êgua”, mas desenrolei um motorista pra mim. (*Tenente nº 2, com 5 anos de serviço*).

Aqui se percebe claramente o comprometimento do tenente com os esquemas existentes. Ele que é o superior responsável pela orientação do aspirante já demonstra qual a sua forma de trabalhar. Por isso o “*aspira*” não encontra qualquer apoio ao se dirigir ao superior, avaliador e “orientador” acerca da recusa dos policiais em dirigir a viatura que ele comanda. Isso porque ao ser interpelado sobre sua opinião e, portanto, sua atitude diante da “catação”<sup>39</sup> aqui materializada pelas figuras do “patrão” (comerciante) e “empregado” (policial) o “*aspira*” se posiciona contrário a essa prática que é tolerada por muitos oficiais e compartilhada por outros tantos, inclusive pelo tenente aqui exemplificado.

Observamos que em uma única abordagem o policial “*antigão*” apresenta ao aspira todo o esquema de catação estabelecido na ZPol em que ele estava sendo empregado. Essa apresentação como vimos, não é sem intenção. Na verdade, o motorista é o encarregado de sondar o aspirante para, de posse da sua posição a respeito da prática da “catação”. Os demais policiais decidirem sobre a aceitação ou não do aspirante. Como ele é legitimamente superior dos policiais com os quais vão trabalhar, estes não podem solicitar a saída da

---

<sup>39</sup> Para efeitos deste trabalho, a “catação” será entendida como um tipo de corrupção operacional, isto é, um ato de abuso de autoridade, uma vez que quem o comete “tira vantagem” de sua posição e do poder que lhe é outorgado (Newburn, 1999; Urueña, 2001). Assim, o fato de um policial aceitar um café ou outro bem ou serviço pelo qual normalmente deveria pagar (gratuidade), não constitui um fato ilícito, mas bem poderia ser considerado um ato de corrupção se essa “gratuidade” gera algum tipo de compromisso com seu provedor. E conveniente salientar que a distinção entre “subornos” e “gratuidades” está separada por uma tênue linha que deve ser definida na prática. Kleining coloca a seguinte distinção: um “suborno” tem uma magnitude significativa e, geralmente, proporcional ao serviço ou favor requerido e sua motivação é corromper a autoridade; as “gratuidades”, ao contrário, tendem a ser mais simbólicas e nada pode implicar, ao menos inicialmente, que uma “gratuidade” entregue a um oficial de polícia tenha a intenção de ter alguma influência sobre sua atuação como policial.

equipe, mas adotam a estratégia de dificultar o desenvolvimento do serviço deste a partir de então, a começar pela recusa de todos os motoristas em dirigir a viatura, como vimos no depoimento do tenente.

Em casos como este, de recusa de participação em esquemas ilícitos, o “*aspira*” precisa encontrar outras estratégias de aproximação da equipe com a qual vai trabalhar. Uma delas é o desempenho no atendimento das ocorrências. A seriedade e a forma de atendimento poderão conduzir o aspirante a uma posição de liderança e, por conseguinte, de respeito frente aos subordinados que, mesmo não aceitando sua posição de refutação aos esquemas, o aceitarão por outro lado, pela sua atuação. Outra estratégia de aproximação é a forma de tratamento dispensado às praças. Quando o aspirante ou o oficial trata os subordinados de forma cortês, ele consegue diminuir a resistência destes em relação a si, tendo em vista que muitos oficiais são arrogantes e tratam os subordinados até mesmo de forma grosseira, ou mesmo ignoram os policiais a ponto de não responder ao cumprimento que lhes é dirigido.

Outra forma de aproximação que também é utilizada pelo aspirante é a orientação dada à tropa por ocasião da preleção antes do início do serviço. Uma das funções do Interativo é exatamente dar todas as orientações aos policiais sobre como deve ser desenvolvido o serviço, como deve ser conduzido o atendimento de ocorrências, quais as atividades a serem desempenhadas por cada equipe, dentre outras. No entanto, poucos possuem essa prática que deveria ser rotineira. Então, quando os policiais se deparam com um interativo que se preocupa em orientar, tirar suas dúvidas e mostrar estratégias de atuação policial, eles passam a aceitar melhor este aspirante ou oficial por acreditar que ele se preocupa com a tropa e com o que possa acontecer com eles durante o serviço, mesmo que não sigam suas orientações. Essa é uma das estratégias utilizada pelo tenente nº 02 que alia a ela o tratamento cortês que possibilitaram sua aceitação pelos subordinados.

Taí o [soldado] *fulano*<sup>40</sup> [motorista da viatura], a minha preleção é praticamente a mesma desde aspirante. Eu toco em quatro pontos que eu acho que é fundamental pro serviço sair sem alteração. Primeiro, e aí, muitas das vezes eu falo até veementemente e os policiais, às vezes, ficam constrangidos. Primeiro, a segurança em toda e qualquer

---

<sup>40</sup> Suprimido o nome do policial para evitar sua identificação.

abordagem, que é fundamental. Se o policial não tiver segurança, não der a segurança pra ele, não vai poder dar segurança a outra pessoa. Proporcionalidade no uso da força. A força nem além e nem aquém da necessária. Legalidade nas ações. Prisões em flagrante delito e mediante mandado judicial. Prisões pra averiguações a gente sabe que ela é irregular, etc. etc. E, por fim, é um ponto que eu sempre costumo tocar a questão da ética no policiamento né, policial catando [...]. Então, eu sempre costumava tentar [...] jogar o policial pra próximo dele, não adianta eu falar aqui do direito, ordenamento etc. Eu tenho que aproximar o fato do policial. Quando eu consigo é, demonstrar pra ele que a postura dele é errada e que as conseqüências poderão ser bem próximas da família do policial. Muitas das vezes quando eu faço um disparo e atinjo um inocente, o que acontece? Acaba que a família desse policial, quando ele for preso, quando ele for prum julgamento ou alguma coisa do tipo, é ela que passa todo esse constrangimento. Entendeu? Muitas das vezes a instituição ela não te dá apoio algum. Se um policial se bronear num serviço e o policial que tem de correr atrás de um advogado, como a gente tá aí com a pendência do soldado *ta<sup>41</sup>l*, né. O soldado *tal* tá preso aí, vai fazer três meses e aí, um dia desses eu conheci a esposa dele e a filha dele pequenininha. O soldado *tal* é da turma do *fulano*. Ele foi acusado aí de ter é, tentado matar um indivíduo que tá, que era vítima de uma situação de extorsão aí por conta de uma guarnição e o major fez o flagrante né, dos dois, dos dois. O major fez o flagrante dele e apresentou o soldado *tal* [...]. Então, muitas das vezes é a família do policial que sofre com essa situação, né de, lógico, aqui eu não tô acusando o soldado *tal*, mas se hipoteticamente, ele veio a cometer o fato, ele tá vendo que ele tá sofrendo, lógico. Mas eu acho que dói bem mais pra ele é ver a família dele ter que ir num lugar daquele visitá-lo, né. Num final de semana sim e outro não, né. Tá fora do convívio dele social. Lógico, tá vivendo uma, naquele ambiente que eu acho que é extremamente é, se a gente for colocar, insalubre pro cara, né. Fora de uma, de um convívio que ele tinha da camaradagem, de chegar, entrar e sair de serviço, de conversar. Enfim, das brincadeiras, que isso é normal, que acontece. Então [...] eu sempre costumo aproximar essas relações do policial pra que ele entenda que a postura dele hoje, se ele ir numa boca de fumo pegar dinheiro do traficante, pode ser que esse mesmo traficante dois, três dias depois, esteja assaltando a esposa do policial, a filha dele [...]. Então, eu sempre procuro aproximar isso daquilo que o cara possa ver. Porque não adianta eu falar do direito, que vai causar isso, que vai causar, não. Eu sempre procuro, o cara tem que aproximar da realidade do policial. Porque se ele não aproximar, vai entrar por um ouvido, vai sair pelo outro e ele não vai escutar. Então, quando a senhora consegue aproximar essas situações da realidade pro policial, com certeza, ele pode não absorver os 100% do que a senhora queria, mas em parte, ele fica desconfiado. (*Tenente nº 2, com 5 anos de serviço*).

Nas conversas com os subordinados durante as visitas para as entrevistas este tenente é sempre bem conceituado. Todos falam da sua disponibilidade em tirar as dúvidas destes e de estar sempre disposto a dar apoio nas ocorrências de maior gravidade, além de elogiarem sua forma de atuação nas ocorrências por ele atendidas. Isso é relevante porque ele nunca

---

<sup>41</sup> Idem.

aceitou participar dos esquemas existentes na Zona de Policiamento, apesar de não negar que sabe que eles existem, como veremos abaixo.

Na busca pela aquisição de experiência o aspirante-a-oficial procura se aproximar das praças (soldados, cabos e sargentos). Primeiro dos integrantes da sua viatura (motorista e patrulheiro) e depois dos demais policiais. A aproximação da sua própria equipe serve como mecanismo de aproximação das demais equipes que investigam sobre o comportamento do “*aspira*” com os colegas, já que os subordinados também sentem necessidade de quebrar as barreiras que os afastam do superior.

Os aspirantes assumem a condição de “aprendizes” dos subordinados, reproduzindo a mesma lógica de aprendizado entre soldados (novatos) e sargentos (antigos). Porém, por se tratarem de oficiais, tal relação implica num “teste de fogo”, pois a todo tempo as praças (subalternos) estão testando a capacidade e a conduta de seus superiores. (Caruso, 2004: 67). Algumas vezes do teste é realizado sem que o ele perceba que está sendo posto à prova, conforme veremos a seguir.

Os motoristas que passaram pela gente, com a gente, no caso, de interativo, se eles tinham essa prática, pelo menos, enquanto assumiam a função de motorista do interativo nenhum chegou comigo: “Olha tenente, pô, tem uma coisa aqui e tal...”. Não, nenhum. Nenhum chegou assim. Mesmo das guarnições. Lógico, se fizeram, fizeram e eu não percebi. [...] até é um fato que ... o policial veio da ROTAM. Ele era cabo da ROTAM. A gente encontrou um carro dum patrão dele, lá da... que ele tirava bico, lá na [...] <sup>42</sup>. Ele falou: “Olha, meu chefe, é o seguinte. Não tô insinuando nada pro senhor, mas quando o senhor chegar aqui, eu já avisei pra ele que o carro dele foi encontrado. Tá aqui, ele tá vindo pra cá. O senhor vai ver que ele vai lhe oferecer alguma coisa. O senhor não vai nem precisar pedir. Ele vai, ele vai lhe oferecer.” Aí o cara chegou lá. Tá, beleza. Puxou cem reais. “Não tenente, tá aqui. Muito obrigado por....” Isso aqui não foi só aqui que aconteceu. Isso aconteceu também em Mosqueiro. “Tá aqui pro lanche dos senhores”. “Meu senhor, o senhor me desculpe, mas eu não vou aceitar. Pra mim seria bem mais interessante aqui que senhor pegasse esses seus cem reais, o senhor pudesse colocar uma notinha lá no jornal e botasse lá: “Guarnição de [...] (local da pesquisa) trabalha com eficiência, encontrou meu carro etc. e tal. Tá de parabéns os policiais do [...] <sup>43</sup> Batalhão, porque aí o senhor vai tá fazendo ou benefício pro todo. Ou então, o senhor pegue esses seus cem reais e invista numa, numa instituição de caridade que trabalhe com menores. Por quê? Porque eu não vejo a questão a curto prazo. Porque esses seus cem reais aí vai acabar hoje, amanhã ou depois de amanhã. Mas esses cem reais investido em educação ou coisa do tipo, com certeza, vai tá

<sup>42</sup> O nome da via foi suprimido para evitar a identificação do policial.

<sup>43</sup> O nome do Batalhão foi suprimido para evitar identificar os policiais entrevistados.

me tirando um indivíduo a mais que eu teria que tá prendendo. Que eu teria que tá correndo atrás, né. Se bem aplicado. É lógico que a gente não sabe”. O cara ficou olhando assim pra mim é, por um lado, assustado pela postura que eu tomei porque pra ele era líquido e certo que eu aceitar, mas por outro, espantado com a postura do encaminhamento que eu tinha falado pra ele dá pro dinheiro. O cabo, ele ficou olhando assim, mas também não questionou, não, não falou nada sobre a minha postura. Não. “Pô, meu chefe, ele vai dar. Agora, o senhor aceita se o senhor quiser.” (*Tenente nº 2, com 5 anos de serviço*).

O teste a que o aspirante foi submetido não foi apenas do policial com quem ele trabalhava que, certamente estranhou seu comportamento porque em situações como estas em que o cidadão oferece a “recompensa”, a conduta de aceitá-la não é considerada ilícita por grande parte dos policiais já que ele “não está pedindo”, mas é o cidadão que está “dando”. O próprio cidadão está também testando-o, já que todos os policiais “esperam receber alguma coisa” quando recuperam um bem roubado ou furtado e “ligam” para o proprietário para informar acerca da recuperação, como fez o cabo, ligando para o “patrão”.

Outro exemplo de como os aspirantes são rotineiramente testados aconteceu quando esta pesquisadora estava no Batalhão onde a pesquisa foi realizada, para entrevistar um policial do serviço velado<sup>44</sup>. Presenciei uma situação em que um cabo com treze anos de serviço havia atendido uma ocorrência envolvendo tráfico de drogas e queria que o aspirante conduzisse dois detidos e fizesse o registro do Flagrante Delito na Delegacia, alegando que tal procedimento era correto e que o “chefe” não sabia disso por ser ainda aspirante. Vale ressaltar que tal procedimento era incorreto, visto que, quem faz a detenção do infrator é quem faz a condução e apresentação para a lavratura do flagrante, por conhecer as circunstâncias que originaram a detenção.

No exemplo apresentado, o policial queria esquivar-se de fazer a condução dos detidos para a Delegacia de Polícia porque seria lavrado uma ocorrência de flagrante de tráfico e esse é um procedimento policial bastante

---

<sup>44</sup> Serviço velado é a denominação dada pelos policiais à atividade de inteligência, que consiste em uma atividade de investigação específico, com objetivo de identificar os locais de maior incidência de crime, levantar dados que permitem ações com maior grau de segurança para os cidadãos, reduzindo principalmente o risco à vida de inocentes. Os policiais que atuam nessa atividade, não podem ter seus nomes divulgados porque, muitas vezes, estão infiltrados no meio de criminosos. Vale ressaltar que estes policiais não deveriam ir ao quartel sob qualquer alegação, mas o fazem porque não dispõem de um lugar para realizar suas reuniões. Isso Põe em risco suas identidades e, conseqüentemente, suas seguranças.

minucioso. Por tratar-se de procedimento em que precisam ser apresentados todos os elementos do flagrante, uma equipe que se depara com uma situação como essa a poucas horas de terminar o turno de serviço, em geral não gosta de atender a ocorrência e quando vai, procura se esquivar da condução para a Delegacia porque já sabe que vai encontrar outras ocorrências na frente da sua para serem registradas e, por isso, o seu turno de serviço vai ser estendido além do horário normal. Como no próximo serviço não haverá qualquer compensação dessas horas a mais passadas na Delegacia, e também o policial não receberá hora extra pelo tempo que excedeu do seu turno, este procurará passar a responsabilidade para o oficial interativo.

Nesse caso, ele tentou se aproveitar da inexperiência do aspirante para convencê-lo a aceitar a fazer a condução dos detidos, no entanto, não conseguiu enganar o aspirante. Essa é uma das situações em que o conhecimento teórico foi importante para que o aspirante não fosse enganado por um policial mais experiente e, ainda por cima, malicioso e com intenções no mínimo, duvidosas e ainda fosse ridicularizado pelos subordinados por ter sido enganado por um praça “*antigão*”.

No que diz respeito à desconfiança dos policiais “*antigões*” em relação aos “*novinhos*”, Miranda (2009, p. 4) afirma que ela é mais grave quando o “*novato*” é superior hierárquico do “*antigão*”, como é o caso do aspirante. Este, apesar de “*novato*”, é “*mais antigo*” na hierarquia militar do que todos os demais integrantes da equipe de serviço com a qual vai comandar. Além disso, se os seus métodos de trabalho, em princípio, não corresponderem à forma de trabalho que os *antigões* estão habituados. Essa diferença irá colocar em conflito os dois grupos no campo policial: oficiais e praças.

Isso ocorre porque na Polícia Militar há duas carreiras bem distintas: a carreira de oficiais e de praças. A carreira de oficiais tem início no posto de segundo tenente e vai até o posto de coronel (excepcionalmente, o aspirante integra essa carreira, já que o aspirantado é o estágio probatório dos oficiais). A carreira de praças se inicia na graduação de soldados e vai até a graduação de subtenente. Há uma divisão tão marcante que poderíamos dizer é palpável. Essa divisão que gera os conflitos começa a ser alimentada no curso de

formação. Ela dará a tônica das relações entre os “*aspiras*” e os “*antigões*” desde os primeiros contatos no cotidiano de serviço que se iniciam nos estágios do curso de formação. É, portanto, nesse ambiente que os aspirantes irão procurar impor a sua forma de trabalhar e modificar a dos “*antigões*” que, certamente, resistirão a essas tentativas, conforme o tenente nº 03 nos apresenta a seguir.

P – E como é um aluno oficial estagiar de comandante da viatura? Não dá assim certo nervoso de começar, de chegar e de já trabalhar com um *antigão* experiente?

R – É porque a gente desconfia de todo mundo né.

P – Mas, porque desconfia de todo mundo?

R – Porque na academia a gente tem uma impressão um pouco deturpada da tropa.

P – Qual é a impressão que se tem da tropa?

R – Que tem muito ladrão, que tem muita gente indisciplinada.

P – E como é que tu tens essa impressão? São os oficiais que dizem isso? Tu olhas e acha isso?

R – A gente quando entra na polícia militar mesmo, a gente já vem com essa impressão, com esse estereótipo.

[...]

P – Pois é. E aí a tua tropa faz do jeito que tu aprendeste ou eles aprenderam diferente e fazem assim?

R – Não. Alguns fazem diferente. A maioria faz diferente. Até mesmo algumas incursões noturnas aí, a gente vê muitas coisas erradas, alguns procedimentos errados porque uns saem pra um lado, outros saem pro outro. Não usam bastante a técnica.

P – E quando tu vês o pessoal fazer diferente, tu vê que tá errado?

R – Depois eu chamo a atenção e mostro o certo como é pra fazer.

P – E aí, quando tu mostras o certo, chama a atenção, na próxima vez eles assimilam aquilo que tu passaste ou voltam a fazer tudo da mesma forma que estavam fazendo antes?

R – Voltam a fazer igual como estavam fazendo. Tem que ser algo assim que é constante. (*Tenente nº 3, com 5 anos de serviço*).

Observamos que mesmo antes de ingressar na polícia militar o futuro oficial já tem a visão de que os policiais, especialmente as praças, são “ladrões” e “indisciplinados” e, por isso, precisam ser tratados com desconfiança. Aqui aparece claramente a suspeita “para dentro”, isto é, da população em relação aos policiais. A impressão que a sociedade tem é de que na instituição policial existem muitos “ladrões”. É o pré-conceito, isto é, até mesmo a pessoa que vai ingressar na polícia tem uma idéia pré-concebida do que ele vai encontrar. Esta é, portanto, a “pedagogia da suspeita” funcionando de fora da polícia para dentro, que se contrapõe à suspeita do policial em relação ao cidadão, abordado no capítulo anterior.

Além disso, ainda tem uma questão mais grave: a forma de atuação



diferenciada, visto que os “*antigões*”, com mais de dez anos de serviço, em geral, aprenderam a trabalhar com outros “*antigões*” que não possuíam o conhecimento técnico de atuação e também “aprenderam na prática” e assim repassaram aos que vieram depois. E o aspirante chega dotado de conhecimentos técnicos de atuação policial aprendidos durante o curso e disposto a repassar tais conhecimentos aos “*antigões*” que resistem a tais conhecimentos. É nesse ambiente de conflitos que o aspirante terá de se inserir e criar estratégias para superar, submetendo-se aos paradigmas já estabelecidos ou encontrando mecanismos de inserção de sua forma de atuação.

### **3.2. O encontro entre o soldado “*novinho*” e o policial “*antigão*”**

A chegada de novos soldados recém saídos dos cursos de formação faz surgir entre os policiais “*antigões*” um sentimento inicial de desconfiança. Este sentimento aparece porque o veterano sabe que o “*novinho*” é portador de conhecimentos questionadores de sua prática cotidiana, representando uma ameaça constante ao conhecimento prático utilizado por ele durante o policiamento. (MIRANDA, 2009: 3-4).

Apesar dessa ameaça representada pelos novos soldados, as fragilidades deles aparecem frente à cultura organizacional, à força da prática policial e ao prestígio dos policiais “*antigões*” na instituição, especialmente no policiamento ostensivo das ruas, onde as disputas políticas mais gerais são realizadas e onde os veteranos têm mais espaço para buscar deteriorar os saberes específicos e os valores morais e éticos adquiridos no processo de formação no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP).

Diversos estudiosos (SKOLNICK, 1994; CHAN, 1997, MUIR JR, 1977) quando se reportam ao processo de construção identitária dos policiais, enfatizam que o ingresso na carreira policial significa a aquisição de uma identidade profissional, isto é, a adesão a uma “cultura organizacional”, que se

apresenta para os postulantes como um estilo de vida, uma forma de se colocar no mundo. Para este trabalho utilizaremos o conceito de Edgar Schein, para quem:

Cultura organizacional é o conjunto de pressupostos básicos, que um determinado grupo inventou, descobriu ou desenvolveu ao aprender a lidar com os problemas de adaptação externa e de integração interna e que funciona bem o bastante para serem considerados válidos e ensinados aos novos membros como a forma correta de perceber, pensar e sentir em relação a esses problemas. (SCHEIN, 1992, 12).

Já Maximiano (2000: 106), conceitua cultura organizacional como sendo um conjunto de normas informais de conduta constituindo uma legislação de uso e costumes que definem o comportamento correto dos membros da corporação. O autor observa ainda que essas normas podem “coincidir ou conflitar” com a legislação oficial (formal) da corporação. Em relação a essas normas de conduta informais que se relacionam a cultura organizacional, Maximiano (2000: 107), afirma que: “[...] representam um dos elementos mais importantes da cultura organizacional, que compreendem os valores rituais, crenças, hábitos e outros condicionantes do comportamento das pessoas”. Para Schein (1985: 5)

Cultura é a experiência que o grupo adquiriu a medida que resolveu seus problemas de adequação externa e integração interna, e que funciona suficientemente bem para ser considerada válida. Portanto essa experiência pode ser ensinada aos novos integrantes como forma correta de perceber, pensar e sentir-se em relação a esses problemas.

No que diz respeito ao processo de construção da identidade do policial militar podemos afirmar, com base de Fleury (1987), que cada novo policial ingresso no grupo é imerso no novo contexto, consolidando o processo de adaptação e perpetuando a cultura organizacional, que se submete a novas dinâmicas, que poderá produzir uma variação no seu conjunto simbólico, permanecendo, no entanto, sua essência.

Nesse sentido, em sua concepção sobre a socialização do policial militar, Assaf (2004:16), apoiado em Neto (1995), afirma que é no processo de socialização que o universo simbólico de uma organização é reproduzido. Para ele, é por intermédio desse processo que os valores, comportamentos, crenças são transmitidos e incorporados pelos novos membros.

Diante disso, é possível apreender que as especificidades da cultura militar têm o papel reforçador e mantenedor de práticas e posturas calcadas no atributo da "tradição" que, por isso, embota e limita a produção de novos pensamentos e perspectivas e, com isso dificulta o desenvolvimento. Portanto, a dinâmica institucional das polícias militares, seus ritos, a rigidez de sua estrutura organizacional aparentemente ríspida e inquestionável, tende a perpetuar valores, condutas e cultura que visa cercear, alienar e condicionar a individualidade de seus membros.

Na busca de se inserir no universo policial e construir sua identidade profissional, o policial advindo do curso de formação vai se deparar com uma cultura organizacional resistente a mudanças que demandem novas formas de pensar e de agir e que provocam a desconfiança dos "antigões" a respeito de seu posicionamento frente à prática policial. Diante do cenário encontrado este novo policial pode agir de três maneiras distintas: a) adapta-se à forma de atuação dos mais antigos com os quais vai trabalhar e abandona os conhecimentos adquiridos durante o curso de formação; b) ignora o conhecimento prático do policial mais antigo e passa a atuar utilizando como parâmetro o conhecimento do curso; c) alia o conhecimento adquirido no curso ao conhecimento prático do mais antigo, utilizando para tal uma avaliação de ambos os conhecimentos postos à sua disposição, tendo como parâmetro, o tipo de policial que deseja tornar-se, como no exemplo abaixo.

Bem, na verdade, eu não sou totalmente a favor e nem totalmente contra o que dizem os mais antigos, mas eu tenho que dosar. Peraí, eu não posso levar em consideração tudo o que falaram na escola e nem posso levar em consideração tudo o que a pessoa tá me falando aqui porque ele é mais experiente do que eu na polícia. Eu tenho que ter um pouco de bom senso. Até que ponto aquela formação escolar policial militar é significativa pra mim? E até que ponto a experiência desse profissional, desse policial que tem muito mais tempo do que eu na polícia, são relevantes pra mim? Então, peraí. Eu tenho que pegar um pouco. Eu tenho que saber ser crítico-reflexivo. Eu pego um pouco do que a formação me disse e um pouco do que esse profissional que também tem experiência e também é pertinente, tá me dizendo e somar. E não só me entregar à formação da escola e não também deixar de levar em consideração o que ele tá me falando, mas ter, somar as forças e pegar tudo o que me trouxeram, pegar uma peneira, botar na peneira e o que ela peneirar, aí sim é significativo né. Absorver um pouco do que dá a formação da escola e absorver um

pouco da experiência do que aquele profissional tá me dizendo.  
(Soldado nº 2, com 5 anos de serviço).

O depoimento do soldado acima resume a atitude dos policiais que têm sido formados na última década. Estes policiais recém-formados, ao serem designados para trabalhar no policiamento ostensivo começam a comparar o conhecimento teórico adquirido no curso com o conhecimento prático dos policiais veteranos e a avaliar as vantagens e desvantagens da utilização de um e de outro tanto para o desenvolvimento do serviço quanto para a construção da relação de confiança entre si e os demais membros da equipe com a qual irão trabalhar e sob as ordens de quem estarão subordinados. A forma de atuação dos policiais recém-formados, portanto, tende a incorporar elementos dos dois universos: o curso de formação e a prática para construir o seu próprio conhecimento, a sua própria identidade profissional<sup>45</sup>.

No caso dos soldados “novatos”, nos primeiros serviços, dependendo da equipe com a qual irão trabalhar, eles não terão chance de colocar em prática os conhecimentos do curso porque os veteranos não permitirão que isso aconteça. Primeiro porque os “*novinhos*” estarão sempre sob as ordens dos “*antigos*”, salvo exceções. Segundo, porque mesmo se estiverem trabalhando nas guarnições das viaturas, a eles serão destinadas apenas as atividades mais triviais, como por exemplo, numa perseguição a pé, “tomar conta da viatura”, ou ainda, fazer a segurança da equipe por ocasião de uma abordagem. Isso significa que só conseguirá impor a sua forma de atuação à medida que começar a exercer atividade de comando de equipe ou convencer os antigos de que a sua técnica é mais eficiente.

---

<sup>45</sup> Embora reconheçamos a diversidade de concepções em torno do tema da identidade social encontrada na literatura das Ciências Sociais, da Psicologia Social e da Psicanálise, adotamos a noção de identidade proposta por Dubar (2005: 136), para quem “identidade é o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições”. Mais ainda, compartilhamos com a idéia que “um dos elementos importantes para a consolidação do sentimento de identidade é o jogo dialético entre semelhança e diferença”, entendidas como semelhanças e diferenças do eu consigo próprio ao longo do curso de sua vida, ou com o outro no plano grupal e com os outros (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976: 36). Além disso, acredita-se que a identidade é constituída por processos sociais. Assim, a identidade “uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou, mesmo, remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais envolvidos na formação e manutenção da identidade são determinados pela estrutura social” (BERGER & LUCKMANN, 1985: 228).

Começam pelo P.O. [policimento ostensivo a pé]. Aí, com o passar do tempo, devido às necessidades, né. Principalmente com essa nova turma. Em função das novas viaturas, eles foram entrando no comando de viatura. Quem já era motorista, dirigindo a viatura. (*Tenente nº 2, com 5 anos de serviço*).

Conforme afirma o tenente, todos os policiais “*novinhos*” iniciam sua vida profissional no policiamento ostensivo a pé que, em tese é mais fácil por causa do número reduzido de ocorrências que atenderá. A maioria das ocorrências é atendida pelas guarnições das viaturas e, dependendo da gravidade, diretamente pelo oficial interativo. Dependendo da necessidade de policiais em outros postos de serviço, estes podem ser redistribuídos para outras atividades que exigem mais amadurecimento, como é o caso do emprego no “comando de viaturas” e “dirigindo a viatura”, se for motorista, apesar da legislação PM, exige que o motorista tenha curso de direção defensiva para ser empregado nessa atividade.

Essas condutas subvertem a lógica do emprego dos *novinhos* ao lado e ao comando de policiais mais experientes. Aqueles que se adaptam mais facilmente ao modo de trabalhar do oficial interativo e das equipes já formadas, rapidamente evoluem para o policiamento motorizado e os que não se adaptam continuam no policiamento a pé, no Destacamento Especial de Polícia Comunitária - DEPC, Posto Avançado de Polícia Comunitária - PAPC<sup>46</sup> ou *Trailer* e, em poucos casos, quando uma viatura está sem a guarnição completa, estes são remanejados para completar a equipe.

Quando chega ao quartel e ao policiamento, o soldado “novato” ainda apresenta um comportamento condicionado durante o curso de formação e, nos primeiros dias, age como se ainda estivesse no curso de formação. Aos poucos ele começa a pegar os “bizús”<sup>47</sup> e vai perceber que a hierarquia e, portanto, a disciplina, não são tão rígidas quanto lhe foi inculcado no curso. Dependendo de

---

<sup>46</sup> O Sistema de PM-Box que se tornou um modelo de policiamento largamente utilizado pela PMPA e ao longo dos anos de 1990 foi substituído pela implantação do programa de policiamento comunitário, por intermédio do Projeto POVO (policiamento ostensivo volante) que, no início do século XXI transmutou os PM-Box em PAPC e DEPC (Posto Avançado de Polícia Comunitária e Destacamento Especial de Polícia Comunitária).

<sup>47</sup> A palavra “bizu” surgiu nos anos 60, nos corredores das escolas brasileiras. Significa: (1) s.m. dica (para prova ou não), deixa, ajuda, indicação, sugestão; (2) adj. coisa boa, coisa bonita; (3) int. ótimo, legal; aquilo que é dito a respeito de acontecimento (s) ou de uma situação; boato, comentário, conversa. Consultado no site: <http://bemfalar.com/significado/bizu.html>. acessado no dia 10 de agosto de 2011.

com quem ele está falando ou determinando que faça algo, ele poderá usar os “macetes” de como agir. Se for chamado por um soldado “*antigão*” ele pode retrucar para o outro vir até ele. Se o chamamento for feito por um cabo ou mesmo por um sargento, de onde está ele pode perguntar o que aquele deseja. Se, por sua vez, for um oficial que chame o “*novinho*” ele o atenderá prontamente, principalmente se tratar-se do comandante da ZPol ou do Batalhão. Nesse sentido, uma declaração de um soldado chamou atenção pela forma com que ele conseguiu superar as dificuldades de adaptação no curso por causa dos “bizús” recebidos de um sargento.

P – Pensaste em sair?

R – olha, pensei. Pensei e eu acho que no segundo mês, quando eu tive entre aspas, um atrito com um tenente, hoje capitão, e hoje eu até me dou bem com ele. Pra ver como as coisas são né [...]. Mas são fatos passadas. Eu questionava muito com ele e ele não aceitava e aquilo me deixou assim, e quando ele me deixou de serviço na minha folga no sábado e no domingo. Aí eu disse “Não. Hoje eu não quero mais esse serviço”. Mas ao mesmo tempo as pessoas chegavam comigo: “Poxa, mas dá um jeito de terminar seu curso. São só seis meses intensivos, mas termina que depois vai mudar [...]. Isso aqui é só uma fase”. Então isso me deu força pra: “Poxa, quando aquele tenente vier falar com você, eu sei que você vai ter vontade de dizer ‘não, eu discordo do seu posicionamento’, mas fique um pouco. Fique com você e vá falar com o soldado: “Eu discordo do seu posicionamento. Sabe? Porque ele não vai [pausa]. Eu te digo, o que eu falar pra você, por favor, não retruque, só entenda. Faça de conta que eu sou aquele tenente e fala pra ele. Deixa pra lá”. Aí, quer dizer, isso me ajudou a ter mais flexibilidade e mesmo sabendo que aquela pessoa está errada, calma, o momento certo vai chegar [...]. Enfim, então eu tive essa dessa pessoa que Deus colocou naquele período pra me dizer: “Calma, calma que até isso é significativo na sua vida”. E isso me deixou com mais motivação. (*Soldado nº 2, com 5 anos de serviço*).

Essa conduta mais “apaisanada” se acentuará na medida em que ele for ganhando mais familiaridade com os demais policiais e tendo noção das conseqüências disciplinares de suas atitudes. Ele irá descobrir que discordar do soldado “*antigão*” e do cabo não resultará em punição, conforme o sargento explica “... Fique com você e vá falar com o soldado: ‘Eu discordo do seu posicionamento. Sabe? Porque ele não vai [pausa]’...”. No caso de discussão com o sargento ou com oficial (“eu tive entre aspas, um atrito com um tenente, hoje capitão”), ele poderá ser punido como neste caso em que o tenente o deixou de serviço na folga no sábado e no domingo.

No caso desse soldado, foram os “bizús” que o ajudaram a entender que o rigor do militarismo só existiria no período do curso e depois as coisas mudariam, conforme o sargento explica: “São só seis meses intensivos, mas termina que depois vai mudar”. Os “bizús” também serão fundamentais para o “*novinho*” entender que por “deixar certas falhas dos oficiais pra lá” e procurar se aproximar e fazer amizade com estes superiores ele só terá a ganhar, já que são os oficiais que poderão “dar uma força” ou liberá-lo do serviço, fazer “vista grossa” para alguma pequena transgressão, como chegar atrasado para o serviço, e assim por diante.

De acordo com Muniz (2001:163) o serviço policial constrói redes de relações tecidas pela ótica da cooperação entre os integrantes do grupo que trabalha junto (denominada na Polícia Militar como Guarnição de Serviço - GU), sendo estabelecida a lógica do “me ajuda que te ajudo”. Essa norma informal é uma das chaves para o “*novinho*” barganhar seu ingresso no grupo. É dessa forma que uma rede de sociabilidade<sup>48</sup> entre policiais e colaboradores é formada.

Ela afirma que, aos poucos, um jovem policial aprende que, para fazer o seu trabalho, tem que atender a outras carências, e ampliar a sua rede de conhecidos e colaboradores que podem ‘quebrar um galho’, “oferecendo passagens gratuitas em ônibus, fazendo pequenos consertos de lanternagem e mecânica, completando o combustível da viatura ou do carro particular”. Ao aderir a essas normas informais que regem o cotidiano dos policiais, estes as legitimam<sup>49</sup> e passam a deixar de lado as leis e as normas formalmente estabelecidas pela instituição. É por essa razão pela qual alguns tenentes evitam organizar uma guarnição integrada por policiais antigos e novos, conforme afirma esse entrevistado.

---

<sup>48</sup> A sociabilidade é o meio pelos quais as pessoas (independente de classe social) se relacionam entre si de modo a gerar maior interação entre elas e conseqüentemente contribuirão umas com as outras para uma vida harmônica e até a resolução ou felizmente a não propagação de problemas pessoais (D’INCAO, 1994).

<sup>49</sup> De acordo com Correa (2009), o termo legitimidade possui dois significados: um genérico e um específico. Aqui será utilizado apenas o significado genérico. Segundo essa acepção, legitimidade pode ser definida como sendo um atributo do Estado, que consiste na presença, em uma parcela significativa da população, de um grau de consenso capaz de assegurar a obediência sem a necessidade de recorrer ao uso da força, a não ser em casos esporádicos.

[...] Então, o que acontece? Muitas das vezes, muitas das vezes é, a senhora prefere colocar três novinhos que a senhora sabe que são inexperientes, mas sempre coloca é na... sempre coloca à disposição, sempre tá passando na fiscalização, do que botá com um *antigão* e esse *antigão* já passar, já inculir valores negativos, já nos novinhos, entendeu? A gente sabe que um policial quando novo, muitas das vezes, é mais fácil de ser vulnerável à situação. (*Tenente nº 2, com 5 anos de serviço*).

A convivência próxima entre os policiais que, ora divide, ora coloca os turnos de serviço no mesmo ambiente, pode fomentar uma sociabilidade comunitária e positiva, no sentido de se estreitarem laços mutualistas e de camaradagem, que sinalizam uma inclinação ao pertencimento grupal e às formas mais sólidas de solidariedade, mesmo que seus registros na documentação sejam mais rarefeitos, uma vez que não são subproduto de ilícitos regulamentares e, por isso, deixam rastros mais brandos, além de que, despertam menos interesse do interesse do que a camaradagem estabelecida para fins obscuros.

É a partir do estabelecimento ou não da confiança entre “*antigões*”, proprietários do conhecimento sobre o funcionamento da dinâmica das ruas, isto é, os detentores do saber-poder (FOUCAULT, 1999) e “*novinhos*”, ainda inexperientes e desprovidos das informações necessárias ao domínio da dinâmica das ruas, que eles serão ou não inseridos nos “esquemas” das equipes. Estas equipes já estabelecidas utilizam esse tipo de subterfúgio, o saber-poder das ruas para garantir “vantagens” para si por intermédio de atos nem sempre lícitos. Na verdade, alguns atos são ilegais, na medida em que os policiais se envolvem em esquemas criminosos, tais como: “pegar propina em boca de fumo”, forjar provas contra pessoas suspeitas, se apropriar de bens e dinheiro encontrados em poder de ladrões, se apropriar de entorpecentes apreendidos em operações etc. O “*novinho*” vai aprender que a “rede de colaboradores” citada por Muniz (1999) pode ser bem extensa e envolver diversos tipos e níveis de relação, dependendo da criatividade das equipes, da participação ou não do oficial interativo e do que a equipe está disposta a fazer para ganhar dinheiro.

Nos primeiros serviços nem mesmo da partilha da “catação” o soldado “novato” tomará conhecimento. Algumas informações de pouca importância lhe serão repassadas para testar se é confiável ou não e, à medida que for



assimilando ou não a filosofia do grupo, poderá tomar parte nas ações de maior importância, responsabilidade e/ou sigilo.

Em relação à “catação” acima mencionada<sup>50</sup>, o modo de “catar” mais utilizado pelos policiais é o estabelecimento de “cotas”, geralmente semanais, para intensificar as rondas em determinadas áreas. O comandante da guarnição ou algum dos componentes que já conhece o empresário ou que se dispõe a estabelecer a relação de “amizade” vai até o ponto comercial e oferece os “serviços” da guarnição ou ainda, é chamado pelo proprietário que lhe fará uma proposta para que sejam feitas rondas mais frequentes às proximidades do seu negócio.

Vale salientar que, a rigor, não é o policial que obriga o comerciante do bar, do comércio, do mercadinho a dar dinheiro pra ele. É o comerciante que faz questão de dar o dinheiro para que o policial se comprometa com ele a fazer a ronda na rua em que seu ponto comercial está localizado. A catação funciona, portanto, como uma via de mão dupla: tanto o policial quer comprometer o comerciante com o pagamento do “acerto”, como o comerciante quer comprometer o policial com a realização da ronda. Então, o proprietário da lanchonete fornece o “lanche noturno”, o dono da padaria, fornece o pão para o café da manhã, o proprietário do restaurante fornece almoço, o gerente do posto de combustível, um valor pecuniário e assim por diante, criando uma rotina de rondas periódicas e, portanto, mais segurança para a rua, o quarteirão, o bairro.

O “acerto” não é realizado apenas com uma das guarnições da área em virtude de que esta, sozinha, não teria como garantir a segurança em tempo integral, tendo em vista que a escala é de 12 x 24 (doze horas de serviço diurno

---

<sup>50</sup> Para Bretas (1997) há dois tipos de corrupção policial: um deles é a prática do suborno, feita por muita gente, que dá um “presentinho” ao policial, quando comete uma infração de trânsito ou algo parecido. No caso da polícia do Pará, o mais comum é que o policial receba “presentinhos” para fazer a segurança do ponto comercial de algum empresário como donos de supermercado, farmácia, posto de gasolina, etc. Evidentemente não estamos falando das coisas, dos objetos que o policial recebe de forma gratuita, visto que o fato de um policial aceitar um café, um refrigerante (coca-cola) ou outro bem ou serviço pelo qual normalmente deveria pagar não constitui em si um fato ilícito, mas poderá vir a tornar-se um ato de corrupção se essa “gratuidade” gera algum tipo de compromisso com seu provedor. Não abordaremos neste trabalho sobre a corrupção administrativa, isto é, que diz respeito àquelas condutas no nível da gestão de recursos humanos e materiais no interior da instituição e que são semelhantes àquelas presentes em outros órgãos públicos (pagamento por promoção ou aprovação em concurso internos, desvio de fundos, pagamento por liberação das escalas de serviços, entre outras).

por doze de folga) e 12 por 48 (doze horas de serviço noturno por quarenta e oito horas de folga). Então, para que funcione adequadamente, é necessária a concordância de todas as equipes que atuam na área. Desse modo, cada equipe recebe a “cota” uma vez por mês. Nem sempre todas as equipes aceitam o acordo. Nesse caso, pode acontecer de um dos integrantes da equipe aceitar, ou a equipe não atrapalhar o acordo, deixando, no entanto, de receber o “acerto”, que será repassado para as demais pelo “patrão”.

Caso não concordem com o modo de atuação dos “*antigões*”, os soldados “novatos” solicitam para trocar de equipes, “sair da viatura”, conforme podemos observar abaixo pelas afirmações do tenente que atua como oficial interativo da Zona de Policiamento.

E aí, muitas das vezes, chegam alguns policiais que chegam: “Porra, chefe, me tire da viatura”. A gente não sabia o porquê. “Não, me tire da viatura, pelo amor de Deus, que eu não vejo a hora de ser autuado em flagrante por uma guarnição da Corregedoria porque o fulano de tal, o ciclano vai em ‘boca de fumo’ e coisa do tipo”. Então, eu sei que pra eles é mais difícil. (*Tenente nº 2, com 5 anos de serviço*).

Mesmo trabalhando em uma função privilegiada como a viatura, o policial tem medo de “ser autuado em flagrante por uma guarnição da Corregedoria” por causa do policial mais antigo que “vai em boca de fumo”, não para prender os traficantes, mas para pegar “propina”. Em outros casos o “*novinho*” permanece trabalhando com a guarnição para não denunciar os policiais envolvidos nos “esquemas” ao oficial porque ele pode estar também envolvido, ou ainda ter conhecimento da sua existência e não tomar atitude alguma para impedir que continue. As razões para esse comportamento não serão aqui discutidas por não ser objeto de estudo da pesquisa.

À medida que o tempo vai passando, os policiais “novatos” vão se inserindo nas equipes que mais se adéquam à suas aspirações ou vão se amoldando ao sistema já existente, participando ativamente ou fazendo “vista grossa” para os “esquemas” para poderem ser aceitos e tornarem-se confiáveis aos olhos dos “*antigões*” e da tropa em geral.

A tentativa do soldado “novato” em realizar suas tarefas de acordo com os seus valores morais e éticos e com os saberes adquiridos no curso de

formação é fragilizada pelos poucos adeptos à sua proposta de trabalho e de conduta por dois motivos: pela aparente facilidade em executá-la do modo tradicional e pela restrição oferecida na ausência de recursos técnico-científicos no aparelho policial.

P – E tu achas que o “novinho” hoje escuta o conselho do mais antigo ou ele já chega achando que o “antigão”, como faz tempo que fez curso, não sabe muito das coisas?

R – Geralmente, ele acha que sabe né, mas geralmente não sabe. Ele geralmente escuta porque tem que é... com a experiência, ele tem que se adequar à situação porque você vai na rua, é uma situação diferente, abordar cidadão, deter cidadão, é, ainda continua, como aqui acontece, ainda continua. (*Cabo nº 8, com 22 anos de serviço*).

Como podemos observar, os policiais “antigões” acreditam ainda que os conhecimentos técnicos adquiridos no curso não são aplicáveis à prática cotidiana e procuram deteriorar tais conhecimentos, para reforçar as suas formas “práticas” de atuação. Miranda (2009: 4), se referindo aos policiais civis, afirma que um dos instrumentos utilizados pelos policiais veteranos para tentar deteriorar os conhecimentos e os valores dos “novinhos” é o sistema de sanções positivas e/ou negativas que funcionam para mensurar o grau de aceitação das regras estabelecidas. No caso dos policiais militares, estas sanções se traduzem da seguinte forma: “prêmios” materiais e/ou simbólicos.

O “prêmio” de caráter material se traduz, quase sempre, na distribuição de propinas e de presentes entre os policiais da equipe (cesta básica recebida do “patrão”, etc.). O “prêmio”, de cunho simbólico, manifesta-se na alocação de pessoal, expressa sistematicamente no deslocamento de uma função para outra, isto é, mudança do policiamento a pé para o policiamento motorizado em motocicleta ou viatura, para outro posto de serviço melhor, etc. Por sua vez, as sanções negativas revelam-se em punições diversas e em alocações ruins, tais como deslocamento para a guarda do quartel, para o policiamento a pé ou mesmo para o DEPC ou PAPC.

Para pertencer a uma equipe e, sobretudo, para ser reconhecido como membro desta, é importante guardar lealdade ao grupo que constitui a equipe e comprometer-se com sua dinâmica própria, que determina padrões e normas de conduta sobre alguns aspectos do trabalho policial, distintos das normas e regulamentos oficiais, que devem ser seguidos pelos membros para que haja a

sua plena incorporação. Neste sentido, o conjunto de medidas para recompensa e/ou punição de funcionários e o seu encaminhamento nas unidades policiais é fartamente sinalizado, quando os policiais descrevem as situações que, frequentemente, emergem no seu cotidiano, conforme relata o entrevistado.

É, por exemplo, hoje. Nós somos três cabos trabalhando porque chegamos dez, quinze minutos atrasados. Ele mora em [...] (município onde reside), o *fulano* tá acidentando, eu moro no centro da cidade. Só que, voltando, não é pela distância do centro pra [...] (local de trabalho) é que eu vou... Como o tenente falou: “Ah, mas tem gente que mora longe”. “Eu sei tenente. Quando eu era do [...] Batalhão, pro pessoal que morava em [...] (local de trabalho) era longe chegar no [...] Batalhão no centro. Eu já moro perto do [...] Batalhão no centro. Vim pra cá é a mesma distância, só que, veja bem, o camarada que pega o ônibus de [...] (local de trabalho) pro centro, ele tá pegando os primeiros ônibus, ele tá vindo ao centro. Quando tá voltando, ele tá voltando como eles chamam ‘fazendo passagem’. Ele vem mais lento. É natural. Ele vai mais rápido, volta mais lento. Entendeu? Então, hoje eu tive algumas intempéries aí pelo meio do caminho, entendeu? O ônibus tava demorando vim demais. Eu peguei um alternativo. O alternativo vem catando gente na parada do ônibus, pedindo pelo amor de Deus que alguém suba, e atrasei dez minutos, mas o meu tempo de polícia e o que o senhor já conhece que eu faço aqui no vinte e um não vai anistiar ou atenuar?”. Aí ele sorriu né: “É, vai lá pro [...] (local de trabalho)”. “Olhe, eu gostaria hoje de tirar viatura”. Ele falou: “Não. Quando tu chegar cedo, quando tu chegar cedo, eu te coloco”. Eu digo assim: “Então, o meu tempo, o meu bom tempo de polícia não tá dizendo nada?”. Olhe, aí eu não questionei, porque eu até falei pro colega lá: “Não, é destino que eu tenho que ir pra La”. É destino que eu ia encontrar com a senhora, tal. O destino é esse né, mas olhe o erro dele. A senhora viu a viatura aqui? Veio dois soldados. Não tem que ter um cabo comandando? Os obstáculos são esses. (*Cabo nº 6, com 12 anos de serviço*).

O cabo relatou que, por ele e o colega terem chegado “dez, quinze minutos atrasados” para o serviço por morarem distante, foram sumariamente deslocados do comando das viaturas e alocados no Destacamento Especial de Polícia Comunitária - DEPC, que é tido por um grande número de policiais como um lugar de castigo e, em seus lugares foram colocados soldados que não têm a atribuição legal de comandar, numa clara represália aos seus atrasos que, no caso de um deles, estava plenamente justificado e autorizado, conforme as declarações do entrevistado. Então, na perspectiva do oficial, para trabalhar na viatura não basta estar escalado, é preciso preencher os requisitos arbitrariamente estabelecidos por ele, como por exemplo, “chegar cedo”. O “bom tempo de polícia” que caracterizam a trajetória profissional do policial sequer foi considerado no momento de puni-lo pelo atraso, deslocando-o da viatura para o DEPC.

Guaracy Mingardi (1992, 171), ao realizar estudo sobre a Polícia Civil de São Paulo, corrobora as afirmações de Miranda (2009) afirmando que é instituído no distrito um processo de aprendizagem, no qual os policiais “novatos” deterioram os seus valores, ou seja, “é no distrito policial que policiais antigos instruem os novos policiais e sempre dentro da norma vigente. Não há dúvida de que isso ajuda a transferir para os “*novinhos*” as idéias que norteiam os veteranos”.

A mesma lógica é aplicada na polícia militar. É no policiamento ostensivo de rua que os “*antigões*” vão tentar impor a sua forma de atuação aos “*novinhos*”. Estes precisam ser habilidosos para tentar introduzir na equipe uma nova estratégia de atuação. Alguns comandantes de guarnição (GU) até aceitam sugestões quanto aos novos conhecimentos, mas a grande maioria não aceita modificar sua forma de trabalhar e, dependendo de como age o “*novinho*”, dificultam a sua ambientação na guarnição, conforme afirma o cabo nº 8.

P – E como é chegar “novinho” pra ir trabalhar num lugar onde todo mundo já tem as suas equipes? É difícil de ser aceito?

R – É difícil, sinceramente. Geralmente, é difícil.

P – E como foi que tu conseguiste te inserir no grupo?

R – Aos poucos, aos poucos, tentando se entrosar aos poucos, pegando confiança.

P – E como é que pega confiança?

R – Tem que se adequar a algumas coisas que... algumas até obscuras. (*Cabo nº 8, com 22 anos de serviço*).

Conforme observamos, nos grupos previamente formados pelos veteranos já há critérios, normas e códigos estabelecidos, os quais o *novinho* precisará apreender, obedecer e respeitar para ser aceito como membro. Dentre estes critérios, um dos mais importantes é a confiança<sup>51</sup>. O que impera no cotidiano da polícia, não é a obediência, a hierarquia, a disciplina e sim a confiança estabelecida entre os “*companheiros*” de trabalho.

Segundo Camêlo et. al. (2009, p. 12) apoiados em Newell S. e Swan J. (2000), há uma convergência entre os estudiosos das organizações de que em um ambiente em que há confiança, diminui no indivíduo o medo ou o temor em

---

<sup>51</sup> Será aqui adotado o conceito de confiança exposto por Newell S. e Swan J. (2000) que a define como “um conjunto de expectativas compartilhadas por pessoas, grupos ou firmas, com base na reciprocidade e boa vontade, expectativas estas, influenciadas pelo contexto institucional”.

agir em relação às atividades, em função da incerteza das conseqüências futuras. Assim, a confiança assume um papel de extrema relevância que é o de facilitar as relações de trabalho e as trocas econômicas e, conseqüentemente, de fazer com que as atividades fluam melhor, para que os objetivos sejam atingidos mais rapidamente.

De acordo com Giddens (1992), nas ligações estabelecidas com as pessoas, a confiança surge quando se reconhece a identidade, a idoneidade e o saber do indivíduo, logo no primeiro contacto. A falta de confiança no outro conduz o indivíduo a *desviar a cara* para evitar hipóteses de envolvimento hostil. Os encontros, em especial os primeiros, recomendam a percepção de existência de crédito, de *fé* no estranho, mas contribuem para o equilíbrio da confiança e do poder. Giddens (1998) também considera que a vida pessoal e os laços sociais estão entrosados com sistemas abstratos dando a este âmbito da confiança e identidade pessoal a maior das atenções.

A confiança a um nível pessoal torna-se um projeto, para ser 'trabalhado' pelas partes envolvidas, e exige a abertura do indivíduo ao outro. Nos casos em que a confiança não pode ser controlada por códigos normativos fixos tem de ser ganha, e os meios para o fazer são a abertura e a cordialidade demonstráveis. A nossa particular preocupação com as 'relações', no sentido que essa palavra adquiriu atualmente, é expressão deste fenómeno. As relações são laços baseados na confiança, uma confiança que não é predeterminada mas construída, e em que a construção envolvida significa um processo mútuo de autodesvendamento. (GIDDENS, 1998: 85). (grifos nossos)

De acordo com o que foi possível observar durante as entrevistas e na convivência com os policiais nos postos de serviço e nas rondas "tiradas" nas viaturas operacionais em que tive a oportunidade de "participar" como observadora das equipes dos DEPCs, PAPCs e das guarnições dos três oficiais interativos que entrevistei nos dois meses em que a pesquisa foi desenvolvida, o princípio que rege as relações sociais dos policiais militares que atuam no policiamento ostensivo de rua está assentado na confiança pessoal e profissional. As regras que regem estas relações são legitimadas pelo estatuto de uma honra que se pauta na confiança, na fidelidade entre os companheiros de serviço, mais do que na hierarquia e na disciplina que, teoricamente são os "pilares" da organização policial militar.

A confiança que um policial deposita no outro perpassa também pelo aspecto técnico-operacional. O integrante de uma equipe (guarnição) precisa ser, pelo menos, operacionalmente confiável, isto é, é necessário que o policial saiba o que fazer em uma ocorrência, sendo ela de qualquer natureza (agressão, furto, roubo, assalto com refém, tráfico de drogas, homicídio, etc.). Conforme afirma o cabo nº 6, é necessário que o companheiro seja “operacional”.

É uma leitura assim muito aprofundada devido à situação. Por exemplo, qual a situação, como eu posso confiar no Cabo *tal* operacionalmente ou na pessoa dele? Por exemplo, eu posso confiar no Cabo *tal* que se, o Cabo *tal* é um policial bandido, um exemplo né. Eu e o Cabo *tal* estamos numa ocorrência, então o Cabo *tal* é operacional né. Ele tá no meu nível operacional. Aí a gente vai, troca tiro, prende, aborda, baleia, mata se for o caso, beleza. Eu posso confiar que ele não vai me deixar na mão, usando um termo mais esdrúxulo, ele não vai ‘afroxar’ né. Ele tá no meu nível operacional. Se lá na frente, numa ocorrência, nós topamos com um parceiro de bandidagem do Cabo *tal*? Operacionalmente ele é confiável. E na segunda hipótese? Entendeu? Então, é uma leitura muito aprofundada pra mim falar superficialmente assim do Cabo *tal*. Eu posso confiar no Cabo *tal*? São vários níveis de confiança: confiança operacional, confiança pessoal. Como eu digo sempre, olhe, a polícia militar ela tem dois títulos: ela é a pior e a melhor. Justifico: nem uma polícia quer fazer o serviço da polícia militar; outros policiais federais, civis, guardas municipais, guardas metropolitanos; não entram de dois onde nós entramos; não ficam em destacamentos à beira da estrada num destacamento entre Itupiranga e Marabá, de madeira, ganhando os salários que nós ganhamos, entendeu? Ela melhor por essa bravura, por essa força; mas ela é a pior pela mazela, pelos desvios de conduta, pelos desvios de dinheiro, pelos desvios de rancho, pelos desvios de combustível, pelas péssimas condições de trabalho, pelo despreparo de muitos, e pela aquela situação mais simples: aquele soldado chega passadinho, fardadinho, no horário: “bom dia tenente. Tudo bom com a senhora?”. Sexta-feira vai embora. Se a senhora espirrar no final de semana, ‘saúde’. Ele, operacionalmente, não é confiável. (*Cabo nº 6, com 12 anos de serviço*).

De acordo com os entrevistados, o policial que ingressa em uma equipe já estabelecida, para ser aceito, precisará provar que é digno de confiança por estes. A confiança mínima exigida pelos policiais diz respeito à competência profissional para atuar em uma ocorrência. É necessário que o policial saiba o quê e como fazer durante uma atuação policial. O policial não pode deixar os demais em situações de perigo por não ter segurança, ter medo ou não saber o que fazer, senão ele pode colocar em risco todos os integrantes da equipe porque em uma ocorrência cada integrante tem uma função específica.

Ainda há a questão da confiança pessoal. É preciso que além da confiança operacional o policial seja pessoalmente confiável, isto é, não ter “desvios de conduta” para não colocar a guarnição em risco quando topar com um “parceiro de bandidagem” do policial, e precisarem agir conforme a lei. A dúvida que se estabelece é: de que lado o policial operacional, mas “bandido” vai ficar? Do lado dos colegas policiais ou do lado do parceiro de “bandidagem”?

Policiais que não são operacionais, sob a perspectiva técnico-profissional, podem comprometer o futuro profissional dos colegas ou ainda colocar em risco a vida dos *civis* envolvidos na ocorrência. Caso contrário, não vai se inserir neste universo no qual a rigidez da hierarquia e da disciplina é deixada um pouco de lado e as normas informais que passam a fazer parte do cotidiano dos que convivem nas equipes. São elas que vão marcar de forma mais contundente as relações entre “*novinhos*” e “*antigões*” e que serão determinadas pelo nível de confiança que cada um conquistou dentro do grupo.

No caso dos soldados, em que o curso é realizado tanto no CFAP quanto nos pólos regionais, o número de soldados “novatos” distribuídos por batalhão gira em torno de quarenta. No entanto, eles não ficam todos na mesma equipe. Eles são ainda distribuídos entre os quatro turnos de serviço existentes em cada unidade e, dentre os turnos, são ainda divididos entre as guarnições comandadas por graduados, não ficando uma dupla de policiais novos trabalhando sozinhos, estando sempre sob o comando de um graduado, salvo raríssimas exceções. É nesse momento que eles são confrontados com a realidade do policiamento de rua, em que, em princípio, estão sozinhos, já que ainda estão começando a se inserir nas equipes já formadas e ainda precisarão conquistar a confiança dos *antigões*. Um dos oficiais entrevistados faz um relato de como ocorre esta inserção dos policiais “*novinhos*” nas equipes já instituídas.

É, só que aí, quando vem pra viatura, é como eu tô lhe falando. Quando vem pra viatura, já não vêm três novinhos ou dois novinhos. Aí já vem pra guarnição do tenente, pra guarnição do graduado ou um sargento, né, um sargento ou um cabo. Então, quando vem pra viatura já vem, já vem nesse... Eles já vão agir sob comando, até por conta, como a senhora bem falou, uma ocorrência exige que tenha essa maturidade, que tenha esse discernimento. Pra nós é mais difícil porque a gente [tenente] já entra como comandante né. Já entra como comandante de policiamento, mas no caso deles, eles já entram sob comando Não tem soldado “novinho” que é comandante de viatura. (*Tenente nº 2, com 5 anos de serviço*).



Além das posições de desigualdade dos soldados “novatos” em relação aos veteranos que são também mais “antigos”, algumas noções adquiridas durante o curso de formação, especialmente as idéias que sobrepujam a prática policial em relação à teoria e os ensinamentos técnico-jurídicos, são desqualificadas por estes, que objetivam influenciar as atitudes dos soldados “novatos” para aderirem às suas formas tradicionais e/ou arcaicas de atuação policial. Isso tem se tornado menos efetivo nos últimos anos, tendo em vista que o ensinamento dos cursos tem melhorado bastante e isso leva os policiais mais antigos a adotarem postura diferente diante do conhecimento demonstrado pelos “*novinhos*”. Conforme exemplificado abaixo, alguns policiais “*antigões*” relatam que passaram a tirar dúvidas com os novinhos quanto a determinados procedimentos em situações de atuação em ocorrências. Segundo eles isso tem facilitado para que a confiança se estabeleça com mais facilidade entre ambos.

P – Aí, tu achas que vinte e dois anos de polícia, hoje o “novinho” que chega pra entrar, pra se inserir no grupo no batalhão, é mais fácil ou é mais difícil do que era antes?

R – Mais fácil.

P – Onde é que tá a facilidade hoje, dele chegar e se inserir no grupo?

R – Facilidade no sentido assim, de quê? De ir pro policiamento de rua ou...?

P – De participar das equipes, de se integrar ao efetivo mesmo, porque chega “novinho” né, já tá acostumado trabalhar vocês três, chega um novo, aí assim, pra ele poder se integrar nesse grupo, nessa guarnição.

R – Tá mais fácil.

P – Mas tu atribuis essa facilidade a que coisa, a mais receptividade dos outros, ou...?

R – É, mais receptividade.

P – Quando vocês recebem policiais novos, como tu já és graduado, normalmente os policiais novatos eles vão trabalhar com os graduados, que é um pessoal mais experiente. Como é que tu tens visto a chegada deles? Mais preparados? Curso melhor?

R – Mais preparados. Às vezes, a gente aprende até com eles. (*Cabo nº 8, com 22 anos de serviço*).

O estabelecimento da confiança entre “*antigões*” e “*novinhos*”, ao mesmo tempo em que favorece a sociabilidade comunitária e positiva, também pode criar laços de corporativismo negativo. Muitos policiais, seja “*antigões*”, seja “*novinhos*”, chegam a encobrir crimes ou transgressões disciplinares dos colegas de guarnição em nome da camaradagem e da confiança existente entre os membros.

Quando são instaurados procedimentos administrativos para a apuração do cometimento de crimes e/ou transgressões disciplinares é possível observar a

tentativa ou o acobertamento de tais atos pelos colegas quando estes são ouvidos como testemunhas, não sendo necessário que estejam envolvidos, mas que sejam colegas de guarnição ou de turma de serviço ou simplesmente por serem colegas de farda. Um dos cabos entrevistados relata uma situação em que ele acobertou diversas situações ilícitas envolvendo uma ocorrência em que se envolveu com um colega de equipe, a fim de não “entregar” o policial.

Num final de semana ele tava de folga e o cabo *tal* assumiu o posto totalmente embriagado. Ele disse: “Olha, quem quiser trabalhar com quem pode se juntar e ir pra onde quiser” [...]. Aí sobrou só o Soldado *fulano de tal* que tava tão embriagado que não teve, soldado novinho já tava embriagado, um mês de formado e já não tinha nem condições de falar nada. [...] Aí veio um casal: “Olha, o Boxel deu um soco na cara dum menino aí”. Aí, lá vem o menino, catorze anos, mas todo entroncado de tanto carregar açai na costa, todo ensangüentado. [...] Aí o Soldado *fulano de tal*: “É, borá lá. Borá lá ver se ele é brabo mesmo”. [...] Ele falou: “É tu que é o *fulano* é?”. “É, sou eu”. “Por que tu bateu no cara?”. Bateu no peito. “Por que tu bateu no cara?”. Aí o cara baixinho, mas olha, torão. “Ei, não faça isso. Olhe, eu lhe respeito. O senhor é uma autoridade. O senhor tem que me respeitar. Ele me bateu também”. “Bate em mim aqui também”. [...] E ele foi pra cima. E o cara era boxer. O soldado *fulano de tal* teve duas vantagens: o chute de coturno que pegou no joelho do cara, mas não foi uma coisa conectada. Ele deu uma bicuda e pegou e o cara amoleceu. [...] Nisso, a pistola dele cai. Aí eu peguei a pistola [...] botei no cara de qualquer jeito. Segurei na calça. Aí ele: “Não, não. Eu vou”. Aí o soldado *fulano de tal* levanta e dá-lhe na cara dele. Aí pronto. Não teve mais pistola que segurasse o homem. Ele foi pra cima do soldado *fulano de tal* e soco no soldado *fulano de tal* e eu puxando o cara. Aí o pessoal: “Ah, isso é covardia, dois contra um”. Eu num tô batendo no cara. Eu tô só puxando o cara. Aí jogaram coco na gente, jogaram pedra. Aí teve um que veio com o terçado. Aí eu aponteí nele, mas só que na hora do gatilho, aí eu botei pra cima: ‘pou’ (tiro). Aí espalhou todo mundo. Nisso que espalha todo mundo, ele corre. Aí o soldado *tal* veio na minha: “Me dá minha arma, me dá minha arma”. “Toma”. Ele corre atrás do cara e dá-lhe dois na perna. As duas últimas munições. [...] Aí o coronel *tal* ligou e tal. Aí quando foi à noite [...] o soldado X me falou: “Olha, eu tava dizendo pro coronel e ele falou que vai segurar a bronca. Ele não disse que ele errou né, mas pô, que só tinha novinho lá e tal”. Esse soldado era “*antigão*” já. “Só tinha “*novinho*” desarmado. Ele só quer saber da arma”. Eu digo: “A arma? Ah, ele quer a arma? Tava lá no chão e eu peguei”. “E de quem era? Do soldado *tal*?”. “Eu não sei te dizer”. Eles tavam brigando, todos dois de camisa e de calça. Eu vou saber? Aí fomos pro inquérito né. Aí as testemunhas contra nós, todas embriagadas e tal e o investigador foi tirando uma, tirando outra, tirando outra. Aí o que aconteceu? O soldado *fulano de tal* pegou só trinta dias de prisão e eu não peguei nada. Entrei como testemunha dele né e até, sem querer me sobrepujar, salvador da situação da vida dele, né moleque que porra, e do emprego porque o que eu omiti. Eu realmente não disse: “Olhe, ele que chamou o cara pra porrada. Não. Aconteceu e tal e aí tinha um bom, apesar de não ter um bom, um pouquinho de conhecimento como eu tenho hoje, mas tinha a calma, a tranqüilidade e eu fui tranqüilo. Na hora da ocorrência e no inquérito, pra falar e pensar antes de responder as perguntas e acrescentar alguma coisa sempre pensando né, um pouquinho e tudo. Aí deu tudo certo, a gente saiu e tal. (*Cabo nº 6, com 12 anos de serviço*).

Nessa situação em que o policial deveria, por obrigação legal, durante o Inquérito Policial Militar, relatar os fatos conforme aconteceram, juntamente com o outro policial envolvido, ele mentiu e omitiu diversas informações essenciais para a elucidação dos ilícitos cometidos por ambos. Nesse caso, eles sequer eram amigos, mas se uniram para se livrar das acusações que recaíam sobre seus ombros em virtude de uma ocorrência mal direcionada. O próprio comandante da unidade, reconhecido na Polícia Militar como “durão” no sentido de não aceitar comportamentos desviantes, fez “vista grossa” para a situação porque também poderia ser responsabilizado por ter autorizado que fossem colocados somente policiais “novatos” em uma área em que a quantidade de ocorrências graves é alta.

Essa é uma situação em que é importante ter aprendido a teoria que é ensinada no curso de formação. Para poder cometer algumas ilegalidades, é preciso ter conhecimento jurídico suficiente para conseguir entender e utilizar as “brechas” da lei em benefício próprio. Se este policial não tivesse um conhecimento jurídico suficiente, tanto ele quanto o policial que atirou no cidadão teriam sido condenados e, possivelmente, excluídos da polícia. Então, dizer que a teoria não é importante é ignorar as possibilidades de trabalhar sem causar problemas para si, portanto, é preciso saber fazer e, principalmente, saber esconder. Por esse prisma, conhecer a teoria pode ajudar o policial de diversas formas. Se ele opta por trabalhar dentro da legalidade, ele precisará ter conhecimento jurídico e técnico de como atuar. Por sua vez, se ele decide tornar-se um policial fora-da-lei, também precisa desse conhecimento para saber fazer e esconder as ilicitudes dos colegas, dos superiores e da sociedade. Se descoberto e denunciado, é preciso saber como sair ileso quando for obrigado a responder a algum procedimento na esfera administrativa ou penal, conforme vimos no exemplo mencionado pelo cabo entrevistado.

Um exemplo negativo do corporativismo policial construído e consolidado entre os policiais pôde ser observado durante a pesquisa, na ocasião em que um policial foi assassinado dentro de um ônibus durante seu retorno de Castanhal para Belém. O oficial que estava de serviço procurou trabalhar dentro da lei, mas havia muitos policiais atuando e ele chegou a perder o controle sobre as ações de alguns policiais que, em virtude do assassinato do policial,

queriam “fazer justiça” por si mesmos. Na ocasião, o próprio tenente teve dificuldade de controlar suas emoções, mas por ser um profissional que prima pela legalidade de suas ações, manteve a tranquilidade suficiente para conduzir suas ações, apesar da dificuldade em controlar os demais, conforme ele relata.

Assim, a principal dificuldade em todo o serviço como eu, ao longo de todo o serviço durante esses cinco anos eu não tive o desprazer de ter que trocar tiro ou matar alguém né, num.... Durante o policiamento. Mas, talvez, a situação que mais é, me deixou assim abalado foi essa que a gente teve agora recentemente na sexta-feira né, da senhora chegar num ônibus... e ver um companheiro, mesmo que a senhora nunca tenha visto ele em momento nenhum né, mas que a senhora vê um companheiro fardado, com dois tiros na cabeça num ônibus de Castanhal. Aí a senhora imagina: “Porra, podia ser o meu amigo tenente *fulano* que tivesse aqui. Poderia ser eu que ando de ônibus. Poderia ser um policial nosso que tá vindo pra cá. Podia ser um policial nosso.” Então, aquela situação, eu fui lá, olhei uma vez e saí de lá, mas a imagem que ficou pra mim foi aquela do cara caído com dois tiros na cabeça. Eu nem cheguei a voltar a entrar no ônibus de novo eu mandei fechar, pra chegar a questão da perícia. Por quê? Porque é uma imagem muito forte. Aí depois, na hora a senhora se controla até porque, enquanto oficial tem que ter aquele, aquela maturidade. “Olha pessoal vamos segurar. A gente não pode fazer nada ilegal e tal.” E a adrenalina em si, ela contagia [...]. No dia que aconteceu esse fato com o cabo lá no ônibus, o Coronel tal chegou comigo: “Olha, vamos segurar o pessoal porque tem gente invadindo casa e tal”. Aí eu falei: “Comandante, eu tenho certeza que essa situação não parte de nenhuma guarnição do serviço ostensivo das viaturas da área do [...] (nome do batalhão)”. “Não, mas procura averiguar porque o cara já chegou aqui na delegacia”. Quando eu fui lá, quem era que tinha ido? Era o pessoal do velado que invadiu a casa do cara querendo pegar o filho dele, coisa e tal. Então, tudo isso, a gente precisa ter esse conhecimento. (*Tenente nº 2, com 5 anos de serviço*).

Observa-se pelo depoimento do tenente que foi realizada uma investigação paralela à da Polícia Civil na qual os limites da lei foram ultrapassados na tentativa de encontrar o responsável pelo homicídio do policial. Nem a família do criminoso foi poupada na “caçada” empreendida por integrantes do serviço velado (serviço de investigação que a PM desenvolve para identificar crimes e criminosos, por meio de campanhas a fim de efetuar a prisão dos envolvidos em flagrante delito).

O coordenador da operação desencadeada para a captura dos homicidas, solicitou que o tenente averiguasse a realização das abordagens aos suspeitos do homicídio para impedir que os abusos continuassem, e a situação fosse agravada de modo que os oficiais perdessem o controle dos policiais e fossem cometidos excessos. Essa conduta por parte do oficial superior que, pela função exercida, tinha a obrigação funcional de investigar, acaba por

reforçar ou incentivar que certas ilegalidades continuem a ser cometidas sem qualquer risco de responsabilização penal ou administrativa contra os policiais infratores.

De acordo com o que se pode observar em casos semelhantes em que a mídia amplamente divulga, principalmente em programas televisivos como o “Metendo Bronca” e outros do mesmo gênero e, de acordo com o depoimento do tenente e da forma com que o comandante se portou diante das circunstâncias do fato narrado, é possível observar que poucos policiais escapam a esse envolvimento. Conforme disse o entrevistado, “não é fácil controlar as emoções que afloram diante da imagem de um companheiro de farda morto”.

O controle das emoções deve partir dos policiais que exercem função de comando que podem convencer os subordinados a não ultrapassar os limites da lei. Para isso é necessário que o oficial comandante exerça liderança sobre os subordinados tendo em vista que apenas dar a ordem para não “fazer justiça” não é suficiente para convencer os policiais, visto que a atuação ocorre em guarnições motorizadas e o comandante não pode estar presente em todas as situações.

No outro lado da moeda, a convivência insistente entre policiais propicia a emergência de situações em que se ressaltam a competição, a mesquinhez, a dominação e as intrigas que potencializam, no momento em que reproduzem as dinâmicas relacionadas desta sociedade em que a honra – capital pessoal dos mais essenciais – é constantemente desafiada. Policiais com objetivo de se aproximar do “chefe” a todo custo, se dispõem a denunciar pequenas falhas dos integrantes da equipe para aparecer positivamente. Começa assim o processo de “derrubação” entre os colegas e estabelece-se um clima de desconfiança de uns em relação aos outros, conforme exemplificado pelo cabo abaixo.

Olha, vamos supor aquele negócio que eu disse pra senhora ainda agora né, entendeu? Olha bem, tá nós três trabalhando aqui. Tá normal. Pra mim me engrandecer na costa dos dois aqui eu vou ser aquele puxa-saco dele. Tudo o que acontecer, eu vou ter que participar pra ele, tá entendendo? Aí o que acontece? O pessoal vão ficar menosprezado e eu vou me engrandecer. O que eu pedir pra ele ali, possa ser que ele faça pra mim, entendeu? Uma falta de serviço, um atraso, tá entendendo? Aí ele já vai... tá entendendo? [...]. Sim, aí... eu

tô aqui. Eu quero ganhar, entende, na costa do Cb *fulano*<sup>52</sup>. Aí eu chego: “Pô tenente, olhe o Cb *fulano* não tá aqui no Box. Ele já saiu pra ali. Chefe, será que ele não vai pedir alguma coisa?”. Sabe por quê? Porque eu tô querendo me engrandecer nas costas dele. Então, tem muito isso não Batalhão. (*Cabo nº 4, com 19 anos de serviço*).

Ao mesmo tempo em que o policial está “entregando” o colega que “saiu pra ali”, para fazer “média” com o “chefe”, para ter algum benefício, ele pode também estar preocupado com o que o policial foi fazer de errado ao “sair pra ali”. Como se conhecem há algum tempo, o policial pode estar preocupado do colega talvez ter ido a uma “boca de fumo”, ou fazer alguma coisa errada, que pode jogar no lixo toda a honra da instituição policial no lixo, caso ele seja descoberto. Porque no caso de alguém registrar por intermédio de filmagem ou denunciar uma irregularidade cometida por um policial, não é apenas o nome dele que será denegrido, mas toda a instituição será prejudicada aos olhos da sociedade. A sociedade entende que, se a Polícia Militar não foi capaz de vigiar e controlar os seus próprios membros, ela também não será capaz de vigiar o restante da sociedade de forma a evitar que os delitos aconteçam.

A denúncia de um colega em relação a outro precisa ser olhada pelos dois ângulos. É preciso avaliar as duas hipóteses para não julgar o delator apenas como aproveitador da situação para ganhar pontos com o “chefe”, como também é preciso observar se ele, por conhecer a índole do integrante da equipe, estaria preocupado com a repercussão negativa das atitudes dele diante de toda a instituição policial. Um depoimento de um dos oficiais entrevistados apresenta claramente a preocupação de um policial “novato” que, com medo do que poderia acontecer com ele caso a equipe que ele era integrante fosse flagrada cometendo delitos, solicita para ser trocado de guarnição.

Como pôde ser observado, o cotidiano policial está palmilhado de possibilidades de vivências e interrelações que se costuram a partir de inúmeras variáveis. A solidariedade (que pode ir ao extremo do corporativismo), de um lado, e a hostilidade, de outro; de legalidade da maioria das ações policiais de um lado e a ilegalidade de alguns policiais de outro, que marcam duas faces de uma mesma moeda que representa a interação dos policiais no papel de membros de um grupo que se reconhece como tal e, também, como partícipes

---

<sup>52</sup> Substituído o nome do policial para evitar a sua identificação.

de registros culturais e comunitários mais amplos. Dessa forma, eles estão vulneráveis a toda sorte de ajustes reproduzidos no meio social e potencializados ou arrefecidos pelas rivalidades internas à Polícia Militar.

O processo de formação das praças e dos oficiais enfatiza o sentimento de unidade entre os membros da turma, inclusive no próprio processo de formação policial. No entanto, o sentimento de unidade refere-se apenas aos membros dos mesmos círculos.

Conforme vimos no depoimento do tenente, no curso de formação de oficiais ocorre um processo inverso: lá é enfatizada a superioridade tanto de poder quanto de caráter dos oficiais em relação às praças. Os alunos são levados a acreditar que as praças são contumazes em praticar ilícitos, que possuem esquemas para “catar” dos comerciantes e que, por isso, não são confiáveis. Nos cursos de formação de praças os oficiais novamente são desenhados como exemplos de caráter e que são os líderes que as praças carecem para coordenar todos os serviços desenvolvidos pela polícia militar.

## **4 – DO SONHO À REALIDADE DA PM: ENTRE O QUARTEL E A RUA**

Nosso objetivo neste capítulo é fazer uma abordagem das dimensões que envolvem o universo policial militar. Em primeiro lugar serão apresentadas as ambivalências existentes entre o mundo do quartel, onde são realizadas as tarefas administrativas consideradas “nobres” e o lócus da ação policial: a rua, onde são realizadas as tarefas quotidianas, isto é, os “duros trabalhos de rotina (*dyrth works*)”. Além disso, abordaremos o processo de socialização profissional caracterizado pela conversão ao novo papel profissional, por meio de uma acomodação entre o modelo ideal da atividade policial e suas realidades práticas, passando pela importância do risco e do perigo para a fabricação do “novo homem” ou ainda, para a formação da identidade profissional policial. Para entendermos esta conjuntura, buscaremos a visão dos policiais que atuam nestas situações extremas.

### **4.1. O ingresso na PM: a materialização do sonho?**

Para as pessoas da comunidade que aspiram ou já trabalham em profissões que, se não lhes dá prestígio social, pelo menos não são estigmatizadas, os motivos que levam alguém a ingressar na Polícia Militar pode ser uma questão intrigante, tendo em vista que o policial faz aquilo que Hughes (1962), Conforme cita Cunha (2004: 198), chama de *dirty work*, ou seja, executa uma tarefa socialmente degradante, já que lida com a escória do sistema social (CRUZ, 2005), isto é, com aqueles que os normais (GOFFMAN, 1975) esperam que sejam mantidos pelo Estado fora de seu contato. Essas tarefas, no entanto, ao mesmo tempo em que são degradantes para a sociedade, são imprescindíveis para que os seus membros possam conviver de forma civilizada. Desse modo, alguém tem de fazê-las.

Em relação a essa escolha de tornar-se policial e desenvolver uma atividade profissional sem qualquer prestígio social, em virtude das tarefas que



cabem a estes profissionais de segurança pública, algumas questões podem ser levantadas: Quais os motivos que levam uma pessoa a tornar-se policial militar? Quais os atrativos que essa carreira possui para uma pessoa que busca uma colocação no mercado de trabalho? O interesse pela profissão estaria vinculado ao poder de polícia que a farda e a investidura policial conseqüentemente trazem? Ou ainda, impelidos pela falta de oportunidade o indivíduo estaria vendo na Polícia Militar uma forma de colocação, mesmo que provisória?

Os interesses para o ingresso na corporação podem ser os mais diversos, variando, principalmente, entre a influência familiar ou de terceiros, identificação com a profissão ou uma colocação no mercado de trabalho.

Diversos estudiosos<sup>53</sup> enfatizam que o ingresso na carreira policial significa muito mais do que a simples aquisição de uma identidade profissional ou a adesão a uma “cultura organizacional”. Essa identidade se apresenta para os postulantes como um estilo de vida, uma forma mesma de se pôr no mundo, a realização de um sonho de vida.

Eu entrei em (19)91[...]. Foi meu primeiro sonho, a vida militar. Sabe aqueles desfiles militares de 7 de setembro? Aquilo me encantava né, aquela organização, aquela uniformização né, me encantava né, aquela padronização dos movimentos dos militares. A gente como aluno né, após a gente desfilar, não, primeiro era o desfile deles. Mas quando eu ainda não tava integrado nos desfiles, eu corria pra assistir. O melhor do desfile era o desfile militar. Então, aí começou a abrir o meu olhar: “Ah, eu quero ser um militar. É tão bonito, olha. Eu acho muito lindo esses hinos militares. É uma sinfonia né. Aí foi o meu primeiro encanto profissional né, foi nessa situação né. Eu assisti os desfiles militares, aí foi o meu primeiro encanto, meu primeiro sonho como profissão. (*Aluno Sargento, 19 anos de serviço*).

Bom, antes de eu entrar pra polícia eu servi também as Forças Armadas, certo? A minha vontade sempre foi de seguir a carreira do meu pai: ser militar. Tenho outros familiares que também são militares, então isso vai, isso aí parece que segue um roteiro de família. Então eu consegui entrar nas Forças Armadas em 2001 e depois eu fiz o concurso interno e fiquei soldado especializado, eu fui S1 – Infantaria. Posteriormente eu fiz alguns concursos internos pra cabo e pra sargento, mas não consegui êxito, infelizmente eu não fui aprovado. Eu fiquei na reserva de um, porque é assim que vai seguindo a carreira. Aí, assim que acabou o meu tempo lá [...] e foi justamente na época em que abriu esse concurso da polícia, eu fiz e, graças a Deus passei, tava estudando. Eu sempre tive, eu sempre gostei de tá lendo, atualizando, que isso é importante. Passei né, por uma questão de, como eu tô lhe falando, de seguimento da família de ser militar, mas também não deixou de ser uma oportunidade né, uma porta que foi momentânea,

---

<sup>53</sup> (Skolnick, 1994; Chan, 1997, Muir Jr, 1977).

visto que na época que eu passei eu tava noivo, pretendia me casar e tinha que ter alguma renda né. *(Soldado nº 1, com 3 anos de serviço).*

Desde pequeno que eu tive essa vontade de ser militar né. Eu fui servir o Exército, saí e entrei na Polícia Militar. *(Cabo nº 1, com 12 anos de serviço).*

A carreira militar, principalmente nas Forças Armadas povoa os sonhos dos indivíduos desde o início destas instituições. A carreira policial tem sido uma espécie de “prêmio de consolação” para aqueles que não conseguiram entrar em nenhuma das três forças ou para o que só permaneceram durante o serviço militar obrigatório. Muitos dos que estão na polícia militar passaram antes pelas Forças Armadas, principalmente o Exército Brasileiro e só ingressaram na polícia depois de serem dispensados. Um fato interessante observado foi o sonho ou a vontade de “ser militar”. Nenhum deles expressou o desejo de ser policial militar. A contingência os levou para essa carreira.

Outro fato que merece destaque é que, mesmo entre os policiais que justificam o ingresso na corporação por serem vocacionados, nenhum deles estava empregado por ocasião do ingresso. Quase a totalidade dos entrevistados já trabalharam com a pesquisadora que observou em alguns destes maior interesse pelo serviço, mais empenho e atenção no atendimento das demandas da população. Pode-se dizer que se não apresentam todas, mas boa parte das características do policial denominado como “operacional” que será abordado mais adiante.

Há ainda os que foram atraídos para a carreira porque estavam buscando uma colocação no mercado de trabalho, uma forma de custear outro sonho, um emprego estável que se materializou pelo ingresso na polícia militar. O sonho de alguns policiais não está ligado à carreira militar e sim outra profissão “civil”. No entanto, para realizar este sonho foi necessário ter um emprego para custear as despesas do curso superior e, tornar-se policial militar foi a forma de materializar as aspirações.

Eu ingressei na polícia porque, financeiramente manter uma realização pessoal que é a conclusão da faculdade. Como eu estou fazendo uma faculdade particular de direito, então eu precisaria da parte financeira que auxiliasse nisso. Então, a polícia foi uma oportunidade [...].*(Soldado nº 1, com 3 anos de serviço).*

Estes policiais que entram na polícia militar para realizar outro sonho, nem sempre deixam a instituição quando conseguem concluir o curso superior que tanto almejaram. Alguns porque se identificaram de tal forma com a profissão que não conseguem sair, outros ainda, porque são empregados dentro da própria polícia em suas áreas de conhecimento e passam a trabalhar no serviço administrativo onde a carga horária diária é de apenas seis horas e conseguem conciliar a atividade policial com outra atividade em uma organização “civil” e não sentem necessidade de sair. O acaso é também uma resposta que é dada por alguns policiais, conforme podemos observar na entrevista abaixo.

No momento que eu fiz o curso pra soldado, praça da polícia militar foi um **acaso**, que eu vinha passando em frente ao comando geral do Chaco e eu trabalhava num escritório de advocacia em 2004 pra 2005, já na universidade. Então eu passei e vi aquelas coisas, foi em 2004, eu vi aquele alvoroço, aquela fila enorme e eu pensei: “O que é isso? Só pode ser emprego né, fiquei comigo né. Me falaram: “É pra se inscrever”. É pra se inscrever pra polícia” [...]. Aí me inscrevi e pronto. Consegui passar né, fiz o curso né e hoje estou aqui. Foi algo assim que até que por acaso. [...]. (*Soldado nº 2, com 5 anos de serviço*).

Até aqueles que remetem ao acaso o seu ingresso na corporação, é preciso analisar com cuidado esse “acaso”. Este policial não estava desempregado quando foi disponibilizado o concurso. Na verdade, ele trabalhava em um escritório de advocacia e já estava na universidade. Este policial informa mais à frente que o seu sonho é o de seguir uma carreira jurídica. Ele já trabalhava em um escritório de advocacia, estando portanto, inserido no universo no qual “pretendia permanecer”. Mesmo assim decidiu abandonar o emprego para ingressar na polícia que, em tese, o afastaria da realização do sonho. Além disso, esse policial estava na universidade fazendo um curso superior e a polícia não aceita um policial pela metade.

Pelo menos durante o curso de formação é muito difícil continuar estudando em outro local por causa da dinâmica do curso de formação. A liberação dos alunos ao final de um dia ou um turno de aulas está sempre condicionada à dispensa ou não da revista do recolher às nove horas da noite. Por isso, em geral, os alunos dos cursos de formação abandonam outras atividades que desempenhavam rotineiramente porque a polícia exige dedicação de “corpo e alma” à instituição.

Concluir um curso “civil” é uma tarefa árdua para um policial que precisa fazer “malabarismo” para dar conta dos estudos numa “rotina” dominada por situações imprevisíveis. Um turno de serviço que deve ter a duração de doze horas, pode se transformar numa jornada de vinte e quatro horas, dependendo da “necessidade do serviço”. Pelo mesmo motivo, as férias do policial marcadas para determinado mês, pode ser suspensa sem que ele possa esboçar qualquer reação em contrário. O indivíduo muda toda a sua vida em função da polícia que exige “dedicação exclusiva” à atividade policial. Ele não pode deixar, por exemplo, de ir trabalhar em determinado dia porque tem uma atividade na universidade. A instituição deve estar sempre em primeiro lugar na vida do policial. Por isso, não é tão fácil entender como alguém que ingressou na carreira policial “por acaso”, que tinha outras aspirações, ainda não saiu e foi buscar alcançar seu “verdadeiro sonho”.

Há ainda aqueles que foram influenciados pela família, isto é, alguém da família já era militar ou era um desejo do pai que o filho seguisse uma carreira militar, em uma das Forças Armadas e, como isso não foi possível por uma série de dificuldades, dentre elas a financeira, e lhes restou tornar-se policial.

Se fosse hoje eu teria uma idéia diferente, com certeza. A gente tem uma visão de vida mais ampla do que naquela época né. Então, eu tinha uma idéia, aquela idéia da juventude né, que meu pai queria porque queria que eu fosse oficial das Forças Armadas né. Que eu fosse oficial da Aeronáutica.

P – Mas porque ele tinha esse desejo?

R – Queria, ele achava bacana e tudo o mais né. Ele teve vontade de ser, eu acho né, militar da Aeronáutica e como ele não foi, queria eu. *(Tenente nº 1, com 9 anos de serviço).*

Eu tive outra oportunidade na ADEPARÁ, que eu passei em outro concurso público. É mais elevado o nível, mas eu não quis ficar lá porque eu optei pra vim pra polícia. Porque tem um cabo que é da polícia entendeu? É, foi muita influência por a gente hoje em dia a maioria lá em casa ser militar devido ele. Ele passava coisas boas. Ele era um policial militar, nunca foi punido é, conceito excepcional, entendeu? *(Soldado nº 2, com 5 anos de serviço).*

Os policiais que foram influenciados pela família ingressaram na polícia com uma visão romântica. O encantamento inicial deu-se em razão ou do sonho de outros ou do modo como os familiares que já eram policiais transmitiam, “passavam coisas boas”, eram “bem conceituados” o que os motivou a entrar. Mesmo tendo passado por um processo de desencantamento com a instituição, os policiais não conseguiram se desvencilhar e procurar outro caminho, outra

atividade. Alguns policiais dizem que o vírus da polícia “entra na massa do sangue” e não sai mais. Não é fácil “abandonar a polícia depois que se entra”. Essa é uma afirmação frequente entre os policiais, mesmo os insatisfeitos. A título de exemplo, no último concurso para delegado da Polícia Civil ocorrido em 2008, quatro capitães da Polícia Militar foram aprovados no concurso, mas somente dois deles assumiram suas novas funções. Os outros dois desistiram de mudar de cargo e de instituição, mesmo com a perspectiva de uma melhor remuneração na nova atividade, porque ao ingressar na polícia o indivíduo nunca mais será o mesmo. Ele se transformará em um “novo homem”, com uma forma muito particular de ver o mundo e de se colocar nele.

#### **4.2. A fabricação no “novo homem”**

Ao ingressar na PM, o indivíduo deixa a sociedade na qual está inserido até então, para adentrar numa carreira profissional que, além de lhe oferecer um emprego, definirá quem ele é (LISTGARTEN, 2002: 9). Esse processo ocorre porque o serviço policial é imprescindível para a sociedade e porque, pelo âmbito e particularidade de sua atuação, necessita de determinadas representações (Goffman, 1985) para o desempenho do seu papel. Trata-se do desenvolvimento de uma integração que orienta o relacionamento interpessoal. É esta relação de dominação o instrumento apresentado para consolidar o conjunto de valores que dão sustentação à Instituição (LISTGARTEN, 2002), que promoverá a imersão do indivíduo em uma nova realidade.

De acordo com Berger & Luckmann (1985: 209) os novos membros são obrigados a passar por uma espécie de “alternação”, cuja dinâmica se baseia numa “transformação quase total”, na qual o indivíduo “muda de um mundo social para outro” e em que há uma intensa concentração de toda interação significativa dentro do grupo. Esse processo ocorre por meio de uma Ação Pedagógica extremamente violenta do ponto de vista simbólico que busca matar o ‘velho homem’ (ROSA & BRITO, 2010: 199), gerando um novo *habitus* (BOURDIEU e PASSERON, 1982), isto é, um ‘novo homem’, a fim de

transformar o civil em militar, processo que se dá no curso de formação (CASTRO, 2009: 24).

Este novo *habitus* emerge a partir da exteriorização de disposições morais que regulam a conduta cotidiana por meio do *ethos* militar e de princípios interiorizados pelo corpo por meio de seus usos em atividades ligadas à postura, gestos, verbalizações etc. (ROSA & BRITO, 2010: 205). Por isso durante os cursos de formação as instruções de ordem unida não se restringem à carga horária do curso. Nos horários em que os alunos ficam sem aulas pela falta de algum instrutor esse tempo é preenchido com instruções de ordem unida para “adestrar” o corpo e a alma, como relata este entrevistado.

Tô com vinte e dois anos, vou fazer vinte e três agora.

P – E o curso?

R – O curso era três porradas, era só Ordem Unida, rastejo. É, só Ordem Unida, rastejo. Pra falar de curso, me botaram na frente de um rádio lá e só explicaram que era um rádio, não sabia nem... [...]

P – Nossa! E assim, e como é que era a vida dentro do CFAP? Era ordem unida, ordem unida, e como é que era o tratamento dos oficiais?

R – ordem unida, ordem unida. O tratamento era horrível, severo, só no militarismo, militarismo, militarismo, mais militarismo de que policial. (Cabo nº 8, com 22 anos de serviço).

Segundo o cabo, o curso que freqüentou “era três porradas”, quase não havia aulas que os preparasse para a atividade policial, estando boa parte do tempo restrito a “ordem unida” e “rastejo”. O “rastejo” aqui era a materialização dos “exercícios de maneabilidade” cujo objetivo duvidoso é o de condicionar o indivíduo à obediência sem questionamentos, a domesticação dos novos membros de forma tal que se ajustem adequadamente ao novo espaço, tornando-se dóceis e úteis aos propósitos da organização (Foucault, 1987).

Nesse processo de fabricação no ‘novo homem’, ainda no curso de formação, o papel de militar irá sobrepor-se tanto aos princípios e valores vinculados ao seu “antigo mundo”, como também, ao próprio papel de policial, como retrata o cabo ao afirmar que o curso era “mais militarismo de que policial”.

O processo de incorporação das estruturas sociais pelo sujeito que ocorre de forma intensiva no curso de formação com a inscrição nas mentes e nos corpos, formando o *habitus*. O processo de inscrição nos corpos que é levado a efeito por meio de uma intensiva Ação Pedagógica, condiciona o corpo a assumir gestos, verbalizações e movimentações que, muitas vezes, escapam ao

controle do próprio sujeito, sendo exteriorizados de forma inconsciente, flagrante e, na maioria dos casos, inevitável. O militar em formação só fala quando o superior hierárquico dá autorização, na frente deste está sempre na posição de sentido e só “descansa” se for autorizado, presta continência para o mais antigo todas as vezes que o encontra durante o dia. É desse modo que se cria um sujeito previsível, dotado de um corpo disciplinado, um corpo docilizado (Foucault, 1987), cujo comportamento estará, ao sair do curso de formação, condicionado a agir por reflexo, como um ato condicionado que o corpo executa instintivamente cada vez que se aproxima de um superior hierárquico.

Esse novo *habitus* será preservado no cotidiano dos quartéis, mas já com menos intensidade, por intermédio das relações sociais que se estabelecem pela convivência no campo militar e pelo contato social com outros policiais militares. Assumo aqui que o novo *habitus* apresenta-se a tal ponto internalizado nos policiais que as suas manifestações soam como algo extremamente normal, natural e corriqueiro para um integrante da força policial. Todo militar presta continência quando da aproximação de um superior e o chama de senhor. Soa estranho ao militar chamar o superior ou ser chamado por um subordinado pelo nome, mesmo que estes sejam amigos.

Partilho do pensamento de Rosa & Brito (2010: 200) de que a manutenção do novo *habitus*, por meio das relações sociais no contexto policial militar, é norteada principalmente pelas duas categorias centrais que permeiam essas relações no cotidiano da organização militar: a hierarquia e a disciplina. As duas são interdependentes, tendo em vista que a primeira delimita quem manda e quem deve obedecer e a segunda assegura tal obediência. Segundo os autores, “ao serem incorporadas, essas duas categorias operam uma lógica de mão dupla que se completa ao serem exteriorizadas por meio de práticas manifestas **nas** e **para** as relações, caracterizando a dinâmica do *habitus* militar” (op.cit., idem).

Nesse sentido, a hierarquia<sup>54</sup> e a disciplina<sup>55</sup> representam um princípio

---

<sup>54</sup> A hierarquia policial-militar é, portanto, a ordenação progressiva da autoridade, em níveis diferentes, decorrente da obediência dentro da estrutura da Polícia Militar, por postos ou graduações, que Castro (2004: 26) denominou de “hierarquia quantitativa”.

<sup>55</sup> O poder disciplinar ou disciplina foi definido por Foucault (1979: XVII) como sendo “uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, um instrumento de poder. São métodos que permitem o

formador de uma identidade coletiva que estabelece uma fronteira clara com o universo “castrense” e estrutura as relações internas aos próprios militares, e o universo “civil” (LEIRNER, 1997: 86). Desse modo, a estrutura das relações internas dos militares transborda para suas relações com o “universo civil”, isto é, a percepção e a interação dos militares com o “mundo de fora” seguem critérios homólogos à sua organização interna, e tais mecanismos simbólicos e sociológicos determinam como os militares classificam, ordenam e idealmente codificam, processam e negociam sua identidade com os civis a partir da fronteira entre o “dentro” e o “fora” (op.cit., idem).

Por esse prisma, os militares estabelecem uma relação de equivalência entre as autoridades civis e as autoridades militares. Para tanto, tomam a escolaridade como elemento de comparação “hierárquica”. Desse modo, todos os oficiais estariam no mesmo patamar hierárquico que os profissionais de nível superior do mundo civil, já que o CFO equivale ao curso superior; os sargentos se comparariam aos profissionais de nível técnico, já que estes são auxiliares dos oficiais e os soldados às funções auxiliares de baixa escolaridade, por se tratarem de “elementos de execução”.

Essa hierarquização pode ser claramente identificada de duas formas: a) objetivamente pelos símbolos físicos representados pelas instalações físicas e pela farda; b) subjetivamente, pelas barreiras simbólicas. As instalações físicas demonstram a divisão objetiva de cada subgrupo da cadeia de comando em círculos hierárquicos de convivência: oficiais, subtenentes e sargentos, e cabos e soldados.

Como é sabido, o quartel é feito de hierarquias, tendo em vista que há uma hierarquia de títulos, composta de relações sociais regradas, onde o posto ocupado por determinado policial determina sua conduta e de outros policiais em relação a ele, o que em qualquer unidade da Polícia Militar se expressa em termos de uma diferença de níveis entre os indivíduos, conforme é possível constatar na distinção dos indivíduos entre oficiais e praças (SANTOS, 2001: 25).

---

controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade”.



Tudo dentro da organização policial militar é estabelecido tendo como base a hierarquia: os vencimentos e proventos dos policiais, a tabela de diárias, os uniformes, o tipo de atividades nas quais serão empregados, as associações das quais participam (cabos e soldados, subtenentes e sargentos, oficiais etc.), as funções, os comandos, desde os grandes comandos até as frações de tropa etc. Enfim, a cadeia hierárquica é realmente um dos suportes que mantém a estrutura piramidal da instituição, não permitindo outra forma de funcionamento.

Com base na hierarquia, as interações que ocorrem no quartel são altamente estruturadas, razão pela qual a regra ou a norma adquire uma grande importância. De modo que todo sujeito é, formalmente, não apenas diferente, mas desigual com relação a qualquer outro. É a ordem de precedência ou hierarquia de status que, ordenada pelos postos e graduações, fixa o prestígio que se atribui a cada indivíduo em relação aos demais.

Essa ordem de precedência *cria e organiza* as diferenças entre os indivíduos e, por estar "colada" à hierarquia, estabelece algo que é fundamental nas instituições militares: a "cadeia de comando" e os mecanismos disciplinares que a traduzem no cotidiano da tropa, exigindo uma obediência imediata às ordens superiores. Na prática cotidiana da atividade policial, essa obediência às ordens, assim como o funcionamento da hierarquia são suavizadas, sendo estabelecidos laços de companheirismo e amizade, principalmente entre os integrantes da mesma equipe de serviço, não desaparecendo, no entanto, a estrutura hierárquica.

No campo de pesquisa, o refeitório da Zona de policiamento do batalhão, representa a objetivação dessas distâncias hierárquicas. Apesar de não funcionar como está prescrito no regulamento para o rancho, isto é, um ambiente para cada círculo hierárquico, oficiais e praças fazem suas refeições no mesmo espaço. Este é um espaço de interação que, mesmo sendo freqüentado por todos os militares por falta de refeitórios separados, há mesas separadas por círculos hierárquicos. Embora esses espaços tenham concretamente seu acesso livre com as mesas no mesmo ambiente, subjetivamente possuem barreiras de uso que a hierarquia confirma. Vale ressaltar que no caso da existência de alojamentos em quartéis, a lógica é a

mesma. Se houver apenas um alojamento, a cama do oficial é separada. Havendo mais de um alojamento, estes são divididos por círculos hierárquicos.

A materialização das distinções hierárquicas fica bem visível na medida em que, mesmo utilizando o mesmo refeitório, existem diversos grupos para as refeições e para as conversações. De um lado os oficiais e de outros as praças. Ainda dentre os oficiais estes se dividem no grupo dos oficiais superiores e intermediários e no grupo dos oficiais subalternos. Por sua vez, entre as praças formam-se o grupo dos subtenentes e sargentos de um lado e de cabos e soldados de outro.

É evidente que no cotidiano do quartel alguns policiais não adotam essa postura, especialmente os oficiais subalternos que, por estarem muito próximos das praças com os quais trabalham no policiamento, em geral, utilizam a mesma mesa que estes para fazer suas refeições, desde que oficiais intermediários e superiores não estejam presentes. São também os oficiais que se juntam ou mesmo, organizam e coordenam os esquemas de “catação”, desde o ajuste dos preços e horários de rondas até o recolhimento e divisão do dinheiro entre os integrantes das equipes.

No caso da farda, a objetivação é representada pelas insígnias, medalhas etc. que também separam os subgrupos da cadeia de comando em círculos hierárquicos de convivência, nos quais se sabe exatamente quem vigia e quem deve ser vigiado, quem pune e quem deve ser punido, quem manda e quem deve obedecer (ROSA & BRITO, 2010: 205). A farda exerce forte influência sobre o corpo, modificando-o simbolicamente, identificando-o na escala hierárquica. Agarrando-se ao corpo de uma forma que, mesmo não utilizando o uniforme de maneira material, o policial militar se sente fardado simbolicamente, tanto que em trajes civis presta continência para o superior quando o encontra no “mundo civil”.

A materialização da ‘hierarquia suavizada’ ocorre com o estabelecimento da figura do “chefe” que diminui o distanciamento entre os diferentes círculos hierárquicos. Assim, o termo “chefe” é mais próximo do que a patente de tenente, de capitão, de major e de coronel. Por isso, nas relações cotidianas o posto do superior é substituído pela figura do “chefe”, como estratégia de marcar

uma posição de proximidade com o superior hierárquico. O termo “chefe” é um recurso diminuidor de distâncias porque ele não surge da hierarquia, mas da confiança estabelecida entre superior e subordinado. Na prática significa, por exemplo, que ao chegar ao quartel e ingressar no cotidiano, o falar com o superior, principalmente com o oficial interativo, fica mais livre, isto é, o policial tem mais liberdade para se dirigir ao superior e expor suas idéias, questionar algumas decisões, ordens, formas de execução de atividades etc., mas mesmo assim, ainda é uma fala hierarquizada, visto que o superior ainda é o “chefe” e ainda é exigido um comportamento disciplinado.

Esse processo de ‘suavização’ da hierarquia e da disciplina ocorre porque, na verdade, a incumbência de sustentar as tradições policiais militares recai sobre o oficialato que é responsável pelas atividades executivas e administrativas de comando e pelo planejamento das políticas da força ostensiva e não sobre os soldados, cabos e sargentos que, na prática fazem a polícia, atuando nas atividades de policiamento propriamente. Essa incumbência se justifica porque, diferentemente daqueles que ingressam como soldados na PM e que trabalham nas ruas, “os oficiais apresentam uma personalidade institucional melhor elaborada, reproduzindo de forma mais explícita e com maior convicção a desejada personalidade policial militar” (MUNIZ, 1999: 101). No entanto, mesmo eles passam a adotar o tratamento de “chefe” para o superior e a aceitar o mesmo tratamento advindo do subordinado.

#### **4.3. O risco e o perigo da atividade policial**

O perigo é um dos elementos-chave para a fabricação do “novo homem” ou ainda, para a formação da identidade profissional policial (*working personality* policial), tendo em vista que ele se faz presente no ambiente policial cotidiano e gera respostas cognitivas e comportamentais próprias às polícias (MUNIZ, 1999: 110).

Ele concorre de forma decisiva para a produção de uma “working personality” policial, desenvolvendo uma disposição cognitiva

singular e útil no enfrentamento do dilema prático posto para os meios de força policiais: produzir ordem pública sob o império da lei [...]. A “working personality” policial [...] seria o produto da interação entre o modelo de organização adotado com o que é, na prática, experimentado como singular nas atividades efetivamente policiais. (Idem).

O risco é outro aspecto que representa uma condição intrínseca à profissão policial. De acordo com Minayo *et all* (2007), os policiais constituem uma categoria de servidores públicos para quem o *risco* não é mero acidente, mas desempenha papel estruturante das condições laborais, ambientais e relacionais. Esses profissionais têm consciência de que perigo e audácia são inerentes aos atributos de suas atividades. Seus corpos estão permanentemente expostos e seus espíritos não descansam, conforme demonstra o policial na entrevista.

Então, é como eu tô dizendo. Eu creio que o policial militar, quando ele adentra na polícia, ele tem que ter a ciência desse risco que ele vai correr. Infelizmente né, a nossa profissão, ela adere isso pra si né, visto que a gente tem contato diretamente com pessoas de má índole e esse risco ele tem um acréscimo, ele é acentuado com relação a isso [...]. Quem bate muito nessa tecla é minha mãe. A minha mãe, ainda mais que ela tem um problema neurológico, que ela sofre dos nervos, ela diz que toda vez quando eu retorno do serviço, ela me abraça, me beija e já é uma angústia quando eu saio. Ela diz: “Oh, meu filho, eu não durmo direito.” Toda vez ela diz isso. “Mamãe, não se preocupe”. A gente sempre procura também ter esse lado espiritual que é importante né e também tomar os nossos cuidados comuns né, do serviço. A gente não pode dar mole. A bandidagem não tá pra brincadeira. (*Soldado nº 3, com 3 anos de serviço*).

A percepção do risco ao qual o policial está exposto, não é um fato inerente apenas a ele, mas à família também. Cada vez que o policial sai de casa para trabalhar a família fica apreensiva, “é uma angústia”, não dorme direito. Há casos em que os familiares chegam a sofrer dos nervos, com medo do que pode ocorrer durante o tempo em que ele estiver “de serviço”, e quando ele retorna, ela “abraça” e “beija”.

Os policiais ficam tão acostumados a estar sob pressão que é possível identificar um policial à paisana em um determinado local, pela postura que ele adota ao entrar e/ou permanecer nesse ambiente. Ao adentrar, ele percorre todo o ambiente com o olhar, procurando identificar possíveis suspeitos que tenham a intenção de cometer algum delito no local. Ao sentar-se, procuram sempre um lugar onde possam se abrigar para esboçar uma reação, caso algo aconteça.

Nunca sentam-se de costas para a entrada e ficam atentos a qualquer pessoa que adentre ao recinto. Ao se deslocar em uma via, observam todo o perímetro em busca de pessoas em situações que possam ser consideradas suspeitas, dentro das características que se encaixam no ideário policial, já que “não pode dar mole” porque “a bandidagem não tá pra brincadeira”.

As histórias envolvendo ocorrências com policiais são frequentemente repetidas por todos quando falam dos riscos que correm as pessoas que desenvolvem atividade policial. Qualquer notícia veiculada torna-se logo alvo de comentários de todos. Cada entrevistado tem uma história para contar: alguém que ele conhece já foi ferido, algum colega já morreu “de serviço” ou em razão da atividade, outros foram ameaçados por ter prendido alguém perigoso, ou se envolvido em ocorrência em que resultou em morte de algum criminoso ou suspeito de ter cometido delito.

Chamou a atenção o relato de um entrevistado que contou um caso ocorrido com um policial de São Paulo ao ser identificado como policial.

Como eu disse ainda agora, é muito arriscado. A gente é muito visado, a gente anda muito sobressaltado, entendeu? [...] Você lembra de uma reportagem ano passado que deu dum policial de São Paulo, que quando os caras foram assaltar, que um ‘baculejou’ e viu a identidade, ele executou o policial sem o policial fazer nada? Ele não tava armado, não tava nada. Então é isso também. (*Cabo nº 4, com 19 anos de serviço*).

Na situação aqui exemplificada, o policial foi assassinado por ter sido identificado ao ser “baculejado” pelos “caras que foram assaltar”. Muitos policiais não andam com suas identidades profissionais quando estão à paisana por medo de ser identificado. No meio policial é corrente a tese de que “bandido não gosta de polícia”. Por isso, o policial “anda muito sobressaltado” já que não é preciso estar armado ou reagir. Basta apenas ser policial para ser “executado”.

Entre policiais militares, os riscos reais e a percepção de risco são mais elevados principalmente para as praças e os oficiais subalternos (tenentes), que exercem quase que exclusivamente atividades de policiamento ostensivo nas ruas, estão quase sempre no *front*. Por isso, ao se verem obrigados a tomar decisões rápidas, muitas vezes acabam colocando em risco não só suas próprias vidas, mas a de seus colegas da guarnição e das outras que,

eventualmente, precisem dar apoio, dependendo da evolução da ocorrência, conforme o cabo exemplifica com uma experiência vivida por ele.

Assaltaram o sítio lá, até esqueci o nome do senhor lá. Levaram... fizeram limpeza. Eles souberam pelo rádio tal e foram atrás. Aí o tenente *tal* foi junto com o soldado *tal*. Ah, foi pro mato, tal. Aí, recebi uma ligação pra gente ir pra lá e a gente foi pra lá pra dar apoio pra ele, eu e o soldado que tava comigo, o *fulano*. Eram oito. Primeiro que ele já cometeu um erro tremendo de meter a cara só ele e um soldado, querendo tirar uma de herói pra oito homens. Aquilo ali, impossível. Totalmente errado a atitude que ele tomou. Aí, depois chamou nós. Quando chegamos lá, aí foi uma viatura buscar que nós ficamos esperando a viatura. Quando nós chegamos lá, passamos a ser quatro, certo? Mais o motorista que tava na viatura. Ele deu uma ordem pra que eu viesse por aqui fazer o cerco aqui e ficasse aqui, eu e o soldado *fulano*. Aí, a viatura levou nós pra lá, nós ficamos lá beira do rio. Eram oito que, no caso, viriam por aqui por dentro do mato. Existia a possibilidade de eu me defrontar com oito homens dentro do mato sem saber. E vai saber quem... aí, todo mundo lá tomando banho pra tudo quanto é lado, cheirando pó, aquela onda toda. Eu recebi uma ordem pra ficar ali com o soldado. Eu ia cumprir? Pode dar parte, inteira, metade que eu não vou cumprir. Simplesmente vim me embora e acabou-se a história [...]. Eu disse: “Ei moleque, bora embora que eu não vou ficar aqui dentro do mato [...]”. Viemo embora pro Trailer. (*Cabo nº 7, com 19 anos de serviço*).

A doutrina prescreve que o policial precisa garantir primeiro a sua segurança, para depois promover a segurança dos outros. Isso significa que ao atender qualquer ocorrência em que esteja em desvantagem, o policial deve solicitar apoio para não correr riscos desnecessários. No exemplo vivenciado pelo entrevistado, o tenente ignorou as regras básicas de segurança ao entrar no mato atrás de oito suspeitos e mandar o cabo e apenas um soldado para darem apoio. Seriam quatro policiais contra oito suspeitos. Por isso, o cabo decidiu não arriscar a sua vida e a do colega e descumpriu a ordem do tenente que queria “tirar uma de herói pra oito homens”. Segundo ele, somente com a chegada de reforços é que a ocorrência foi atendida, no que estava correto, mesmo tendo respondido um Processo Administrativo Disciplinar por desobedecer ao tenente como foi informado por outro tenente, o cabo não foi punido porque o comandante chegou à conclusão de que ele estava correto.

Essa recusa em atender ordens dos superiores que pode resultar em diversas conseqüências não é comum em início de carreira. Somente com a aquisição de experiência e depois de pegar os “bizús” da flexibilidade da hierarquia e da disciplina ele usará os “macetes” para descumprir ordens sem sofrer sanções administrativas.

Skolnick (1966) afirmava que a existência de uma cultura específica das forças policiais se dava mediante elementos permanentes de sua atividade: a presença do perigo, o exercício da autoridade e a eficiência. A presença do perigo, ou ainda, o risco, está na imprevisibilidade do trabalho policial, na medida em que, a cada esquina há potencialidade de haver um confronto e cada ocorrência, mesmo as mais simples, pode resultar em morte do policial ou dos demais envolvidos. Ainda mais, o policial que está fardado, e que age de forma ostensiva, não tem como reconhecer o criminoso. Segundo Reiner (2004):

O policial enfrenta ameaças de ataque súbito por outras pessoas, e não os riscos mais calculáveis do acaso, físicos ou ambientais. É claro que a extensão da seriedade é variável. Mas ao dobrar cada esquina, a cada campainha que toca, o policial enfrenta perigos, que, se não são armas de fogo podem ser, no mínimo, punhos. (REINER, 2004: 136).

Outro ingrediente indispensável à fabricação do “novo homem” é o *esprit de corps*, isto é, o espírito de corpo. No caso dos policiais militares, o perigo e os riscos vividos são compartilhados apenas com os pares e pouco comentados com amigos e, principalmente com os familiares. Isso favorece a elaboração dos sentimentos de união e de cumplicidade que é valorizado e disseminado internamente desde o curso de formação.

O espírito de corpo será aqui entendido como o entende Rosemberg (2008: 290) apoiado em Bourdieu (1996a), isto é, ele implica na “possessão” do preposto pela organização. Esses “possuídos” são “a instituição feita em homem que só exercem ou sofrem a dominação porque incorporaram a instituição, porque eles fazem corpo com ela, porque eles dão corpo”. Nos termos de Rosemberg (2008: 290) amparado em Boltanski,<sup>56</sup> o espírito de corpo é um sentimento adquirido que desperta de um discurso segundo o qual os membros do grupo se reagrupam em torno do senso comum que os honra, os reúne e impedem que “as clivagens implícitas redundem em cisões”.

Segundo ele, numa organização ideal o espírito de corpo devia ser assentado sobre características privativas e discrepantes do resto social, como sendo um fator diferenciador, de orgulho e de solidariedade comunitária. Por injunção foucaultiana diríamos que se apagariam do corpo e da alma dos

---

<sup>56</sup> BOLTANSKI, Luc (1982). Les Cadres. La formation d'un groupe sociale. Paris, Les Editions Minuit.

agentes os vestígios de individualidade a partir de imposição de alto a baixo de valores caros à cultura militar: a obediência cega, o destemor, a primazia do coletivo.

Na polícia militar as imagens associadas à fraternidade e ao companheirismo são construídas pelos policiais em dois momentos: quando se disponibilizam a conviver com o perigo ou a sua ameaça e pela introdução regular em ambientes desenhados pelo acaso e por um alto teor de incerteza (afinal, um tranqüilo atendimento assistencial pode se converter em um quadro de resistência e oposição à presença policial).

Eu tava de serviço na viatura e passaram uma ocorrência de briga generalizada lá no Clube dos Bombeiros. Quando chegou lá, não era briga. Foram os seguranças que colocaram alguém pra fora e eles prometeram voltar. Quando nós chegamos, como eu sou motorista, eu fiquei na viatura. Como nós somos três, eu fiquei na viatura. Tava eu, o *Cb fulano* e mais o cabo *tal*. O primeiro serviço do sargento *tal*, que veio do Laboratório (Laboratório Médico Central). Eles atravessaram e ficaram conversando com o pessoal na porta do clube e eu fiquei. O Tenente *tal* passou uma missão. Eu atendi. Aí eles deram a volta, renderam o caseiro do sítio que fica de frente e vieram por dentro. Eu tava em pé aqui perto do muro aqui. Eu atravessei pra falar com eles “olha, tem uma missão assim”. Aí eu virei e fiquei de frente pra cá assim. Quando eu virei e fiquei de frente pra cá eles meteram o revólver no buraco. Não fizeram visada. Eles só meteram o revólver e saíram atirando. Era tiro pra tudo quanto era lado e pegou no meu pé né. Aí nós corremos porque não tinha onde se abrigar. Nós corremos pra trás da viatura. Quando eu me abaixei assim e fui levantar, eu já senti a perna. Aí eu sentei e disse: “*Fulano* eu tô baleado”. Ele: “Eu não acredito”. “Eu tô baleado”. Aí eu joguei a chave e disse: “Olha, vão atrás que o sargento do bombeiro vai me atender aqui”. (*Cabo nº 1, com 12 anos de serviço*).

Esse companheirismo se fundamenta no cotidiano da rua onde os policiais passam a acreditar que para diminuir os riscos e o perigo de ser “assassinado” em serviço é necessário o auxílio inquestionável e os sólidos elos de lealdade de seus pares, particularmente daqueles que fazem parte de uma mesma guarnição.

Esses dispositivos afetivo-morais operam como recursos estratégicos que ajudam a administrar a tensão expressa, ora no tédio da espera por um episódio inesperado ou violento em uma ronda que, até então, seguia monótona e previsível, ora no estresse de experimentar, de forma ininterrupta, toda sorte possível de interações descontínuas e fugazes com os cidadãos. Pode-se dizer que uma das coisas que governam o centro da ação de polícia é a idéia latente de que “um de nós” pode estar correndo perigo em serviço e que o “nosso companheiro de farda”, agindo certo ou errado tecnicamente, necessita inquestionavelmente de ajuda. (MUNIZ, 1999: 98).



Conforme veremos abaixo ao apresentar “o mundo da rua”, é a partir das situações que lhe são apresentadas no dia-a-dia do policiamento, da dinâmica do serviço, das equipes com as quais irá trabalhar, com as suas convicções e outros fatores que o policial irá desenhando sua identidade e se transformará em um “novo homem”. É como esta nova identidade que ele será identificado pela instituição e pela comunidade.

#### **4.4. O Mundo do quartel**

A Zona de Policiamento, pertencente a um dos batalhões sediados na Região Metropolitana de Belém, organiza-se tendo por base uma dupla diferenciação de funções: por um lado a rotina da ZPol que inclui funções mais burocráticas, atreladas ao serviço interno: a atividade-meio; por outro inclui as atividades voltadas ao serviço de policiamento ostensivo, a atividade-fim, que é função essencial da Polícia Militar.

A atividade-meio, ou burocrática ou ainda administrativa, é executada por policiais militares (principalmente praças) que realizam trabalhos burocráticos, sem contato constante com o público, cujas atividades principais requerem para seu desempenho conhecimentos e experiência necessários para ordenar, armazenar, computar e recuperar informações. As atividades consistem em realizar trabalho de secretaria, digitar e reproduzir textos e dados em computadores, elaboração de escalas de serviço, controle e atualização das fichas disciplinares e folhas de alterações, manutenção de viaturas, coordenação e instrução de cursos, etc.

Trabalhar no quartel representa, na prática, ter o privilégio de trabalhar em uma jornada de serviço diferenciada, pois a jornada é de apenas seis horas (expediente) e os finais de semana são de folga, salvo se houver algum tipo de serviço remunerado. Este policial também não enfrenta qualquer dificuldade para trabalhar no serviço extraordinário que lhe permite uma renda

extra de até R\$ 422,80 (quatrocentos e vinte e dois reais e oitenta centavos) por mês, sem muito esforço, já que sai do expediente e vai montar o serviço. Enquanto os policiais que atuam no policiamento de rua ou trabalham no serviço extraordinário depois de trabalhar no serviço noturno (saindo de serviço) ou trabalham no segundo dia de folga em escalas remuneradas ou não, conforme informa a policial abaixo.

P - Terminou o curso tu foste trabalhar onde?

R - No Comando Geral.

P - E o que tu fazias no Comando Geral?

R - Eu sempre fui secretária.

P - Sempre foste secretária.

R - Auxiliar. Eu nunca trabalhei em rua.

P - E o que é que o auxiliar, uma secretária faz no quartel?

R - Quando eu era auxiliar eu fazia ofício. Eu fazia mais ofício, entendeu?

P - Então, a tua vida inteira foi trabalhar no serviço administrativo?

Nunca tiveste vontade de ir pra rua?

R - Não.

P - Aí tu saíste do Comando Geral e foste pra onde?

R - Pro 6º Batalhão.

P - Aí de novo tu foste ser secretaria do comandante?

R - Não. Aí eu fui pro 6º Batalhão e de lá, me mandaram pra Benevides. Eu fui ser auxiliar do P-1 em Benevides. Aí acabou Benevides e viemos pra cá. Ai eu continuei sendo auxiliar do P-1.

P - E tu nunca tiveste vontade de ir pra rua, tirar viatura, PAPC?

R - Não.

P - Não? Por que não te deu vontade? [risos da entrevistada] Porque todo mundo diz que o serviço operacional é bom. Então, tiveste medo?

R - O serviço que eu tive vontade de tirar é viatura. Eu acho legal a viatura.

P - Mas vocês, o pessoal do administrativo tira serviço dia de domingo?

R - Tira quando é patrulhão (operação policial).

P - Tu que és do serviço administrativo, quando tu vais para o "patrulhão" tu tiras serviço remunerado?

R - Tiro. (Cabo nº 5, com 22 anos de serviço).

Como podemos observar pelo discurso da cabo, quem é designado para trabalhar no quartel não tem nenhum interesse em trabalhar na rua. No quartel "o serviço é na sombra", sem risco de confronto e morte, sentado e numa sala com ar condicionado. Tais condições são bem diferentes do serviço externo, onde o policial pode ser ferido ou morrer em confronto cada vez que sai de casa para iniciar mais um turno ou jornada de serviço.

Eis o motivo pelo qual a entrevistada já está na PM há vinte e dois anos e nunca foi designada ou teve vontade de "ir para a rua". Ela já saiu do curso de formação e foi trabalhar no Comando Geral e, mesmo tendo sido

transferida para três outras unidades, sempre foi secretária ou auxiliar de seção. Nas poucas vezes que trabalhou na rua foi em serviços remunerados, sempre se utilizando do fato de trabalhar no quartel para ter preferência na colocação do seu nome entre os integrantes quando a escala é elaborada.

Esse policial que pode passar toda a sua vida profissional trabalhando apenas nas seções de uma unidade policial faz de tudo para não sair porque, pela proximidade com os oficiais, ele possui alguns privilégios como, por exemplo, viajar para os melhores lugares por ocasião das grandes operações policiais como as férias de julho, Semana Santa e Carnaval. Além disso, é esse tipo de policial que é agraciado com os mais diversos tipos de medalhas e condecorações, além dos elogios por ocasião das mudanças dos comandantes das unidades.

Pra gente viajar, a ZPOL pra gente poder viajar numa “Operação Veraneio” é uma coisa quase impossível quase. Eu digo, quase impossível. Isso é uma coisa que eu digo: “Pô”. Eu tenho duas viagens na “Operação Veraneio”, graças a Deus, por, pelo meu esforço. Porque se for por indicação de ZPOL, a senhora sabe muito bem também que é só é o P-1 que viaja na ZPOL. Só é o P-1, enquanto o CIEPAS o CIPOE, o CIPTUR, o CPC, o Comando Geral, eles viajam maciçamente. Com certeza que lá, quando chega... a primeira “Operação Veraneio” que eu fui agraciado, graças a Deus, foi através de político, tudo, porque a política manda na polícia, infelizmente. Não era pra ser assim. Cheguei lá, muito sargento, cabo, que não sabia nem pegar na pistola e ainda deram um tiro na caixa de areia. Eles trabalham só interno. Ele é, trabalha no aprovisio... aprovisionamento, trabalha na casa do coronel, quer dizer, eles não são combatentes, eles não são de rua, não tão na guerra diária como a gente que tá na ZPOL. ZPOL é luta todo dia, não tem muito tempo pra estudar, não tem muito tempo nem pra nosso condicionamento físico, não tem. *(Soldado nº 1, com 5 anos de serviço).*

O entrevistado fez um retrato fiel não apenas do pensamento dos policiais que atuam no policiamento ostensivo de rua, mas de todos os integrantes da PM, inclusive os policiais que beneficiam e são beneficiados pela influência que por trabalharem no serviço administrativo ou dirigindo a viatura dos oficiais superiores com função de comando. Como ele afirma, os policiais que viajam são os que trabalham no P-1 e unidades como a Companhia Independente de Policiamento Assistencial (CIEPAS), a Companhia Independente de Policiamento Escolar (CIPOE), a Companhia Independente de Policiamento Turístico (CIPTUR), o Comando de Policiamento da Capital (CPC), o Comando Geral, “que viajam maciçamente”. Estes policiais não desenvolvem

atividade operacional, na verdade, trabalham “no provisionamento, na casa do coronel” e por não “serem de rua” não sabem “nem pegar na pistola”.

Estes policiais “não combatentes” ao serem privilegiados em viagens que resultam em pagamento de diárias, mesmo não estando preparados tecnicamente para isso, provocam diversas conseqüências. A primeira delas é a busca de “peixada”<sup>57</sup> externa à instituição para que os policiais da ZPol possam ter alguma chance de viajar, como afirma: “a primeira “Operação Veraneio” que eu fui agraciado, graças a Deus, foi através de político”. Ele foi buscar apoio do político porque sabe que “a política manda na polícia” e por isso, o comandante não nega um “pedido” do político.

Outro fato gerado pela “peixada” é a distribuição desproporcional dos policiais para as localidades onde as operações são desenvolvidas. Os “peixes” viajam para os melhores lugares, onde as diárias são maiores e os demais, viajam para os piores, onde as diárias são menores. Desse modo, mesmo contando com a ajuda dos políticos, os policiais de rua só serão designados para as localidades onde os “peixes” não querem ir. Por exemplo, o valor de uma diária paga para um soldado que viaja para Mosqueiro é de R\$ 97,50 (noventa e sete reais e cinquenta centavos), por sua vez, uma diária para um soldado que viaja para Salinas é de R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais). Ambos vão desenvolver o mesmo tipo de atividade, mas o valor recebido é diferente.

A distribuição de medalhas é outra materialização da “peixada”. Nas duas datas comemorativas importantes na instituição (21 de abril e 25 de setembro) são promovidos<sup>58</sup> os policiais que têm direito e são distribuídas as

---

<sup>57</sup> O “peixe” é aquele policial que tem uma relação de proximidade com os oficiais do alto escalão. Esta relação pode ser de parentesco, amizade ou outro tipo de envolvimento que proporcionam a ele o acesso a alguns privilégios que os demais não terão. Por causa dessa relação, o “peixe” consegue ser colocado nos melhores postos de serviço, é um dos primeiros a ter seu nome na lista dos policiais que participam das operações policiais desenvolvidas fora da circunscrição policial e, por isso, com direito ao pagamento de diárias, a ser escalado para os serviços remunerados. É também este policial que é designado para trabalhar na equipe do oficial interativo, dirigir a viatura do comandante do batalhão ou da ZPol, ou mesmo ser remanejado para trabalhar no quartel.

<sup>58</sup> De acordo com a Lei nº 5.251 de 31 de agosto de 1985, os policiais podem ser promovidos de forma seletiva, gradual e sucessiva de acordo com os seguintes critérios: **antiguidade** (posição nas respectivas escalas numéricas ou registros existentes na Corporação), **merecimento** (análise “subjetiva” dos méritos e qualidades exigidas para a promoção), por **ato de bravura** (efetivada em razão de atos de caráter excepcional e de comprovada atitude extrema de

medalhas e condecorações<sup>59</sup> aos policiais que prestaram “relevantes serviços” à corporação ou que estão a determinado período sem punição e possuem elogios registrados em suas fichas disciplinares. Na teoria, todos os policiais que preenchem os requisitos teriam direito à promoção e às medalhas e condecorações. Na prática, isso ocorre de outra forma. Novamente os policiais “peixes” são agraciados com promoções, medalhas e condecorações em detrimento daqueles que atuam no policiamento ostensivo de rua, conforme podemos constatar nos depoimentos dos dois policiais abaixo.

P - E medalhas? Recebeste alguma?

R. Todas.

P - Todas são quantas?

R. Cinco. Tenho de bons serviços. Tenho de dez. tenho de vinte. Tenho...

P - A Láurea do Mérito?

R. A Láurea e uma que é por indicação.

P - E tu atribuis essa quantidade de medalhas ao fato de tu trabalhares no serviço administrativo? Tu achas que se estivesses na rua tu tinha?

R. Nenhuma. Como tem colegas meus que trabalham na rua e merecem, mas não têm.

P - E tu achas que o trabalho administrativo acaba ajudando em algumas coisas?

R. Acho. (*Cabo nº 8, com 22 anos de serviço*).

Ainda permanece algumas coisas como eu lhe disse, que é prestígio, indicação. Ah, tá na lei do regulamento, mas às vezes, não dão a quem merece. Só se você tiver lá dentro duma seção a vida toda, você ganha, cheio de medalha aqui no peito. Você nunca foi na rua, você nunca pegou uma punição porque você, depende se ele é perverso ou ruim, a rua ela é uma faca de dois gumes. Nós vivemos paralelo na linha, o crime e a polícia. Infelizmente, a gente tá cem por cento de risco de que uma pessoa que trabalha uma vida toda num gabinete. Pode a senhora observar que eles são cheios de medalhas e condecorações porque passam dez, vinte anos, não têm uma repreensão. Lógico, como que vão ter uma repreensão? Aqui, se eu faltar um “paradão” desse, eu recebo um “Deveis informar”. “Eu fui no

---

coragem e audácia, que ultrapassem aos limites normais do cumprimento dos deveres naturais do policial-militar e que sejam úteis ao conceito da corporação), “**post-mortem**” (falecimento em ação de preservação da ordem pública; em consequência de ferimento recebido nesta situação, em acidente em serviço, doença, moléstia ou enfermidade contraída nesta situação ou que nelas tenham sua causa eficiente; ou ainda se, ao falecer, satisfazia às condições de acesso e integrava a faixa dos que concorriam à promoção por antiguidade ou merecimento) e em **ressarcimento de preterição** (quando o policial que se julga prejudicado em consequência de composição de quadro de acesso em seu direito de promoção, impetrar recurso ao comandante geral e tenha solução favorável ao recurso interposto; cessar sua situação de desaparecido ou extraviado; for absolvido ou impronunciado no processo a que tiver respondido; for justificado em Conselho de Justificação; ou tiver sido prejudicado por comprovado erro administrativo).

<sup>59</sup> Os policiais militares podem ser agraciados com as seguintes medalhas e condecorações: Medalha e Passador de Metal Bronzeado de Bons Serviços Prestados à Instituição. (10 anos), Medalha e Passador de Metal Prateado de Bons Serviços Prestados à Instituição. (20 anos), Medalha do Mérito Tiradentes, Medalha do Mérito Grão Pará; Láurea do Mérito Pessoal e Diploma de Policial Padrão.

dentista”. “E porque tu não veio?”. (*Soldado nº 1, com 5 anos de serviço*).

Tal como ocorre com a distribuição das vagas para as viagens que propiciam diárias para os policiais, a distribuição de medalhas e condecorações segue o mesmo critério, isto é, ter “peixada”, estar próximo com o “chefe”, trabalhar com ele. Neste caso em especial, não apenas os peixes do quartel, “os que nunca foram na rua”, “nunca pegaram uma punição”, “trabalha a vida toda num gabinete” recebem as medalhas. Os “peixes” dos políticos e dos outros poderes da administração pública, aqueles que estão à disposição de governadores, deputados, senadores, secretários de estado, etc. também recebem e, por isso, “são cheios de medalhas”. Enquanto isso, os policiais que atuam na “linha de frente”, que vivem “paralelo na linha”, entre o “crime e a polícia”, que “tá cem por cento de risco”, que “trabalham na rua”, “merecem, mas não têm”.

Esse processo desigual de agraciamento causa muito ressentimento da tropa da rua contra os “policiais de gabinete” e contra seus protetores, que não utilizam critérios mais justos para dar oportunidades iguais de concorrência entre os policiais da rua e os do quartel. Estes últimos, por passarem a vida toda “dentro duma seção” ficam cheios de medalha no peito, mesmo que não mereçam. Para os policiais da rua o critério mais justo seria avaliar a capacidade operacional do policial. Observar aqueles que “correm risco” para proteger o cidadão, já que essa é a atividade de polícia. Os próprios policiais dos gabinetes concordam que o critério é injusto. A policial entrevistada acha que os policiais da rua merecem, mas não ganham. Isso ocorre porque estes policiais de rua são invisíveis para os oficiais que fazem a avaliação.

Pode-se afirmar que um dos fatos que contribuem para que haja os privilégios é o fato de que, quem faz a avaliação de quem tem o merecimento ou não para receber as medalhas e condecorações, ser designado para as viagens etc. são os oficiais intermediários e superiores. Ocorre que estes estão distantes da atividade de rua desde a promoção ao posto de capitão. Então, os policiais que trabalham no quartel são aqueles com os quais convivem mais de perto e, portanto, os mais lembrados. Além disso, é no setor de pessoal, denominado de P-1, que são montados os processos de solicitação de medalhas, de promoção

e de escala para viagens remuneradas. Desse modo, são os policiais do serviço administrativo que detêm o conhecimento sobre os trâmites burocráticos para a concessão das medalhas e solicitações procedimentos e podem se mobilizar para obter favorecimentos antes dos demais.

Este cenário composto por conflitos entre policiais do quartel e policiais da rua, ora latentes, ora aparentes, não apresenta qualquer perspectiva de modificação. Isso porque os policiais do quartel detêm o conhecimento do funcionamento da burocracia que os oficiais a quem são subordinados, em geral não possuem. Conforme disse o entrevistado acima, os policiais que passam dez, vinte anos dentro de uma seção, aprendem a conhecê-la por dentro e por fora e estendem esse conhecimento a todo o funcionamento das demais seções. Portanto, são eles que fazem o quartel funcionar e sem eles os oficiais ficariam em situação difícil até aprender as nuances do serviço burocrático.

Mesmo estando subordinados aos oficiais, chefes de seção, os policiais do serviço interno não são mobilizados com a mesma volatilidade que aqueles. Poucos oficiais permanecem por muito tempo na mesma unidade e, menos ainda, na mesma seção. São os auxiliares que lhes informam sobre o funcionamento da unidade e, na verdade, realizam todo o trabalho. Como os oficiais, em geral, têm muitas atribuições, eles só coordenam as atividades realizadas e assinam os documentos elaborados pelos auxiliares. Por isso, poucos esboçam qualquer atitude no sentido de substituir seus auxiliares e quando o fazem a substituição é feita entre os policiais do próprio serviço interno que são remanejados de uma seção para outra. Na prática, isso implica em pouca ou nenhuma mudança.

Quando estes policiais das seções são transferidos para outros quartéis, estes já conhecem oficiais que lá trabalham e são encaixados em qualquer das seções da unidade, dificilmente sendo colocados no serviço externo. Além disso, um policial que trabalha há muito tempo no quartel não possui familiaridade com o serviço de rua e não demonstra interesse em se aperfeiçoar nessa atividade por medo de ser deslocado definitivamente para ela. Este é, portanto, um universo que apresenta poucas modificações ao longo dos anos, tendo em vista que os policiais só deixam de trabalhar no quartel quando

cometem uma falta muito grave ou quando são transferidos para a reserva remunerada.

Finalmente, assumo aqui que os policiais pertencentes ao universo do quartel, exercem funções que lhes proporciona certo prestígio em relação aos que trabalham no policiamento ostensivo de rua. Esse prestígio se justifica por centralizarem os serviços de confecção das escalas de serviço (aqui incluídas as escalas de serviço remunerado normal e as de grandes operações que resultam em pagamento de diárias), de controle das alterações dos policiais militares no que diz respeito às faltas, atrasos, elogios, dispensas etc.

Nessa perspectiva, o tipo de conhecimento inerente ao serviço interno, que controla o serviço externo, é fruto de uma relação estratégica entre o saber-poder que funciona no nível da apropriação, produção e constituição de informação (FOUCAULT, 1999). Por isso, pode-se afirmar que o serviço administrativo possui um papel de cérebro de toda unidade policial militar, na medida em que os policiais que lá trabalham detêm a “posse” da informação. E de acordo com Bourdieu (2007), é exatamente a posse da informação que concede a estes policiais um *poder simbólico* frente aos demais.

#### **4.5. O mundo da rua**

O policiamento ostensivo de rua é o que chamamos de atividade operacional ou atividade-fim, ou seja, é a concretização da atividade de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública. Essa atividade, que é a razão de existência da corporação, pode ser desenvolvida em unidades de policiamento ostensivo geral ou de policiamento especializado<sup>60</sup>. Ela é exercida pelo policial fardado, em locais públicos, com caráter preventivo, pela observação e

---

<sup>60</sup> O policiamento especializado divide-se entre aquele desenvolvido pelo efetivo do Comando de Missões Especiais – CME (policiamento de choque, aéreo, fluvial, cavalaria, Rondas Táticas e operações especiais) e pelo efetivo do Comando de Policiamento Especializado – CPE (policiamento escolar, assistencial e turístico).



fiscalização, com a atitude de vigilância, tentando coibir a ação de infratores e evitar a ocorrência de atos delituosos.

A Zona de Policiamento onde a pesquisa foi desenvolvida, faz parte da categoria de unidades que desenvolvem o policiamento ostensivo geral. A maior parte do efetivo é empregada nesta modalidade de policiamento que é realizado a pé ou em viaturas (motorizado), distribuídas nos bairros que compõem a área sob a responsabilidade da ZPol. Nesta unidade, a atividade-fim é desenvolvida em regime de escalas de serviço, no qual o policial trabalha doze horas de serviço diurno, folga vinte e quatro horas, sendo que seu próximo serviço é de doze horas noturnas com quarenta e oito horas de folga, para ser escalado novamente de doze horas diurnas. No período das quarenta e oito horas de folga ele também pode ser escalado para trabalhar em serviço extraordinário remunerado ou não remunerado, para participar de treinamentos, reuniões ou instruções.

Para realizar esse trabalho a Zona de Policiamento possui em torno de uma viatura por bairro, pelo qual ficam responsáveis de realizar o patrulhamento. Além das viaturas são empregadas motocicletas, bicicletas, e duplas de policiais no policiamento a pé na área comercial e as permanências no DEPC e nos PAPCs móveis. Estes últimos são deslocados para pontos estratégicos, escolhidos de acordo com a quantidade de ocorrências registradas pela própria PM. Dessa forma, à medida que os delitos registrados migram de um bairro para outro, os PAPCs também são deslocados para tais locais.

O policiamento a pé é realizado por duplas de policiais aos quais é atribuída a responsabilidade pela segurança de uma área específica, como: um trecho de uma via pública, uma praça, uma zona de comércio, etc. O motorizado, que pode ser de moto ou de carro<sup>61</sup>, é utilizado para patrulhar uma área bem maior que a do policiamento a pé, além de dar apoio a este quando necessário.

---

<sup>61</sup> O policiamento em viatura (carro) requer um efetivo composto por um comandante (geralmente um sargento), um motorista e um patrulheiro (cabos ou soldados), todos armados de pistola .40 (conhecida como ponto quarenta) e o patrulheiro ainda utiliza a carabina Microgalil .30 (conhecida como ponto trinta).

O patrulhamento motorizado é feito baseado nas orientações do oficial interativo, que também tem como estratégia de emprego as estatísticas de delitos atendidos nos bairros, além da quantidade de viaturas que tem disponível para o serviço. Ele faz a verificação da disponibilidade das viaturas antes de iniciar o turno, tendo em vista que cabe a ele verificar quantas viaturas estão *prontas* e quantas estão *baixadas* (não estão em condições de fazer o patrulhamento por apresentarem algum problema mecânico). Diante dessa informação que ele coleta do comandante da guarda e do oficial interativo que está saindo do serviço anterior, ele distribuirá as viaturas. Na ZPol há sempre um oficial ou um aspirante do quadro de combatentes<sup>62</sup> que é o responsável pela coordenação e fiscalização<sup>63</sup> do policiamento da área da Zona de Policiamento: o “Interativo”. Como em toda unidade militar, as atividades cotidianas são iniciadas com os policiais “entrando em forma”<sup>64</sup> para “tirar as faltas”, isto é, para que o interativo possa conferir os policiais escalados para aquele turno de serviço, orientar a tropa etc. O interativo já tem uma escala onde os policiais estão previamente distribuídos, mas em geral, ele altera essa distribuição.

Se o policial chega atrasado e está escalado como integrante de uma equipe (guarnição – GU) motorizada, em geral, o interativo o remaneja para um posto fixo de policiamento como um DEPC ou para a guarda do quartel. Nesse remanejamento realizado pelo interativo o critério utilizado é a confiança do interativo em relação ao comandante da GU, o tipo/categoria de policial que determinado profissional se enquadra e o nível de relação estabelecida entre o superior e o subordinado. A categoria na qual se enquadra o interativo, também

---

<sup>62</sup> Combatente é uma denominação própria da Corporação para designar todos os policiais, praças e oficiais, que não são especialistas e, em princípio, estão voltados para o desempenho de tarefas que dizem respeito ao policiamento ostensivo.

<sup>63</sup> Dentro do contexto, **Fiscalização**, representa a função de direção que deve ser exercida por todos os Oficiais que desempenham atividades no campo operacional da Unidade. Em outros termos, os Oficiais são os maiores responsáveis pela administração das atividades e pessoas que dirigem. Os Oficiais precisam conhecer em profundidade o trabalho que realizam, bem como as tarefas que devem ser realizadas por seus subordinados. A fiscalização é uma atividade desenvolvida com o intuito de se verificar pessoalmente o que um PM faz, como procede e qual o resultado do seu trabalho, que horas chega, que horas vai embora, como está cumprindo a sua missão, o nível de disciplina, para se impor a medida corretiva se necessária.

<sup>64</sup> Entrar em forma é adotar o dispositivo de distribuição por pelotão, que significa que os policiais irão formar três colunas por altura e por antiguidade de graduação, isto é, primeiro os sargentos, depois os cabos e por fim, os soldados.

é a predominante na escolha dos graduados que serão empregados como comandantes de GU.

É no momento da distribuição que será definido pelo interativo quais os policiais que serão remanejados para outros locais. Os motivos para o remanejamento são diversos: vai desde a falta de policiais em locais imprescindíveis, passa pela solicitação dos policiais para trocarem de posto, chegando a ser utilizado até como forma de punição para os policiais que chegam atrasados ou que não trabalham de acordo com as orientações do interativo. Por exemplo, se o policial que trabalha na viatura não atende às ocorrências conforme os procedimentos determinados pelo interativo, ou se ele se esquiva das ocorrências, se ele se ausenta da área determinada sem autorização do CIOp ou do oficial Interativo, este tem a liberdade para efetuar a troca, desde que informe por escrito no “Livro de Partes”. Vale ressaltar que o policial que se ausenta da área, em geral, é para fazer a “catação” nos “QTHs” dos patrões quando são destacados para uma área diferente da que atuam cotidianamente. Como já há um acordo prévio de intensificação das rondas em determinados “QTHs”, as equipes se ausentam das áreas determinadas pelo oficial interativo e vão cumprir o acordo com os “patrões”, deixando a área destinada para realizar as rondas sem policiamento.

Em princípio, o oficial interativo toma como base a escala elaborada previamente pela ZPol, mas o cumprimento dessa escala depende essencialmente das viaturas prontas. Caso haja viaturas baixadas, o que é uma constante, o interativo fará o remanejamento dos policiais da viatura para outros postos de serviço. Esse é um dos motivos de insatisfação das guarnições das viaturas porque isso os impedirá de ir aos QTHs para “pegar o extra”. Isso significa que a guarnição da viatura remanejada para cobrir a área irá se beneficiar da ausência da equipe e irá ficar com o “extra” no lugar da equipe da área.

Essa situação gera um fato, no mínimo, intrigante. Para não perder o dinheiro dos “patrões”, a guarnição da viatura, muitas vezes, “desenrola” o conserto do veículo por conta própria. Uns pagam, outros recorrem aos “patrões” da área, sob a alegação de que se a viatura ficar *baixada*, a área vai

ficar *descoberta*, isto é, sem patrulhamento motorizado. Por isso, dificilmente as viaturas ficam baixadas por mais de um dia, a não ser que o problema seja grave e o conserto demande uma quantia de dinheiro muito alta. Nesse caso, a viatura é levada para a oficina conveniada com a PM e ficará *baixada* por vários dias ou meses.

Nos locais de emprego as viaturas têm um itinerário predeterminado a cumprir e são obrigadas a informá-lo ao CIOP para distribuição das ocorrências por proximidade com cada uma delas. Em princípio, para poder sair da sua área de patrulhamento o comandante da viatura precisa de autorização do oficial interativo ou receber uma determinação de atendimento de ocorrência do CIOP, caso contrário, deverá cumprir o trajeto anteriormente determinado. No entanto, em virtude da insuficiência de viaturas para a cobertura mais efetiva da circunscrição policial da ZPol, tendo em vista que em alguns dias algumas não têm condição de sair para as ruas porque estão *baixadas*, cada viatura chega a ficar responsável pelo patrulhamento de vários bairros que deveriam ser cobertos por duas ou três viaturas. Isso dá às equipes uma liberdade de locomoção bem maior do que teriam se houvesse viaturas suficientes.

Quando estão todas as viaturas no patrulhamento que os policiais aproveitam para passar nos QTHs para intensificar a presença nesses locais e também para receber o “extra” combinado com os “patrões”. Esse deslocamento, no entanto, pode ser facilitado ou dificultado pelo oficial interativo, dependendo do grau de envolvimento dele com os esquemas das equipes. Os que participam, dão total liberdade para as equipes saírem dos seus postos de serviço, sendo que para isso a combinação é feita por telefone ou antes da saída para os postos de serviço. Os que não participam, avaliam cada solicitação de deslocamento do posto para decidir sobre a autorização ou não. Nesses casos, os policiais dão um jeito de enganar o oficial interativo, mas não deixam de fazer as rondas e os estacionamento estratégicos, denominados de Pontos-Base (PBs)<sup>65</sup> nos locais combinados com os “patrões”.

---

<sup>65</sup> Ponto-Base (PB) é o espaço físico limitado que exige a presença real ou potencial, por ser local de risco. É conveniente que possua iluminação suficiente, para que à noite, a equipe de policiais seja facilmente localizada. Quando o processo de policiamento for motorizado, deve ser instalado de forma a permitir o deslocamento imediato em duas direções, no mínimo.

É também durante o período em que os policiais estão “em forma” que o Interativo repassa as informações e ordens a respeito do serviço a ser desenvolvido durante a jornada. É nessa ocasião que devem ser passadas orientações ou instruções sobre a forma correta de abordagem, a legalidade da atuação policial em determinadas circunstâncias, desde as mais cotidianas às especiais; além disso, deve-se comentar sobre as ocorrências que tiveram resultados positivos ou negativos a fim de enumerar as falhas ou acertos da atuação policial e demonstrar ou apresentar a forma mais adequada de atuação a fim de evitar outras falhas em ocorrências semelhantes, conforme o tenente entrevistado relata.

Um exemplo, eu sempre gosto de dar exemplo pra me situar. Eu não sei se essa é a forma correta de me expressar. Tem um policial nosso, eu exponho isso pra tropa da seguinte forma: “O policial foi numa ocorrência na qual o cidadão tava um pouco embriagado, ameaçou o vizinho com o terçado e a PM foi acionada. A guarnição foi no local, conversou com o cidadão. O cidadão desacatou a guarnição. Ele achou um crime a guarnição tê-lo incomodado e o sargento pediu pra ele acompanhar a guarnição. Aí houve desacato, resistência à prisão e ele pegou um tijolo e jogou na perna do sargento. O sargento caiu no chão e a guarnição foi pra cima dele. Aí ele pegou uma pernamanca e deu-lhe no cabo. O cabo se afastou. Aí o outro cabo foi pra cima dele. Aí ele foi pra cima do outro cabo e o cabo deu um tiro na perna dele. O que ocorre aí? O cara perdeu a perna né. Resultado disso né? Eu ainda não sei qual foi o resultado, mas são várias coisas que podem ser exploradas. A primeira: o policial agiu com excesso? Houve proporcionalidade? Não houve. O cara tava com uma pernamanca e ele tava com uma arma de fogo, uma pistola .40 (conhecida como ponto quarenta). Houve proporcionalidade? Não houve. Houve legítima defesa? Houve. É, do cabo e do outro [sargento]. O cabo tinha outros meios pra evitar a ação? Não. Primeiro que a ferramenta de trabalho que o Estado fornece é uma arma de fogo. Não tem munição de borracha, não tem a *Taser*<sup>66</sup>, que não tá sendo empregada né. O camarada perdeu a perna. O policial vai ser processado por isso? Vai ser excluído? O Estado vai indenizar? Não sei, mas com certeza, o Ministério Público não vai ter pena do policial. É só o que eu sei informar né. Ele não vai puxar a favor, vai puxar contra. Será que o Ministério Público vai ter toda essa visão que a gente tá tendo aqui? Não. Quem vai ter que ter é um advogado que vai ter que expor pro Ministério Público ou pro juiz. (*Tenente nº 1, com 9 anos de serviço*).

---

<sup>66</sup> Uma pistola *Taser* (M26) é uma arma que utiliza descargas de eletricidade para controlar, imobilizar e incapacitar suspeitos e criminosos. Ela possui um mecanismo de disparo similar ao das armas de ar comprimido. Assim que se pressiona o gatilho, a arma aciona um cartucho de gás nitrogênio, que se expande e gera pressão para que eletrodos sejam lançados na direção desejada. Esses eletrodos ligados à arma por fios condutores isolados, possuem ganchos que facilmente agarram nas roupas. Basta os eletrodos se prenderem para que a corrente elétrica seja transferida dos fios ao agressor. Os impulsos elétricos transmitidos afetam o sistema nervoso central do indivíduo imobilizando-o. (fonte: <http://abordagempolicial.com/2009/02/taser-as-pistolas-nao-letais>).

A situação apresentada pelo oficial pode, como ele afirma, ser explorada sob diversos aspectos com os demais policiais. Os delitos cometidos pelo cidadão e os delitos cometidos pelo policial para defender o cabo que levou uma “pernamancada”, do sargento que foi agredido e dele mesmo que estava na iminência de sofrer agressão também. No entanto, este policial ao se defender, agiu fez uso da força de maneira excessiva, provocando a perda da perna do cidadão resultante do tiro disparado pelo cabo. O tenente utiliza este fato para orientar a tropa sobre os procedimentos corretos a serem adotados em situações semelhantes. Aproveita para informar sobre as conseqüências das ações do policial tanto para o Estado como para ele, enquanto causador do dano. Utiliza-se do exemplo também para comentar acerca da forma com que o fato pode ser tratada pelo Ministério Público.

Conforme podemos observar, esse é um momento que pode ser muito bem aproveitado pelos oficiais para atualizarem os conhecimentos das praças que estão sob o seu comando operacional. No entanto, essa oportunidade é pouco aproveitada para esse fim, mas os que aproveitam conseguem por meio do conhecimento convencer a guarnição a trabalhar de forma mais técnica, justamente porque levam ou reforçam cotidianamente a forma correta de atuação policial diante das ocorrências.

Essa forma de atuação deveria ser adotada como regra geral no cotidiano de trabalho entre os oficiais em geral, especialmente, o oficial interativo. No entanto, esta não é a regra. Muitos interativos se restringem a fazer a contagem do efetivo, redistribuir as guarnições e dar alguns esclarecimentos de caráter geral, quando solicitado. Poucos oficiais, incluindo os comandantes de unidades e de Zonas de Policiamento, chegam a dar rápidas instruções para suas tropas. A alegação mais utilizada para essa prática é a dinâmica do serviço, que segundo eles, não permite que o oficial se prepare para tal ou que “perca tempo” com tais orientações.

Essa falta de orientação cotidiana sobre a forma de atuação nas ocorrências, aliada à deficiência da Polícia Militar no que diz respeito à falta de atualização dos conhecimentos adquiridos pelos policiais por ocasião dos cursos de formação, leva a muitas atuações desqualificadas que podem fazer

com que uma ocorrência simples evolua para uma situação complexa e de conseqüências graves. Um exemplo disso foi fornecido pelos policiais de maneira informal nas últimas visitas realizadas<sup>67</sup>. Um deles relatou que uma guarnição foi atender uma ocorrência onde o marido havia batido na mulher. Quando a guarnição policial chegou ao local o marido se trancou em casa e um dos policiais, na tentativa de abrir a porta efetuou um disparo na fechadura. O disparo atingiu a cabeça do homem que faleceu antes de receber atendimento médico. O policial atualmente está preso na casa penal destinada a servidores públicos aguardando julgamento.

Segundo depoimentos dos policiais, desde o curso de formação poucos fizeram algum curso de atualização. Os cursos, realizados principalmente nos dois últimos anos, foram os oferecidos pela SENASP. Estes cursos, no entanto, são apenas teóricos e não presenciais e muitos sentem falta da parte prática do aprendizado. Muitos policiais afirmaram que participaram do curso da SENASP apenas para receber o dinheiro do programa Bolsa-Formação que paga doze parcelas de R\$ 435,00 (quatrocentos e trinta e cinco reais) mensais para os servidores da área de segurança pública que tenham concluído pelo menos um curso no último ano. Alguns entrevistados chegaram a afirmar que atualizaram seu conhecimento de abordagem e de outras práticas com os policiais que concluíram o curso de formação nas últimas turmas.

Estas deficiências seriam diminuídas se na própria unidade onde servem houvesse uma preocupação em estabelecer uma prática de, pelo menos reunir a guarnição antes do serviço para comentar as falhas e acertos no atendimento das ocorrências. Dessa forma as falhas poderiam diminuir e haveria um nivelamento no conhecimento das técnicas e táticas policiais. De acordo com um dos tenentes entrevistados, quando ele ainda estagiava em um Batalhão da capital, houve uma tentativa de se estabelecer uma rotina dessa natureza por parte do comandante do batalhão. Esse nivelamento era feito nas sextas-feiras, durante o horário destinado ao “paradão”, isto é, o horário da solenidade militar em que o comandante reúne os policiais para informar sobre as ordens, dar orientações de caráter geral e tratar de assuntos específicos da unidade. No

---

<sup>67</sup> Por tratar-se de situação envolvendo colega de turma, o policial não concordou em gravar a conversa. Aceitou apenas relatar o fato de modo informal.

entanto, alguns meses depois essa prática foi, aos poucos, sendo abandonada pelos oficiais, tendo sido restringida à iniciativa do interativo que tem interesse em orientar a sua equipe de serviço.

A PMPA não tem política de investimento em produção e sistematização do conhecimento de polícia. Não há quaisquer manuais que visem sistematizar o conhecimento necessário ao exercício da atuação policial, bem como padronizar os procedimentos profissionais, à luz da legislação vigente que poderia se transformar em uma importante referência para os policiais. Para exemplificar a situação vivenciada pela tropa da PM, o principal guia para a ação policial nas ruas, o Manual Básico de Policiamento Ostensivo Geral, é “importado” da Polícia Militar de Minas Gerais.

A filosofia do emprego policial, a doutrina e os procedimentos operacionais aqui adotados, se baseiam numa matriz conceitual que pode não ser a mais adequada à realidade vivenciada pela polícia militar paraense. O que se observa ao longo do tempo é a utilização de Notas de Instrução elaboradas pela Diretoria de Ensino e Instrução com objetivo de responder às demandas operacionais emergenciais, mas que nem todos acessam, já que estas notas são publicadas nos boletins da corporação e não são discutidas com a tropa a aplicação dessas orientações ao cotidiano das ocorrências atendidas. Além disso, após a publicação não há qualquer acompanhamento ou avaliação dos resultados o que leva ao desconhecimento e descaso dos policiais por tais orientações, resultando na continuação das práticas adotadas.

Além dos conhecimentos adquiridos durante os cursos de formação no CFAP ou na APM, não há atualização formal, senão quando o policial retornar para outro curso de formação ou aperfeiçoamento. Os policiais que têm oportunidade de participar de cursos de qualificação em outras polícias militares, especialmente do Rio de Janeiro e São Paulo, trazem materiais produzidos naquelas instituições e divulgam nas suas unidades, mas são iniciativas desarticuladas e isoladas e que não suprem a necessidade de todos os policiais.

Essa situação tem como consequência uma desatualização em relação aos novos conhecimentos produzidos no país e uma enorme fragmentação do conhecimento profissional de polícia, fundamental para uma atuação técnica do



policial no atendimento das ocorrências com as quais se defronta, levando cada um ou cada equipe a construir suas próprias técnicas sem dialogar com uma base comum de mecanismos profissionais que deveriam estar disponíveis a todos para consulta, discussão e aperfeiçoamento da aplicação prática nas situações atendidas no cotidiano, tendo em vista que as ocorrências possuem semelhanças entre si, mas nunca são iguais. Há sempre algum aspecto que difere e que precisa de uma atuação específica para cada situação real, mas obedecendo às orientações básicas e balizadora para todos (CARUSO et all, s.d.).

Esta situação provoca recorrentemente a sensação de cada policial está “falando uma língua diferente” e, por conseguinte, que cada unidade policial é, em si, uma polícia específica. Deste modo, a população em geral está diante de um contexto agudo de imprevisibilidade na ação policial, o que provoca dificuldade em aceitar suas ações policiais, mesmo que tecnicamente corretas (CARUSO et all, s.d., 6).

A situação acima apresentada leva à conclusão de que, na Polícia Militar paraense, a aquisição de novos conhecimentos se traduz numa fórmula empírica. Isso significa que, por não adotar uma política de padronização e disseminação formal dos procedimentos profissionais, a instituição abre um espaço concreto de construção dos conhecimentos a partir de parâmetros essencialmente pessoais, que não dialogam com os expedientes formais, sinalizando que a formação continuada não é uma de suas preocupações formais. Com isso a Polícia Militar deixa a cargo da iniciativa e do interesse pessoal de cada policial o esforço em buscar as informações necessárias à atuação policial, como se estas estivessem totalmente disponível.

## 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo aqui proposto, procurou-se entender como ocorre o processo de “fabricação” da identidade profissional do policial militar a partir de seu ingresso na Polícia Militar do Pará através do curso de formação e posterior inserção no cotidiano do policiamento ostensivo das ruas. Conforme demonstrou-se na análise da pesquisa, nesse universo policial no qual o “novato” pretende se inserir já há critérios, normas e códigos estabelecidos, dentre eles a confiança, os quais ele precisará apreender para negociar e construir sua aceitação como membro, provando que é digno desta. Caso contrário, não vai se inserir nos grupos já existentes nos quais a rigidez da hierarquia e da disciplina é deixada um pouco de lado e passam a ser obedecidas as normas informais que vão marcar as relações entre “novatos” e veteranos determinadas pelo nível de confiança que cada um conquistou dentro do grupo.

Um fato que merece ser destacado é o processo que poderemos identificar como “suavização da hierarquia”, que o policial militar é submetido a partir de sua inserção no cotidiano do quartel e do policiamento de rua. Este profissional passou por um rígido mecanismo de socialização no curso de sua formação, em que recebeu um treinamento muito mais para ser militar do que para ser policial, tendo em vista que no curso de formação a ênfase é dada para a internalização dos valores do militarismo, materializados pelos treinamentos, exercícios e pelo próprio cotidiano marcado muito mais pela hierarquia e disciplina do que por qualquer outro valor ou preceito e não para as relações de trabalho que o policial desempenhará junto à comunidade.

Ao passar a vivenciar as atividades práticas, aos poucos o aspirante e o soldado “novato” vão abandonar o comportamento condicionado durante o curso de formação e começar a pegar os “bizús” que comprovam que a hierarquia e, portanto, a disciplina, não são tão rígidas quanto lhe foi inculcado no curso. À medida que for adquirindo experiência e ganhando mais familiaridade com os demais ele irá perceber e entender que nas relações cotidianas é possível diminuir o distanciamento existente entre os círculos hierárquicos, substituindo o posto do superior pela figura do “chefe”, como estratégia de marcar uma posição

de proximidade com este, bem como demonstrar para os demais que já há uma relação de confiança estabelecida entre superior e subordinado.

Assumimos aqui que o estabelecimento da relação de confiança entre os policiais é necessária não somente para possibilitar o processo de fabricação da identidade do policial militar, mas, principalmente, porque a atividade policial desenvolvida na rua, o “fazer ostensivo” (MUNIZ, 1999) requer, por exigências de ordem prática, um significativo espaço de manobra decisória dos agentes de ponta, invariavelmente profissionais que ocupam os escalões inferiores da corporação. Por esse prisma, é fundamental que exista uma relação onde o superior confie na atuação do subordinado e este confie na orientação do superior, tendo em vista que quem está alocado nas atividades de policiamento, são concretamente investidos de um considerável poder formal e de um poder físico, por eles administrados num amplo e diversificado conjunto de situações cotidianas que fogem ao controle do olhar do superior que acompanhará essas atuações à distância, só se aproximando fisicamente, quando há um agravamento das circunstâncias que exigem a presença do oficial interativo para “assumir” e dar prosseguimento ao atendimento que estava sendo realizado pelo subordinado.

Verificou-se que o processo de negociação para aceitação do “novato” no universo policial ocorre em dois contextos: quando o policial é aspirante-a-oficial, pois ele precisará, paralelo ao aprendizado da prática do policiamento, aprender a conviver, encontrar seu espaço como comandante e estabelecer sua autoridade e seu modo de atuação profissional diante dos policiais mais experientes, mas seus subordinados. Essa negociação é particularmente difícil, porque ao mesmo tempo em que o aspirante tem a função de comandante e precisa se estabelecer como tal, ele também assume a condição de “aprendiz” dos subordinados, reproduzindo a mesma lógica de aprendizado entre soldados (novatos) e sargentos (antigos).

O contexto em que o soldado vir a ser inserido, precisará provar que é digno de confiança pessoal e operacional, desta vez, dos seus superiores e colegas de equipe. É somente a partir do estabelecimento ou não da confiança entre os “*novinhos*”, ainda inexperientes e desprovidos das informações

necessárias ao domínio da dinâmica das ruas e os “*antigões*”, proprietários do conhecimento sobre o funcionamento da dinâmica das ruas, isto é, os detentores do saber-poder (FOUCAULT, 1999) que eles serão ou não inseridos nos “esquemas” das equipes, portanto, isso só ocorrerá com o passar do tempo, já que o soldado “novato” e desprovido de poder diante do cabo ou do sargento que comanda a guarnição, ele não poderá impor sua forma de atuação e seu ponto de vista não será considerado como válido, senão, se concordar com os superiores.

Será, então, nesse ambiente único, mas com implicações diferentes, que ambos, o aspirante e o soldado irão fabricar suas identidades profissionais e passarão por um processo de conformação do conhecimento teórico ao conhecimento prático apresentado por eles, a partir da avaliação da validade ou não de ambos quando confrontados com a realidade das ruas. Diante do cenário apresentado acima, percebeu-se que na Polícia Militar o princípio que rege as relações sociais está assentado na confiança pessoal e profissional em que as regras são legitimadas pelo estatuto de uma honra que se pauta na fidelidade.

Acentuamos, portanto, que no universo das ruas em que os policiais estão inseridos, é imperiosa a necessidade de estabelecer uma relação de confiança, principalmente com os policiais recém-formados porque, conforme observamos no desenvolvimento da pesquisa, mesmo antes de ingressar na polícia militar o candidato, bem como grande parte da sociedade, em relação aos policiais em geral supõem uma representação desse agente apoiado em um estigma de que os policiais são “ladrões” e, por isso, precisam ser tratados com desconfiança. É o pré-conceito, isto é, até mesmo a pessoa que vai ingressar na polícia tem uma idéia pré-concebida do que vai encontrar. Esse é um claro exemplo da “pedagogia da suspeita” funcionando “de fora da polícia para dentro”, se contrapondo à suspeita do policial em relação ao cidadão, ou seja, “de dentro para fora”.

No que concerne ao que denominamos de “pedagogia da suspeita”, do ponto de vista do policial em direção à sociedade, percebeu-se que a atuação policial está fundada no estigma de que há na sociedade uma divisão entre

“pessoas de bem” e “bandidos” e que cabe ao policial militar identificar e separar as pessoas pertencentes a estes dois universos, de modo a “proteger” as “pessoas de bem” dos “bandidos”, objetivando prevenir e/ou reprimir o cometimento de crimes e preservar a ordem pública, cumprindo sua missão constitucional.

Ao analisar os dados coletados na pesquisa, constatou-se que, para dar efetividade a essa “missão constitucional” a Polícia Militar tem utilizado o recurso do policiamento ostensivo fardado e da abordagem e consequente busca pessoal a pessoas suspeitas de pretenderem ou terem cometido delitos, como forma de prevenção ou repressão imediata destes, principalmente na Região Metropolitana de Belém (RMB). O que se observou, no entanto, é que sob a justificativa do “combate” ao aumento da violência e da criminalidade, principalmente nos bairros periféricos, a Polícia Militar tem utilizado a *busca pessoal* como principal recurso para a diminuição dos crimes de furto, roubo e homicídio, por meio de operações diárias. Finalmente, é a partir das estatísticas geradas com informações sobre as abordagens realizadas que a PM elabora o planejamento da distribuição do policiamento nas unidades operacionais (ZPols).

Diante da política de atuação policial que tem como principal recurso a realização da *busca pessoal*, procurou-se identificar quem são e quais as características consideradas para que os policiais possam identificar uma pessoa como “elemento suspeito”. Assumimos aqui, que estas pessoas abordadas preferencialmente pela polícia se enquadram dentro das circunstâncias apontadas por Reis (2002), e que são definidas a partir de três elementos principais: lugar suspeito (bairros periféricos, locais escuros, matagal, esquinas e ruas cheias de becos, que poderiam facilitar uma possível fuga), situação suspeita (pessoas circulando a pé, duplas de bicicleta ou motocicleta) e características suspeitas (cor da pele, jeito de andar, cabelos pintados, tatuagens no corpo, forma de vestir e brinco na orelha).

Diante disso, podemos afirmar que os critérios utilizados para determinar quem é o “elemento suspeito” e, portanto, o candidato “natural” a ser revistado pelos policiais são reconhecidamente discriminatórios do ponto de vista racial e

social. Isso significa que a “discricionariedade” do policial para escolher sobre quem será ou não submetido à busca pessoal está comprometida, tendo em vista que o olhar do policial está voltado para determinados segmentos da população e para os crimes denominados de “crimes de varejo”, caracterizados pelos pequenos furtos a pessoas e residências, roubos, tráfico de drogas e homicídios ligados ao tráfico.

Nessa atividade o risco e o perigo são elementos-chave para a fabricação da identidade profissional policial (*working personality* policial), tendo em vista que se fazem presentes no ambiente policial cotidiano e geram respostas cognitivas e comportamentais próprias às polícias e, por isso, seus corpos são condicionados a estar sempre em alerta e seus espíritos não descansam.

Aliado ao risco e ao perigo, o *esprit de corps* (espírito de corpo) é outro ingrediente indispensável à fabricação do “novo homem” porque o risco e o perigo vividos são compartilhados apenas entre os integrantes da instituição e pouco comentados com amigos e, principalmente com os familiares que favorece a formação dos sentimentos de união e de cumplicidade que é valorizado e disseminado internamente desde o curso de formação. Esse companheirismo se fundamenta no cotidiano da rua onde os policiais passam a acreditar que para diminuir os riscos e o perigo de ser “assassinado” em serviço é necessário o auxílio inquestionável e os sólidos elos de lealdade e de confiança de seus pares, particularmente daqueles que fazem parte de uma mesma equipe.

Por esse prisma, entende-se que o processo de fabricação da identidade do policial iniciada no processo de socialização do “novato”, permanece sendo trabalhada por intermédio dos processos formais de socialização, bem como por intermédio dos processos informais de socialização nas interações informais estabelecidas com a rede de relações com o grupo de pares no lócus de realização do seu trabalho cotidiano, fornecendo uma base de cultura comum sobre valores, normas e atitudes próprias da profissão - o universo cultural da profissão policial.

Assim sendo, considera-se que o processo de socialização que molda o policial é um processo contínuo, compreendendo um conjunto de pressupostos

básicos, consubstanciado nos documentos formais desenvolvidos pela organização policial para ensinar aos seus membros a forma “correta” de perceber, pensar e conduzir o trabalho policial, mas vai muito além do provimento de uma base formal de conhecimento da profissão policial, consistindo também no fornecimento de valores e crenças acerca do que é ser policial.

## 7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADOR, Fernanda Spanier. Perspectiva sócio-histórica da organização Policial. In: **Violência Policial: verso e reverso do sofrimento**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

ASSAF, Aédel Nagib. **Qualidade de vida no trabalho na Polícia Militar de Minas Gerais**. Três Corações: Unincor, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise do Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Tradução de Floriano de Sousa Fernandes. 8ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

Bourdieu, P., & Passeron, J. C. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves (1982).

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1996a.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

BRASIL, Ministério da Justiça - Secretaria Nacional da Segurança Pública. **Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão**. Brasília: Ministério da Justiça, 2000.

**Cadernos CERU**, série 2, n.5, p.23-31, 1994.

CAMÊLO, André Mejia; MENDES, João Mourão; RODRIGUES, Márcio Heleno de Souza; SOUZA FILHO, Theophilo Alves de; SOUZA, Mariluce Paes de. Cultura e confiança: capital social e economia de custos de transação nas organizações. **V Congresso Nacional de Excelência em Gestão**. Gestão do Conhecimento para a Sustentabilidade. Niterói, RJ, Brasil, 2009.



CARUSO, Haydée Glória Cruz. **Das práticas e dos seus saberes: A construção do “fazer policial” entre as praças da PMERJ.** Dissertação de Mestrado em Antropologia. Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política. ICHF. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.

CARUSO, Haydée Glória Cruz; MORAES, Luciane Patrício Braga de; PINTO, Nalayne Mendonça. **Polícia Militar do Estado do Rio De Janeiro: da Escola de Formação à Prática Policial. (colocar o site)**

CASTRO, Celso. Em Campo com os militares. In: CASTRO, Celso e LEINER, Piero (org.). **Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009.

CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna.** 2ª ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar, ed. 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações.** Revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CUNHA, Neiva Vieira de. Como se “fabrica” um policial: algumas considerações em torno dos processos de socialização e formação profissional. **Comum** - Rio de Janeiro - v.9 - nº 22 - p. 198 a 207 - janeiro / junho 2004.

D’INCAO, Maria Ângela. Modos de Ser e de Viver: a sociabilidade urbana. In: **Tempo Social**, São Paulo, V. 4, n. 1-2, p. 95-109, 1994).

Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).  
Acessado no endereço:  
[http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cpp\\_L3689.pdf](http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cpp_L3689.pdf), no dia 03 de dezembro de 2009.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais.** Tradução Andréa Stahel M. da Silva - São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUPAS, G.; OLIVEIRA, I. de; COSTA, T.N.A. A importância do interacionismo simbólico na prática de enfermagem. **Rev.Esc.Enf.** USP, v.31, n.2, p. 219-26, ago. 1997.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. Rondas à Cidade: uma coreografia do Poder. **Tempo Social**. Ver Social. USP, São Paulo, 1(2): 121-134, 2º sem. 1989.

FLICK, Uwe. **Introdução a pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: editora Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresa**. São Paulo, v. 35, 2: 57-63, 1995a.

GOFFMAN, Erving. ([1961]), **Manicômios, prisões e conventos**. 2 reimpr. da 7 ed. de 2001. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo, Perspectiva, 2005.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio... de Janeiro. Zahar Editores, 1975. (p.7-41).

KANT DE LIMA, Roberto. Políticas de Segurança Pública e seu impacto na formação policial: considerações teóricas e propostas práticas. In: **Anais do Seminário Internacional Políticas de Segurança Pública: dimensão da formação e impactos sociais**. Organização Jorge Zaverucha e Maria do Rosário Negreiros Barros; Fundação Joaquim Nabuco, Escola de Governo e Políticas Públicas, Recife: Ed. Massangana, 2002, p. 199 – 220.

Lei Estadual nº 6.833, de 13 de fevereiro de 2006 - **Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará**.

LEIRNER, P. **Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LINHARES DE ALBUQUERQUE, C. F. **Escola de Bravos. Cotidiano e currículo em uma Academia de Polícia Militar**. Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Dissertação de Mestrado. UFBA. 1999.

MANUAL BÁSICO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO, Ministério do Exército, Inspetoria-Geral das Polícias Militares, Porto Alegre, 1999.

MEHMERI, Adilson. **Manual Universitário de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 1996.

MINGARDI, Guaracy. **Tiras Gansos e Trutas: cotidiano e reforma na polícia civil**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1992.

Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. **Cartilha: Atuação Policial na Proteção dos Direitos Humanos de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade**. Brasília. 2010.

MIRANDA, José da Cruz Bispo de. **O outro aprendizado policial: ambigüidade ou sobredeterminação entre rua e academia**. Acessado no site: <http://www.ufpi.br/mesteduc/eventos/iiencontro/GT-5/GT-05-09.htm>.

MOURA, Ana Maria de Almeida. **O Jeitinho brasileiro de ser e sua influência no dia-a-dia das organizações**. Publicado em 11 de abril de 2008. Acessado no site: <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/o-jeitinho-brasileiro-de-ser-e-sua-influencia-no-dia-a-dia-das-organizacoes/22249>.

MUNIZ, Jaqueline. A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional. **Research and Education in Defense and Security Studies**. Washington DC. May, 22-25, 2001.

MUNIZ, Jaqueline. Discricionabilidade Policial e a Aplicação Seletiva da Lei na Democracia. **Ultima Ratio**, ano 2, nº 2. Lumen Júris, 2008, pp. 97-122.

MUNIZ, Jaqueline. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. Tese de doutorado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. RJ, 1999.

NEWBURN, Tim. Understanding and preventing police corruption: lessons from the literature. In : **Police Research Series Paper 11 0**. Home Office, Policing and Reducing Crime Unit, 1999.

NEWELL S. e SWAN J. **Trust and inter-Organization networking** [Artigo] // Human Relations. Vol. 10. 2000. pp. 1287-1328.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. O Campo da Pesquisa Qualitativa e o Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS). **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 20 (1), 2007, 65-73. Disponível em [www.scielo.br/prc](http://www.scielo.br/prc).

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. 6 ed. São Paulo: RT, 2007.

NUMMER, Fernanda Valli. **Ser polícia, ser militar: o curso de formação na socialização do policial militar**. Niterói: EdUFF, 2005.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 7. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

PONCIONI, Paula. **A polícia e os pobres: representações e práticas em delegacias de polícia do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

PONCIONI, Paula. **Tornar-se policial: a construção da identidade profissional do policial no Estado do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2004.

PONTES, Julian Rocha; CARNEIRO, Juvenildo dos Santos & RAMIRES, Inaê Pereira. **Aspectos Jurídicos da Abordagem Policial**. SENASP/MJ, 2009.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Polícia e violência representações sociais de elites policiais do Distrito Federal**. São Paulo em perspectiva, 18(1): 132-141, 2004.

RAMOS, Sílvia. “**Geografia da Dura**”. [www.cufa.com.br](http://www.cufa.com.br). 2003.

RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. **Elemento Suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

REINER, Robert. **A política da polícia**. São Paulo: EDUSP, 2004.

REIS, Dyane Brito. A Marca de Caim: As características que identificam o “suspeito”, segundo relatos de policiais militares. **Caderno CRH**, Salvador, n. 36, p. 181-196, jan./jun. 2002.

ROSA, Alexandre Reis & BRITO, Mozar José de. “Corpo e Alma” nas Organizações: um Estudo Sobre Dominação e Construção Social dos Corpos na Organização Militar. **RAC**, Curitiba, v. 14, n. 2, art. 1, pp.194-211, Mar./Abr. 2010. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/rac>.

SCHEIN, E. H. (1992). **Organizational culture and leadership**. San Francisco: Jossey Bass, 1992.

SKOLNICK, Jerome. **Justice without trial. Law enforcement in democratic society**. New York: John Willey, 1966.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

URUEÑA, Nubia. La corrupción en la policía. Modalidades, causas y control. \in : **Policía, sociedad y estado: modernización y reforma policial en América del Sur**. Frühling, H y Candina, A, Editores. Centro de Estudios para el Desarrollo, 2001 pp. 107- 131.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, Vol I.